

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -  
MESTRADO E DOUTORADO - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Mário Nunes Torrinha

**REDES DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANAS E ORGANIZAÇÃO  
ESPACIAL: A REDE DE SUPERMERCADOS EM MACAPÁ-AP**

Santa Cruz do Sul

2013

Mário Nunes Torrinha

**REDES DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANAS E ORGANIZAÇÃO  
ESPACIAL: A REDE DE SUPERMERCADOS EM MACAPÁ-AP**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, área de concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Orientação: Dr<sup>a</sup>. Heleniza Ávila Campos.

Co-orientação: Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

Santa Cruz do Sul

2013

Mário Nunes Torrinha

**REDES DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANAS E ORGANIZAÇÃO  
ESPACIAL: A REDE DE SUPERMERCADOS EM MACAPÁ-AP**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado; área de concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

*Dr<sup>a</sup>. Heleniza Ávila Campos*  
Professora Orientadora

*Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira*  
Professor Co-orientador - UNISC

*Dr<sup>a</sup>. Virginia Elisabeta Etges*  
Professora Examinadora - UNISC

*Dr<sup>a</sup>. Christine da Silva Schroeder*  
Professora Examinadora – UNISC

*Dr<sup>a</sup>. Clarice Maraschin*  
Professora Examinadora - UFRGS

*Dr. Clecio Azevedo da Silva*  
Professor Examinador - UFSC

Santa Cruz do Sul

2013

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença constante.

Aos funcionários dos supermercados de Macapá que se dispuseram a responder os formulários de pesquisa, fundamentais para a compreensão do processo de desenvolvimento das redes de abastecimento alimentar urbanas, sob a influência e a intermediação dos supermercados.

Aos meus pais, pela educação, amor e carinho que me concederam e oportunizaram em momentos distintos da minha vida, tanto no ensinamento de sobrevivência na floresta com os recursos obtidos da pesca e da coleta de açaí, quanto à orientação para a sobrevivência na cidade.

A minha companheira Karina e aos meus filhos, Júli Carolina, Marcus Vinícius e Sílvia Letícia, pelo apoio e compreensão nos momentos de estudo e trabalho.

Aos Professores Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira e Dr<sup>a</sup> Heleniza Ávila Campos, pela firme presença no curso com suas disciplinas e na minha orientação.

Aos demais professores doutores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, cujas disciplinas proporcionaram uma sólida formação e subsidiaram os possíveis caminhos do projeto de pesquisa e desenvolvimento da tese de doutorado: Carlos Aguedo Nagel Paiva, Dieter Rugard Siedenberg, Erica Karnopp, Marcos Artêmio Fischborn Ferreira, Marília Patta Ramos, Mário Riedl, Mozart Linhares da Silva, Silvio Cezar Arend e Virginia Elisabeta Etges.

Aos Professores Dr<sup>a</sup> Heleniza Ávila Campos, Dr. Silvio Cezar Arend e Dr<sup>a</sup> Tânia Maria Strohaecker, pelas críticas, sugestões e indicações de leitura, no momento de participação na banca de qualificação do Projeto de Tese.

Aos colegas do PPGDR da turma de doutorado 2009: Adilene Alvares Mattia, Gleimíria Batista da Costa, Janete Stoffel, José Odim Degrandi, Marcos Paulo Dhein Griebeler, Natalicio Pereira Lacerda, Oleides Francisca de Oliveira, Roberto de Gregori, Roberto Tadeu de Moraes, Viviane Rossato Laimer, Wilson Junior Weschenfelder, pelas oportunidades de comunhão de seus conhecimentos, saberes e aspectos de suas culturas regionais. De igual sorte, aos demais colegas das turmas de mestrado (2009) e doutorado (2008).

Às técnicas da Secretaria do PPGDR, pela dedicação e eficiência nas demandas de professores e alunos do programa, em especial a Cássia Andrada de Paula.

Aos moradores da cidade de Santa Cruz do Sul, pela hospitalidade e carinhosa acolhida.

À amiga Katiúscia Montoril dos Santos, pela colaboração na aplicação dos formulários de pesquisa.

Ao Sr. José Barcessat pela valiosa descrição do comércio de Macapá, na época em que foi comerciante.

Ao Professor Dr. Jadson Luís Rebelo Porto, pelo estímulo inicial nos estudos e nas análises de conceitos e temas que envolvem a dinâmica espacial.

Ao Governo do Estado do Amapá e à sociedade amapaense, pelo apoio financeiro.

À Direção da Escola Estadual Mineko Hayashida e à comunidade escolar, pelo apoio.

A todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus pais; a minha companheira e aos meus filhos; aos professores doutores e estimados amigos de curso que me ensinaram e me apoiaram durante todo o programa.

## RESUMO

Esta tese analisa as formas de organização regional das redes de abastecimento alimentar, considerando como elementos nodais os espaços urbanos e suas áreas de influência. Busca-se entender o funcionamento das principais conexões entre as redes de abastecimento alimentar urbanas e o abastecimento da cidade, por intermédio dos supermercados de Macapá (AP), no contexto de um recorte sub-regional da realidade amazônica. Particularmente estuda-se o espaço urbano de Macapá e os seus supermercados como foco de análise e como tais redes de abastecimento incidem nas dinâmicas de organização territorial e de transformação da cidade, considerando-se que as manifestações dessas redes de abastecimento alimentar na realidade urbana de Macapá são incorporadas pelas formas históricas de organização territorial que favoreceram uma regionalização fortemente hierarquizada e centralizada, na qual Macapá atualmente se insere enquanto ponto nodal de forma periférica, estabelecidas pelos centros hegemônicos de produção e distribuição de alimentos. A partir da preocupação com a escassez da produção de alimentos no Estado do Amapá, procura-se identificar as principais influências que os supermercados recebem de suas redes de abastecimento alimentar e como esses influenciam a transformação espacial urbana e regional de Macapá, como se comportam em suas estratégias de abastecimento alimentar urbano, como transformam o espaço urbano, ocupando e modificando as relações de comércio tradicional, enquanto elementos intermediadores de conectividades das redes de abastecimento alimentar no território.

**Palavras-chaves:** abastecimento alimentar urbano, Macapá, redes, território, supermercados.

## RÉSUMÉ

Cette thèse analyse les formes d'organisation des réseaux régionaux d'approvisionnement alimentaire, compte tenu de ces éléments nodaux espaces urbains et leurs zones d'influence. Nous cherchons à comprendre le fonctionnement des principales connexions entre les réseaux d'approvisionnement alimentaire en milieu urbain et de l'approvisionnement de la ville, dans les supermarchés Macapa (AP), dans le cadre d'une coupure de la réalité sous-régional Amazon. Étudie en particulier l'espace urbain et ses supermarchés Macapá que l'objet de l'analyse et que les réseaux d'approvisionnement affectent la dynamique de l'organisation territoriale et la transformation de la ville, étant donné que les manifestations de ces réseaux d'approvisionnement alimentaire dans la réalité urbaine de Macapá sont incorporés par des formes historiques de l'organisation territoriale qui ont favorisé la régionalisation fortement hiérarchisée et centralisée, qui relève actuellement Macapá point nodal tout périphérique, mis en place par les centres hégémoniques de la production et de la distribution de nourriture. De l'inquiétude à propos de la pénurie de la production alimentaire dans l'état d'Amapá, vise à identifier les principaux facteurs que les supermarchés reçoivent leurs réseaux d'approvisionnement alimentaire et leur influence sur la transformation de l'espace urbain et régional de Macapa, comment ils se comportent dans leurs stratégies d'approvisionnement alimentaire en milieu urbain, comme transformer l'espace urbain, occupant et en modifiant les relations commerciales traditionnelles, tandis que les éléments de courtiers réseaux de connectivité de l'offre alimentaire dans le territoire.

**Mots-clés:** approvisionnement alimentaire en milieu urbain, Macapa, réseaux, territoires, les supermarchés.

## LISTA DE FIGURAS

1	Localização e população do Estado do Amapá (2010).....	54
2	Mapa do Perímetro Urbano do Município de Macapá.....	55
3	Planta da Villa de S. Jozê do Macapa tirada por Ordem do Ill. <sup>mo</sup> e Ex. <sup>mo</sup> Sñr Manoel Bernardo de Mello de Castro Gov. <sup>or</sup> e Capp. <sup>am</sup> General do Estado do Para, &c. em o Anno de 1761. pello Capitão. Eng. <sup>ro</sup> Gaspar João de Gronfelde.A.H.U. - Col. Cartografia Ms.-XIV CM. N°798.....	64
4	Planta da Vila de São José de Macapá por ordem do general Manuel Bernardo Mello de Castro governador Mazagão.....	66
5	Detalhe ampliado da Planta da Vila de São José de Macapá por ordem do general Manuel Bernardo Mello de Castro governador Mazagão.....	66
6	Planta ichnografica das casas novas erigidas e ajuntadas a Villa de São José de Macapá para os novos povoadores ou soldados que darão baixa no ano de 1759.....	67
7	Casas de palafitas margeando o canal da rua Mendonça Júnior, na década de 1960.....	67
8	Construções atrás da Igreja de São José de Macapá, local conhecido como Formigueiro, na década de 1960.....	68
9	Província de Pinsônia, segundo Projeto de Cândido Mendes de Almeida (MAPPA XXIV).....	70
10	Planta de Macapá, extraída do detalhe do MAPPA XXIV, de Cândido Mendes de Almeida.....	70
11	Evolução político-administrativa do Amapá, a partir da criação do TFA com destaque para a redivisão territorial de Macapá.....	81
12	Mercado Central de Macapá.....	108
13	Embarcações no porto de Macapá, próximo à Doca da Fortaleza, na década de 1960.....	109
14	Casa comercial de Macapá, na década de 1960.....	110
15	Mercadorias desembarcadas na Doca da Fortaleza, ano de 1962.....	112
16	Área de influência de Belém e área de influência de Macapá (2007).....	126
17	Comparação espacial das lojas de supermercados na zona urbana de Macapá com os minimercados de bairro.....	130
18	Fachada dos maiores supermercados de Macapá.....	131
19	Mercadorias em exposição em um supermercado de “atacarejo”.....	132
20	Distribuição espacial das lojas de supermercados na zona urbana de Macapá.....	135
21	Esquema de uma rede de abastecimento alimentar urbana.....	136
22	Feira provisória do Perpétuo Socorro.....	140
23	Fluxos regionais e inter-regionais de alimentos para Macapá.....	147
24	Balsa em desembarque de carretas no rio Matapi.....	148
25	Assoreamento no igarapé da Mulheres, em Macapá.....	149
26	Falta de carne em Macapá.....	151
27	Falta açúcar em Macapá.....	151
28	Crise de abastecimento em Roraima.....	151

## LISTA DE TABELAS

1	As duas maiores populações do Estado do Amapá, nos anos de 2000 e 2010.....	57
2	População dos 16 municípios do Estado do Amapá no ano de 2010.....	58
3	Produção vegetal de origem extrativa do TFA, em jan. a dez. de 1949.....	74
4	Produção animal de origem extrativa e pecuária do TFA, em jan. a dez. de 1949.....	75
5	Mercadorias mais consumidas em dois barracões situados em áreas piscosas de Macapá no ano de 1948.....	77
6	Resumo da balança comercial do Amapá em 2011 – US\$ FOB.....	82
7	Os países com maior participação na balança comercial de Macapá em 2011 – US\$ FOB.....	82
8	Algumas localidades que complementam o abastecimento de alimentos para Macapá.....	143

## LISTA DE GRÁFICOS

1 Mercadorias alimentícias com fluxo inter-regional (2012).....	123
2 Mercadorias alimentícias com destaque para os fluxos de cidades da macrorregião Norte (2012).....	124
3 Mercadorias alimentícias e seus fluxos intra e inter-regionais (2012).....	127
4 Evolução do número de lojas de supermercados em Macapá.....	134
5 Evolução trienal de empregos gerados pelos supermercados líderes em Macapá.....	137
6 Evolução trienal do faturamento, em R\$, dos supermercados líderes de venda em Macapá.....	137
7 Evolução trienal conjunta do faturamento bruto, em R\$, dos supermercados líderes de venda em Macapá.....	138
8 Posição dos supermercados líderes em Macapá no ranking de venda nacional.....	139
9 Posição dos supermercados líderes e Macapá no ranking de venda da macrorregião Norte.....	139

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
AMCEL	Amapá Florestal e Celulose S/A
AP	Amapá
BRUMASA	Bruynzeel Madeira S/A
CIJ	Complexo Industrial do Jari
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
FOB	Free On Board
GTFA	Governo do Território Federal do Amapá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S/A
PA	Pará
PDDUAM	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá
PIB	Produto Interno Bruto
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
TFA	Território Federal do Amapá

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REDES E TERRITÓRIOS: DUAS DIMENSÕES PARA SE PENSAR ESPACIALIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL.....	20
2.1 Redes e algumas generalizações: do mito ao conhecimento científico.....	20
2.1.1 As redes na filosofia de Saint-Simon, segundo Musso.....	23
2.1.2 As redes na noção de sistemas.....	24
2.2 Redes geográficas.....	26
2.3 Organização territorial e desenvolvimento.....	33
2.4 O território como um conceito de análise do espaço geográfico.....	39
2.5 Espacialidades em rede: lógica territorial e lógica territorial reticular.....	48
3 BASES DA FORMAÇÃO ESPACIAL E DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE MACAPÁ.....	53
3.1 Macapá: a capital do meio do mundo – o seu município e a sua cidade.....	53
3.2 Macapá: uma cidade portuguesa com certeza?.....	59
3.3 O processo de urbanização de Macapá.....	71
3.4 As funções de Macapá: o papel da cidade ou a cidade no papel?.....	83
3.4.1 Alguns aspectos do Plano Diretor de Macapá de 2004 voltados ao abastecimento.....	87
4 O ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANO EM MACAPÁ, O COMÉRCIO E O CONSUMO.....	93
4.1 O abastecimento alimentar urbano.....	93
4.2 Na teia dos supermercados: comércio e consumo na cidade.....	95
4.3 O lugar dos supermercados no abastecimento da cidade.....	101
4.4 Os supermercados no circuito inferior da economia urbana de Macapá.....	104
4.5 Das casas comerciais da Doca da Fortaleza aos primeiros supermercados de Macapá.....	107
5 AS REDES DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANAS E O CASO DOS SUPERMERCADOS EM MACAPÁ.....	117
5.1 A atuação das redes de abastecimento alimentar urbanas.....	117
5.2 Os supermercados no abastecimento alimentar de Macapá.....	133
5.3 O abastecimento alimentar urbano informal.....	140
5.4 O abastecimento urbano e a rede de transporte.....	143
CONCLUSÃO.....	154
REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE.....	168

## INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá é um dos estados mais novos da República Federativa do Brasil, criado pelos atos das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988. Por sua configuração político-administrativa recente, é considerado um Estado em construção embrionária, razão pela qual é possível pensar e planejar um desenvolvimento que valorize a região, a organização espacial e sua dimensão territorial. A compreensão do conceito de região é fundamentada na concepção de Corrêa (1986), numa perspectiva do materialismo histórico-dialético pelo qual associa a organização espacial dos processos sociais ao modo de produção capitalista.

Um dos elementos que afeta o desenvolvimento e o uso do território é a forma como as conectividades comerciais ocorrem nas redes de abastecimento do comércio varejista de alimentos na cidade e as relações sociais (materiais e simbólicas) nesse espaço, que constroem, destroem e reconstroem novas territorialidades, conforme Marx (1990) propõe em sua décima primeira tese sobre Feuerbach que não bastava interpretar o mundo, era preciso transformá-lo. Esse mundo a que Marx se refere é o espaço contraditório, em construção, aqui representado pela unidade de análise - Macapá - onde se projeta esta pesquisa, delimitada pela cidade, ou seja, aqui entendida como o seu espaço urbano.

As formas de organização regional das redes de abastecimento alimentar urbanas, considerando como elementos nodais os espaços urbanos e suas áreas de influência, tendo como estudo de caso a intermediação dos supermercados na realidade de Macapá, é o que se pretende analisar, já que se considera que os supermercados ocupam lugares privilegiados de abastecimento e oferta de alimentos no varejo, na cidade.

Esse abastecimento é crucial para a oferta de alimentos em Macapá porque no Estado a produção alimentar é abaixo à demanda de sua população. Dessa maneira ocorre uma dependência muito forte do alcance das redes de abastecimento externas, principais fontes de mercadorias para os supermercados e para a formação de suas próprias redes e controle do território comercial.

Assim, considera-se também que a análise do uso território numa perspectiva teórica da formação das redes ainda é um pouco incipiente, no Amapá, mas que tende a crescer futuramente e ganhar espaço nas áreas do conhecimento, a exemplo do que já vem acontecendo nas regiões. Ainda, a prática de abastecimento de alimentos, por intermédio do comércio varejista, dos fluxos de mercadorias regionais e inter-regionais é uma atividade considerada de grande importância para todos os estados, do ponto de vista de sua dimensão

econômica, mesmo que esses apresentem níveis de desenvolvimento diferentes e desiguais. Contudo, se antes era uma atividade relacionada a uma necessidade de consumo essencial (na perspectiva socioeconômica), hoje há uma exacerbação consumista motivada pela criação de novas necessidades e de novos padrões culturais. Afinal, o comércio não se realiza apenas pelo consumo da mercadoria em si, mas também pelas imagens, pelas marcas, símbolos e reflexos que se representam ao consumidor, o que pode diminuir o poder de compra de alimentos em função da aquisição de outros produtos.

Ao longo da História do Amapá foram criadas intervenções humanas com obras que continuam mudando o seu meio ambiente natural e cultural. Essas transformações são caracterizadas pela construção de estradas, rodovias, ruas, vilas, comércios, fábricas, casas, enfim, “verdadeiras próteses” (SANTOS, 2006a, p. 39) territoriais, pois “o espaço geográfico é formado por sistemas de objetos e sistemas de ações, um conjunto indissociável” (SANTOS, 2005, p.159). No caso do Amapá esses sistemas na grande maioria influenciaram construções que tendem a negar sucessivamente a natureza do lugar e de seus habitantes.

Vários ajustes foram criados em várias dimensões no contexto do desenvolvimento territorial amapaense, entretanto, em condições específicas e peculiares que correspondem à criação de condições institucionais (políticas e legais); condições administrativas, para a permeabilidade e flexibilidade do funcionamento da máquina administrativa; condições técnicas (econômicas e infraestruturais), para a construção e instalação das condições urbanas. Essas condições possuem um histórico de elementos de “desenvolvimento” que serviram de plano de conexão à construção de redes e próteses tecnológicas e à produção de uma nova configuração territorial, que se fortaleceu após a criação do Território Federal do Amapá - TFA, e vem se consolidando em sua fase estadual.

Desde logo a criação do TFA, em 1943, a atuação de ajustes e práticas espaciais no cenário amapaense teve forte influência do capital estrangeiro, criando condições para a movimentação do capital na apropriação das riquezas, a exemplo das experiências da Indústria e Comércio de Minérios S/A - ICOMI e do Complexo Industrial do Jari CIJ, como exemplos de modelos de desenvolvimento destruidores, típicos característicos dos regimes de acumulação rígida (fordista/fossilista) e flexível (toyotista), respectivamente, de capital.

Dessa maneira é o uso do território amapaense em sua interação com a formação das redes, que faz sentido, enquanto objeto de análise, e não o território em si mesmo, porque representam apenas formas, “mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 138).

Dessa relação dialética, afirma-se que as grandes contradições atuais passam pelo uso do território e as redes se constituem em suportes ao território como forma de produzi-lo, mediante instrumentos de trabalho (objetos), práticas sociais (ações) e normas mercantis com bases territoriais, cujo aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e controle.

“Território e mercado se tornam conceitos xifópagos, em sua condição de conjuntos sistêmicos de pontos que constituem um campo de forças interdependentes” (SANTOS, 2006a, p. 154), em o mercado e a sociedade se opõem, todavia, em um mesmo corpo territorial. Assim, a base da oposição entre o mercado que singulariza, mediante as técnicas, e a sociedade (que generaliza), é a base territorial, pela qual se traçam redes transportando regras e normas egoístas e utilitárias, do ponto de vista dos atores hegemônicos (verticalidades). Todavia, as redes não são portadoras apenas de verticalidades, mas de horizontalidades, também com suas normas, regras e conflitos, que levam em conta a totalidade dos atores e das ações. São esses atores e a dinâmica social e econômica que criam as condições de configuração espacial e os usos da rede no território.

É nesse sentido que a concepção de desenvolvimento balizada para uma só direção, consoante ao planejamento econômico, com ênfase na industrialização e na urbanização, fora contraposta pela concepção e busca de um novo desenvolvimento caracterizado pela flexibilidade em várias direções, entre as suas possíveis dimensões, na busca de sustentabilidade.

No Brasil essa construção, em tese, visa a valorizar a democracia do poder local que, ao longo prazo, talvez, possa favorecer o surgimento de uma nova cultura política de maior participação da sociedade, no planejamento, na construção de agendas políticas e nas tomadas de decisão.

Nas tentativas de construção para novas perspectivas de desenvolvimento, a análise sobre a formação das redes com suas interações sociais e territoriais podem se tornar uma importantíssima perspectiva instrumental e metodológica para a compreensão do território e uma possibilidade diferenciada de compreensão do desenvolvimento regional no Amapá, em particular as espacialidades urbanas de Macapá.

Destarte, a delimitação do tema desta tese está consubstanciada nas formas de organização das redes de abastecimento alimentar em espaços urbanos (tratados como periféricos), tendo como unidade de análise o espaço urbano de Macapá em seu contexto sub-regional amazônico. Essa unidade de análise é interpretada através da influência das redes de abastecimento alimentar urbanas e dos supermercados locais na organização territorial e na

transformação da cidade. A partir da preocupação com a escassez da produção de alimentos no Estado do Amapá.

Infere-se, então, que a fluidez das redes do comércio de abastecimento urbano de Macapá pode estar estimulando uma dinâmica geoeconômica desta cidade como um polo de atração comercial, cujo problema de pesquisa aponta para uma questão norteadora: como se organizam espacialmente as redes de abastecimento alimentar em espaços urbanos considerados periféricos na realidade sub-regional amazônica, particularmente, o espaço urbano de Macapá (AP) e seus supermercados como foco de análise? Como tais redes de abastecimento incidem nas dinâmicas de organização territorial e de transformação da cidade?

Os objetivos da pesquisa são: analisar as formas de organização regional das redes de abastecimento alimentar, considerando como elementos nodais os espaços urbanos e suas áreas de influência, tendo como estudo de caso os supermercados na realidade de Macapá; examinar o funcionamento das principais conexões entre as redes de abastecimento alimentar, os supermercados de Macapá e os centros urbanos fornecedores, no contexto de um recorte regional da realidade amazônica; identificar as principais influências que os supermercados recebem de suas redes de abastecimento alimentar e como esses influenciam na transformação espacial urbana e regional de Macapá; analisar o comportamento dos supermercados em suas estratégias de abastecimento alimentar urbano; produzir diagnósticos que possam subsidiar o planejamento urbano na construção de estratégias de abastecimento alimentar, em espaços de difícil acesso logístico e estabelecer categorias de análise e tipologias a partir de reflexões acerca das relações entre os conceitos de redes de abastecimento alimentar, território e a organização do espaço urbano.

A orientação metodológica para a realização desta pesquisa está fundamentada no método dialético de abordagem que consiste na interpretação da realidade, cujo suporte oferece bases para uma interpretação dinâmica e totalizante dos fatos que não podem ser compreendidos quando considerados isoladamente ou como fixos e acabados, porque se entende que a realidade do espaço urbano está em vias de transformação recebendo todos os tipos de influências em suas dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais. Segundo Gil (1991), o Método Dialético é um método de investigação da realidade que apresenta pelo menos três princípios comuns a outros autores que também abordam o tema: a) todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos (...). A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade; b) quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos, e estão inter-relacionados. No processo de

desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas; c) o desenvolvimento processa-se em espiral, com repetição em estágios superiores de certos aspectos e traços dos estágios inferiores.

Dessa forma, a utilização dessa abordagem é justificada porque se busca no processo histórico e contraditório do desenvolvimento urbano e regional a compreensão da formação das redes de abastecimento alimentar por intermédio da análise dos supermercados com suas influências na formatação territorial da cidade de Macapá, cuja visão do particular está associada à visão de totalidade de uma realidade complexa, conectadas por nós, formando redes abordadas como sistemas em que se possam conectar os nexos entre as escalas micro e macro, particular e geral, com a utilização básica de fontes secundárias e pesquisa de campo que possa auxiliar na busca pelas respostas advindas do problema de pesquisa.

O método de pesquisa da unidade e subunidades de pesquisa se constitui em não experimental, com níveis descritivos e exploratórios, do tipo de Estudo de Caso, fundamentado em Gil (1991), com a utilização de técnicas quantitativas e qualitativas, a fim de auxiliar a pesquisa na identificação de questões relevantes acumuladas pelos referenciais teóricos e relacionadas às experiências reais do objeto em estudo. O estudo terá caráter descritivo e não explicativo porque não visa a determinar causas e efeitos, mas descrever e explorar as possibilidades de análises, com ênfase nos aspectos que melhor se coadunarem ao problema e aos objetivos da pesquisa.

As técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram: técnica de observação direta para a coleta de dados diretos nas unidades de supermercados e a observação das redes geográficas, com aplicação de formulários, levantamento de diagnósticos das empresas conectadas às redes geográficas vinculadas à movimentação de alimentos (fluxos de mercadorias). Nos formulários as informações foram registradas, após aplicadas em planilhas de texto do *microsoft excel*. O trabalho de campo e a apreensão de dados empíricos permitiram a criação dos dados da pesquisa qualitativa, mediante a aplicação de formulários estruturados nas subunidades por quais se movimentam os fluxos de mercadorias alimentícias, os supermercados. A fim de se adequar à complexidade da pesquisa e às diversidades encontradas nas unidades de circulação e consumo de alimentos, foi necessário formular questões as mais próximas possíveis dos atores sociais envolvidos nessas unidades, previamente elaboradas e orientadas para se atingir os objetivos da pesquisa.

Os dados da pesquisa de campo foram organizados buscando respostas ao problema proposto evidenciando seu sentido mediante a conexão com o referencial teórico obedecendo a um tratamento e a uma análise, interpretados quantitativa e qualitativamente, a partir do

estabelecimento de categorias, agrupamento das respostas de acordo com características comuns ou relacionadas entre si, seguida de uma tabulação dos dados, que estão representados em tabelas, figuras e gráficos.

O principal motivo que levou à seleção dos pesquisados, gerentes e donos de 20 empresas de supermercados, foi o fato dos mesmos estarem diretamente envolvidos com o abastecimento alimentar urbano de Macapá, comercializando e fazendo movimentar o fluxo de mercadorias. Essa condição favorecia o entendimento e a busca de melhores resultados para o problema da pesquisa e dos objetivos propostos. Quanto às mercadorias alimentícias selecionadas para a aplicação dos formulários, buscou-se destacar aquelas de maior demanda dos consumidores e que em grande parte pertencem à cesta básica de alimentação e, em grande maioria, não são produzidas em Macapá, mas em outras unidades da Federação.

Foram aplicados formulários objetivos com a finalidade de se poder perceber a contribuição desse segmento no processo de abastecimento alimentar de Macapá e sua inserção na rede, uma vez que a formalidade do comércio de alimentos pelos supermercados é complementada por centenas de minimercados e pela informalidade do comércio de alimentos, nas feiras livres. A seleção dos sujeitos ocorreu por intencionalidade abarcando apenas 20 das unidades, do total de 29, dos supermercados em funcionamento em Macapá, pelo fato de 09 unidades pertencerem a mesma rede.

Nessa perspectiva, insere-se ao delineamento metodológico o estudo bibliográfico de autores que pudessem contribuir para a análise de um enfoque urbano e regional, tendo como dimensões explicativas a compreensão das espacialidades reticulares no processo de desenvolvimento territorial da cidade, a fim de realizar as devidas articulações à redação da tese, estruturada pela composição de cinco capítulos: o primeiro se constitui nesta introdução.

No segundo, pretende-se compreender algumas relações conceituais entre a formação das redes e a organização territorial, a partir dos sentidos e significados contemporâneos dos conceitos chaves de redes e território, e a importância desses conceitos em relação ao desenvolvimento social, cultural e econômico de um determinado território, seus fluxos e os condicionantes construídos a fim de movimentar esses fluxos, na tentativa em estabelecer parâmetros de análise da organização territorial sob o enfoque do desenvolvimento regional.

O capítulo terceiro é iniciado com uma caracterização da cidade de Macapá pelo uso do território amapaense e a apresentação de sua organização territorial e as influências das redes técnicas em seu espaço. Essas abordagens são importantíssimas para a compreensão da configuração territorial do espaço urbano, a fim de se procurar entender como o modo de

viver na cidade, transformado pelos “ajustes espaciais”<sup>1</sup> (HARVEY, 2005) e estimulados pela inserção de próteses tecnológicas, atuam no comércio da região, seja pela via rodoviária ou hidroviária, como elementos do processo logístico que atuam na movimentação das mercadorias alimentícias. A análise desses processos basear-se-á em fontes secundárias referentes aos aspectos socioculturais e aos contextos histórico-geográficos em que a região está inserida, bem como na observação para a utilização do reconhecimento da dinâmica urbana, mediante o diagnóstico da realidade local.

No capítulo quarto se discute o abastecimento alimentar urbano em Macapá em fragmentos de sua história, a influência do comércio na sociedade tradicional e na sociedade de consumo, bem como o lugar dos supermercados na cidade, como instrumento modelador do espaço urbano.

No quinto e último capítulo, abordar-se-á as redes de abastecimento alimentar urbanas no caso dos supermercados em Macapá, particularmente, a fim de se apontar os resultados da pesquisa de campo na busca em se responder, na conclusão, ao problema apresentado no projeto de tese.

A pesquisa buscou, por meio da estratégia de análise de conteúdo, fazer inferências e considerar conclusões que serão articuladas no último capítulo de forma não definitiva, mas provisória, para que se possa se ter uma nova referência ou até mesmo uma motivação de aprofundar ou reconsiderar as análises apresentadas, também passíveis de replicá-las em outras unidades e dinâmicas urbanas.

---

<sup>1</sup> Segundo Harvey (2004, p. 80), o ajuste espacial (*spatial fix*) é uma característica marcante do capitalismo na busca de soluções de suas contradições internas. Ou seja, a fim de garantir sua própria sobrevivência os ajustes espaciais são formas de “*reorganização geográfica*”. O capitalismo constrói e reconstrói o território ao seu próprio uso, mudando as paisagens naturais ou ajustando as artificiais, com toda a infraestrutura necessária à acumulação. Há como resultado uma constante reconfiguração territorial.

## **2 REDES E TERRITÓRIOS: DUAS DIMENSÕES PARA SE PENSAR ESPACIALIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL**

Neste capítulo, pretende-se compreender algumas interações e relações entre a formação das redes e a organização territorial a partir dos sentidos e significados contemporâneos dos conceitos instrumentais de redes e de território que não se excluem e tampouco se separam da análise do espaço geográfico, categoria central deste estudo; e a importância desses conceitos em relação ao desenvolvimento regional, social, econômico, político e cultural de um espaço urbano particular, seus fluxos e fixos, e os condicionantes socialmente construídos, que são utilizados como elementos na fluidez das redes e na flexibilidade de seu funcionamento.

### **2.1 Redes e algumas generalizações: do mito ao conhecimento científico**

Em algumas reflexões de contexto urbano e regional vigoram muitas ideias sobre as redes como se sempre tivessem feito parte da natureza humana e como se tudo fossem redes, para tanto se busca identificá-las desde os tempos mais remotos, utilizando-as nos mais diversos expedientes: como mito, metáfora, noção, conceito, paradigma, etc.

Algumas regressões temporais retomam o espaço da mitologia grega para associar uma ideia de rede à metáfora do labirinto<sup>2</sup> de Creta, cuja construção espacial reticular permitia o encontro de pontos, conexões, trajetos, caminhos e encruzilhadas, mas, como as armadilhas impostas a qualquer vivente em seu cotidiano, dificultava a busca de uma passagem a fim de se encontrar uma saída para a sobrevivência.

Muitas vezes a sociedade urbana se depara com verdadeiros labirintos na cidade, onde se faz necessário encontrar o fio de Ariadne, todavia, a esperteza e o truque de inteligência da princesa mitológica utilizada pelo herói Teseu, não são suficientes para a compreensão da cidade moderna, cuja busca por seus significados possam superar as armadilhas do desordenamento urbano, da ausência de políticas públicas ou da impossibilidade de consenso na sua gestão, mediante ao empenho na obtenção do conhecimento de sua história, de seu processo de desenvolvimento, das redes de relações que influenciam a construção do

---

<sup>2</sup> Em “Planear el espacio de la vida: laberintos del tiempo”, Pintaudi, 2008, utiliza a metáfora do labirinto onde elabora uma interessante reflexão acerca da problemática urbana e os seus desafios de planejamento e de organização espacial para a reprodução das relações sociais, pois: “el espacio pensado (planeado) para la reproducción de la vida, en el momento en que se materializa, se presenta con un nuevo problema a ser resuelto porque las nuevas condiciones de existencia que se presentan van a engendrar otras maneras de ser y, por lo tanto, de luchar por la vida”. A finalidade do uso da metáfora do labirinto é remetê-la à ideia de espaço.

território, orientados para um novo planejamento e para a gestão compartilhada do espaço, sob pena de que alguns indivíduos ou poucos grupos continuem a dominar e a se apropriar do enigma urbano de hoje e de seu conhecimento, fio que pode ser útil na construção de várias redes, porém, o mesmo fio pode desconstruí-las.

Deixando-se levar pelo encanto do tema, pode-se buscar com os gregos antigos a ideia do conhecimento revelado dentro de uma teia em que a realidade era concebida como uma presença que se revelava aos sábios em forma de verdade, onde a estrutura mental antiga tecia a relação entre sujeito e objeto de forma que o ser que compreendia era o “*objectum*” e a realidade a ser compreendida era o “*subjectum*”, o ser que compreendia era passivo, sofrendo a presença da realidade, subordinado à estrutura dessa presença e à natureza. A visão era dada pela realidade, sem questionamentos. A experimentação de caráter meramente comprobatório servia apenas para confirmar o que já se “sabia”. Essa visão geral da realidade foi amplamente catalisada por Aristóteles e levada adiante por seus seguidores.

Na Europa medieval o conhecimento fora costurado às verdades da religião e harmonizado com a síntese filosófica de Aristóteles, demonstrando aos estudiosos medievais que não havia conflitos entre a fé e a razão, mas ligações, redes, entre o mítico, o texto religioso e a estrutura racional grega.

O mais expressivo exemplo dessa rede se deu quando Santo Tomás de Aquino aplicou a analogia e o finalismo aristotélico ao “texto revelado” – a tessitura da palavra revelada. Foi retomada a física aristotélica demonstrando racionalmente a existência de Deus, integrando-se à filosofia tomista, que surgia como a pedagogia oficial da igreja católica. A escolástica (filosofia da escola medieval) alcançou com o tomismo seu nível mais alto e produziu um profundo e duradouro impacto nas gerações futuras, que se opuseram à nova ciência experimental emergente no Renascimento. Todavia o racionalismo do tomismo formou, adiante, o clima intelectual para a ciência moderna.

No espaço da produção a noção de redes era associada à abertura de caminhos, à construção de pontes, canais e estradas que interligavam a sociedade medieval; ao trabalho de tecelagem, pela técnica utilizada na união de vários fios, pontos e nós, a fim de produzir um tecido, com utilidade para o vestiário, para instrumentar a atividade de caça e de pesca, doravante essas redes, em dado momento, representavam a libertação da fome para muitos grupos sociais, aos indivíduos capturados eram armadilhas para aprisionar e matar.

A ideia de caminho (vias de circulação), canais e tecido (união de várias células ou pontos) fora remetida à própria existência humana e à imagem do corpo humano, recuperados da antiguidade, principalmente de Hipócrates que concebia o corpo humano como uma

excelente via de comunicação entre veias e órgãos. Posteriormente, Descartes utiliza o termo *renda* para descrever a superfície do cérebro, como uma ordem visível e análoga a do tecido, própria do corpo (MUSSO, 2004, p. 18).

Para Sfez (1997, p. 9), a representação de fato, imagens e lugares do corpo humano estarem ligados por redes de sangue e nervos, fez com que a noção transitasse facilmente entre as muitas disciplinas das ciências naturais e humanas, com diversos tipos de apropriações inclusive sendo importante à ideia de sistemas.

O que explica esse sucesso, segundo Musso (2004), é a polissemia que a noção de redes carrega e o poder ao ocupar o lugar de noções outrora dominantes, como sistema ou estrutura. Todavia, enquanto conceito se lançam dúvidas sobre a sua coerência, devido à utilização exagerada de recursos metafóricos que podem diluí-la a incompreensões.

Musso (2004) assevera que a palavra *redes* surge somente no século XII na França: “*reseau*” é uma variante do francês antigo “*réseuil*”, do latim “*retiolus*”, diminutivo de *retis*, cujo termo significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido (DIAS, 2005, p. 14).

Segundo Parrochia (1993), é com a química de Lavoisier que se fez surgir a verdadeira ciência da ligação e da comunicação com outras substâncias, de onde se pode identificar elementos teóricos que estão na gênese do conceito de redes, em que todos os objetos estão interligados entre si por suas trocas de informações. Ao longo dos tempos, o termo fora ganhando novos significados passando a ser empregado em diversas realidades e interesses específicos, em diversos contextos e em diferentes estudos.

A grande virada da rede como conceito relacional operacional ocorreu, segundo Musso (2004, p. 20), quando ela foi colocada para a parte exterior ao corpo, pois a rede não era mais apenas observada sobre ou dentro do corpo humano, ela podia também ser construída, “concebida, refletida e formalizada, ela se tornou um modelo de racionalidade representativa de uma nova ordem. Ela se exterioriza como artefato técnico sobre o território para encerrar o grande corpo do Estado-Nação ou do planeta”.

Essa construção se tornou possível porque a rede, no final do século XVIII, tornou-se um objeto pensado em sua relação com o espaço e a própria abstração que organiza esse espaço, passando a representar o território e seus artefatos técnicos que influenciam a constituição das redes que alcançam o território.

### 2.1.1 As redes na filosofia de Saint-Simon, segundo Musso

Segundo Musso (2004) é com Saint-Simon<sup>3</sup> que nasce o conceito moderno de rede que permite perceber e realizar uma estrutura artificial de gestão do espaço e tempo, cuja ambivalência se caracteriza em controlar e fazer circular pela sua superposição ao território.

Na filosofia de Saint-Simon, caracterizada pela meta-ligação social, a rede é o seu pivô e o seu vínculo geral, a partir de uma epistemologia de um organismo-rede, onde a contradição seria a essência de todos os fenômenos, que por sua vez, “são efeitos da luta existente entre os sólidos e os fluidos” (MUSSO, 2004, p. 23).

Essas duas dimensões dialéticas formam a unidade dos contrários e a lógica do organismo, uma forma superior de organização onde a rede ocupa lugar visível e vínculo invisível de circulação continuada que garante funcionalidade ao corpo organizado, a fim de manter a vida. O corpo é visto como conjunto elaborado de vasos ou canais, num emaranhado de vínculos que se entrecruzam, pela circulação sanguínea ou estatal como a condição para a vida ou para a boa administração e como garantia de mudança social.

Quanto mais um corpo era organizado, em um sistema de fluxos, a rede deixava de ser apenas um conceito para também se tornar operadora de ação e o próprio sujeito que permitiria a sua passagem ao ato, à realização de um trabalho que simbolizava o vínculo dos três elementos religiosos de Saint-Simon: associação, comunicação e comunhão, novos condicionantes para a transformação social. O estado de dominação só seria ultrapassado mediante a associação de seus agentes, com uma forte rede de comunicação e comunhão entre seus membros. A passagem da dominação à associação somente se realizava com o desenvolvimento das redes de comunicação, simbolizadas pela comunhão e comunicação entre Ocidente e Oriente.

Da fragilidade conceitual de que a sociedade deveria ser analisada conforme esses preceitos, os discípulos de Saint-Simon se apoderaram da filosofia das redes para pensar e organizar na escala social um culto religioso delas. Dessa forma, a rede era concebida, ao mesmo tempo, como técnica que faz vínculo e como operador político-moral que faz sentido, agindo sobre duas vertentes: “uma técnico-financeira; a outra, político-simbólica”, cujos desdobramentos sinalizavam para os temas contemporâneos das redes na dimensão da utopia moderna das redes de comunicação, identificando-as como uma revolução política. A rede como objeto-símbolo em que a rede técnica era capaz de produzir por ela mesma a mudança

---

<sup>3</sup> São vários os autores que citam a contribuição de Saint-Simon no estudo de um conceito de rede, motivo pelo qual se insere essa abordagem em destaque.

social. Todavia, Musso (2004, p. 28) afirma que “convocar a rede como objeto redundante simultaneamente em apagá-lo como técnica para revelar sua verdade como vínculo social, na associação universal”. Em outras palavras, o autor quer dizer que o atributo dado às redes pelos discípulos de Saint-Simon contribuiu para uma compreensão determinista das redes técnicas e de um poder que ela não possui, sem o impulso de seus agentes, no contexto de sua sociedade.

### **2.1.2 As redes na noção de sistemas**

Segundo Dias (2008) a noção de sistema é o quadro teórico privilegiado por vários autores interessados no estudo das redes porque “a teoria dos sistemas permite especificar as interações entre subsistemas e postularia que a rede de relações é também rede de organização” (DUPUY, 1984 apud DIAS, 2008, p. 48).

Entre esses autores, Sfez (1997, p. 9) define o conceito de rede como uma das tecnologias do espírito, um conceito de passagem, que se impõe a todos e circula em todos os meios, podendo designar situações tão banais quando a constituição de uma agenda de endereços, um complexo de relações, uma reunião de filiais de empresas, a distribuição da edição ou do combustível e até a teia de aranha da máfia. Desse modo, o autor (1997, p. 10) assevera que se um sistema pode ser visto como rede, sem começo nem fim fixados, cujas linhas possam se acavalar circularmente, tornando toda circulação possível, sem ordem determinada de uma vez por todas e, da mesma maneira, por todas as ramificações, então se estar não somente num sistema aberto, mas paradoxalmente, num sistema que se define pelo tempo passado a percorrê-lo em todos os sentidos, como o sistema geral de todo os sistemas possíveis.

Capra (2004) reconhece a complexidade que envolve esse novo pensamento e a dificuldade de aceitação pela maioria dos cientistas porque a ciência ocidental esteve muito associada ao pensamento mecanicista cartesiano quando acreditava que a compreensão dos sistemas complexos poderia ser obtida pela análise da propriedade de suas partes, alicerçadas em bases sólidas do conhecimento. Na perspectiva sistêmica, a relação entre as partes e o todo fora invertida. As partes, em relação ao todo, só podem ser compreendidas em uma dimensão maior e dentro de seu próprio contexto, cuja realidade é formada por uma rede de relações que requer interconexões e concepções de modelos, na qual não há fundamentos, quando ocorre então a substituição da metáfora cartesiana do conhecimento como um edifício, pela rede. Esse novo conhecimento à medida que se expande encontrará aceitação crescente,

principalmente, pelas dinâmicas de desenvolvimento que se apresentam nesse novo século, impactando sobre o desenvolvimento humano e a maneira de viver da humanidade.

Conforme Capra (2005) essas dinâmicas têm tudo a ver com as redes porque envolvem tecnologias radicalmente novas: o crescimento do capitalismo global, relacionado à rede eletrônica de fluxo informacional e financeiro, cujo objetivo é maximizar a riqueza e o poder das elites extraíndo os recursos necessários (materiais e imateriais) à finalidade de acumulação ampliada; a criação de comunidades sustentáveis fundamentadas no planejamento ecológico, conectada à rede ecológica de fluxo de energia e de material, cujo objetivo, diferentemente é maximizar a sustentabilidade da teia da vida, condição afeta à sobrevivência da humanidade frente à nova revolução tecnológica da informação, transmitindo a ideia que fez surgir um novo tipo de capitalismo que submete a sociedade em interações territoriais permanentes com os meios informacionais, que extrapolam os sistemas técnicos e comunicacionais para buscar amplitudes no cotidiano dos agentes sociais.

Para Serres (1968), citado por Musso (2004), podem-se pensar as interações territoriais como vértices de cruzamentos, de estrutura de fios e de nós formadores da rede, mas ao se privilegiar algum, isoladamente, corre-se o risco de se não alcançar a totalidade. Todavia, ainda assim é possível perceber os fios que atravessam uma dada estrutura e tecem a urdidura da rede por entre os quais passam os fios da trama, onde cada cruzamento carrega a tensão da tessitura por ser dotado de uma potencialidade que o ultrapassa. O conceito assinala, portanto, que a rede é constituída em dado momento por uma pluralidade de pontos (picos) ou nós ligados ou conectados virtualmente entre si por uma diversidade de ramificações ou caminhos. Cada nó é a intersecção de vários caminhos e cada caminho, reciprocamente, influencia uma relação entre vários nós (intersecções) constituída a partir de suas correspondências.

Musso (2004, p. 31) apresenta a rede como “uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento”. Dessa forma, existiriam três níveis de definição: a) primeiramente, a rede seria uma estrutura composta de elementos (picos ou nós) em interação ligados entre si por caminhos; b) o segundo nível de definição considera a rede como uma estrutura de interconexão instável no tempo; c) por último, o terceiro elemento da definição de rede, a modificação de sua estrutura obedece a alguma regra de funcionamento. Musso (2004, p. 32) diz que a rede entendida como uma tecnologia de espírito cria um novo paradigma para o raciocínio que é considerado como um modo de raciocínio dominante porque o conceito se tornou uma espécie de chave mestra ideológica onde tudo é vínculo, transição e passagem. É

uma meta ligação para comportar três significados fundamentais que corroboram a definição acima porque a rede:

em seu ser, ela é uma estrutura composta de elementos em interação; em sua dinâmica, ela é uma estrutura de interconexão instável e transitória; e em sua relação com um sistema complexo, ela é uma estrutura escondida cuja dinâmica supõe-se explicar o funcionamento do sistema visível.

As ideias que Musso toma emprestado de diversas contribuições pressupõem que a estrutura da rede inclui uma dinâmica, considerando-se o desenvolvimento de um elemento em uma rede de redes, entretanto, passa-se da dinâmica ao funcionamento de um sistema de redes, como se o primeiro fosse invisível do segundo e o seu fator explicativo. De acordo com o autor os variados significados atribuídos à formação e à noção de rede podem ser associados a duas formas: a) a que assinala um modo de raciocínio em que o conceito e a tecnologia de espírito estão estreitamente associados numa ideia de utopia tecnológica, informando um determinismo tecnológico da rede técnica em relação à sociedade e ao território, tornando-se o fim e o meio para pensar e realizar a transformação social; b) a que interpreta a rede, simultaneamente, como um modo de organização do espaço-tempo e como meio de articulação e relação entre distintos agentes sociais e lugares, como uma matriz técnica e a carga simbólica que ela é portadora.

Da distância tênue entre o paradoxo dessas duas noções gerais, infere-se que as redes representam uma forma parcial de compreensão da realidade, às vezes a difusão exagerada de seu uso tem contribuído para um amontoado de significados, o esvaziamento e a fragmentação de seu conceito. Todavia, no contexto de aceleração de fluxos de migrações, de mercadorias, de informações e de capitais que percorrem o território, o resultado de suas análises pode ser potencializado levando-se em consideração o caráter indissociável de outras categorias de análise, pois a noção das redes e sua formação como meio de organização das pessoas em um dado território no espaço geográfico trouxe consigo significados que estão além do objeto técnico.

## **2.2 Redes geográficas**

Para Raffestin (1993, p. 150), as redes constituem um meio de construir e produzir o território, pois “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”. As redes seriam um sistema de linhas que configuram desenhos de tramas capazes

em assegurar a comunicação entre os indivíduos de uma sociedade e grupos que dela fazem parte. Mas, ao mesmo tempo em que facilita a criação de proximidades, de vizinhanças, de novos acessos e de convergências, elas também podem proporcionar rupturas e distanciamentos entre esses mesmos indivíduos e grupos. Dessa forma, as redes estabelecem limites porque são estruturadas em uma base relacional, onde os atores que produzem o espaço urbano estão em contato, evidenciando suas tensões e seus conflitos. Por outro lado também é possível se buscar o entrelaçamento de teias de solidariedade entre esses fios, pontos ou nós que marcam a posição dos sujeitos. A partir desse pressuposto, a diversidade na formação das redes seria um fator essencial para influenciar os limites e a organização territorial.

Em seu tom, Dias (2005, 2008) ratifica a ideia de que a rede apresenta a propriedade de fazer a conexão de seus nós a ela, tendo, simultaneamente, a potencialidade de solidarizar ou excluir, de promover a ordem ou a desordem, destacando uma forma particular de organização espacial e no âmbito dos processos de integração ou desintegração, de inclusão ou exclusão de lugares, regiões e grupos sociais, a rede aparece como instrumento que viabiliza duas estratégias: “circular e comunicar”. Assim, as redes são portadoras de ordens variadas, mas como os agentes sociais apresentam distintas e desiguais condições de acesso e uso da rede, ela se revela também como instrumento de poder.

Nesse sentido, as redes só funcionam ou são realizadas, se contiverem, em seus nós, sujeitos capazes de agir de maneira integrada e cooperativa com os outros. Essa compreensão nos permite perceber a importância do modelo das redes para a ampliação do “jogo político” para além da arena institucional. Ou seja, por intermédio das redes é possível que atores com papéis bem diferentes possam opinar e/ou participar da formulação no planejamento e desenvolvimento de um projeto comum.

Dias (2008, p. 149) ainda afirma que na análise de uma dada rede não se deve pensá-la isoladamente, mas em suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho, com a organização e o uso do território, ratificando-a como instrumento valioso para a compreensão da diferenciação crescente entre as cidades introduzidas pelas dinâmicas territoriais.

Santos (2006a, p. 176-178) informa que a definição do conceito de redes pode iniciar de duas dimensões complementares, a primeira, concernente a sua forma, ou seja, a que se materializa no espaço geográfico, entendendo-se, portanto, que as redes correspondem a toda infraestrutura que permite a conexão entre os bens materiais imateriais, energias, serviços e informações, através de estradas, rodovias, hidrovias, linhas de transmissão das mais variadas,

etc. Quanto à segunda dimensão leva em conta o dado social, trata-se de seu conteúdo e da sua essência, pois as redes apresentam um caráter social e político determinado “pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é na verdade, uma mera abstração”. Esse autor chama a atenção, também, para o fato de que os suportes das redes se encontram, em momentos, parcialmente no território e, parcialmente nas articulações possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação (SANTOS, 2006a, p. 178). “A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 1999, p. 11).

Para Santos (2006a), as redes são portadoras de informações, na forma de produtos e ideias que somente se tornam concretas, isto é, reais, efetivas e historicamente válidas, quando utilizadas no processo da ação. Por isso, são os atores cívicos e políticos, em suas trocas de argumentos, em seus diálogos, aproximações e conflitos, que dão vida às redes, cuja força é extraída pelo volume e variedade de comunicação encontrada em seu conteúdo técnico, tanto local quanto global.

Dessa maneira, entende-se a formação das redes, constituída por elementos dinâmicos, intrínsecos às ações dos processos sociais, capazes de movimentar relações sociais com o território e meios para produzi-lo, a partir de uma malha, teia ou trama formada pelo conjunto de todas essas redes, que não estão inscritas em um vazio, mas em espaços geográficos plenos de história, marcadas pelo seu tempo, por um processo; e, pelos movimentos de tensões sociais, regionais, locais e globais, pois elas se tornam incompreensíveis de outra forma: evidenciando apenas o tempo presente ou apenas seus aspectos locais.

Dias (2005) ao se reportar que os últimos anos têm apresentado uma larga difusão das ideias sobre redes, seja enquanto conceito teórico ou enquanto noção empregada pelos atores sociais. Essas ideias foram expressas num contexto de pelo menos quatro grandes fluxos que atravessam o espaço geográfico:

- a) os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios;
- b) os movimentos comerciais ou fluxos de mercadorias;
- c) os movimentos de informação ou fluxos informacionais;
- d) os movimentos de capitais ou fluxos monetários e financeiros.

A ideia de dinâmica desses fluxos corresponde aos movimentos e articulações que estão presentes no território influenciando seus aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e espaciais. É uma noção de rede, portanto, que não é a-histórica, tampouco neutra. Tanto hoje, quanto no passado, esses movimentos não ocorrem isoladamente, mas

conectados entre si formando uma rede portadora de um ou vários projetos, especialmente de organização territorial, que poderá contribuir para mudanças na composição populacional; mudança nos padrões de produção, circulação e consumo; enfim, mudanças essencialmente culturais em que as informações fluem com maior velocidade.

São esses fluxos que animam as redes, que por sua vez, segundo Santos (1994), tornam-se dinâmicas e ativas, todavia, não transportam em si mesma tais princípios, que na verdade correspondem aos movimentos da dinâmica da sociedade, mediante a relação dialética entre horizontalidades e verticalidades, nos e pelos processos locais e globais.

Assim, Santos (2006a, p. 38) apresenta mais essa forma de compreensão do espaço geográfico defendendo uma construção que considera a importância de reconhecer o espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Para esse autor:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.

Ou seja, os fixos são e estão no espaço local e consistem em uma combinação de variáveis sociais, econômicas, políticas e culturais que possam favorecer sua inserção no espaço, modificando-o. Fluxos e fixos se influem mutuamente, contudo, os fluxos uma vez relacionados aos fixos, não estarão limitados ao espaço local, pois eles estão em movimento, são resultados de ações dinâmicas que podem superar seus limites territoriais, passando a compor o espaço global cuja dinâmica é representada pelas grandes organizações mundiais, enquanto os fixos se restringem ao espaço regional, porém também podem alterar a sua “personalidade”, sob a influência dos fluxos. Ao sofrer alterações a estabilidade dos fixos se torna relativa.

A combinação indissociável entre fluxos (movimento) e fixos (estabilidade relativa) pode resultar diferentes maneiras de regulação do território, através das redes se forem tecidas enquanto estratégia de reordenamento das relações de poder. As redes podem se constituir meios de configuração do território, pois toda construção territorial depende da ação de sujeitos. Se os fluxos de todo tipo pressupõem a existência das redes e os nós das redes são os lugares de conexão, que na rede urbana são formados pelas cidades, esses nós, portanto, são lugares de poder e de referência no conjunto das redes. Mas como relacionar a rede urbana, o espaço urbano e o território de uma maneira que permita compreender as contradições da cidade e as suas rápidas transformações atuais?

Dupuy (1996) analisa o papel que o planejamento urbano convencional impõe à cidade atualmente, entendida como o lugar onde são produzidas mudanças cruciais para o desenvolvimento das atividades humanas. Este autor acredita que a análise dessas mudanças não são mais úteis se forem tomados por modelos que continuam baseados no planejamento atual, mas exige novas abordagens, muitas vezes interdisciplinares, que integrem as várias teorias sobre a articulação e as relações do espaço urbano, moldadas pelas práticas espaciais que segundo Corrêa (2008, p 35) resultam de projetos variados, cujas ações entre outros objetivos visa à gestão do território, “sua administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução”.

Essas práticas espaciais podem ser complementares, concorrentes ou combinadas, identificadas, segundo Corrêa (2008), pela seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

O processo de organização espacial seletiva aumentou com o capitalismo levando os agentes que produzem e consomem o espaço a agir mais seletivamente na localização de determinados lugares que possam ir ao encontro de seus interesses. São muitos os fatores que podem influenciar essa prática, relacionados a tudo que possa envolver os valores do lugar, para aquela determinada ação no espaço. Nenhuma ação é, portanto, desconexa de uma realidade, sem um propósito preestabelecido. As coisas não são postas nos lugares aleatoriamente, tudo tem uma razão de ser e de existir. Daí a importância de se refletir sobre a localização das coisas. Quando um empresário do ramo do comércio de supermercados, da indústria ou de qualquer outra atividade seleciona um lugar, ou ainda, em outro âmbito, quando um ribeirinho da Amazônia decide estabelecer sua moradia à margem de um rio, acredita-se que foi uma escolha pensada nas vantagens que aquele lugar pode oferecer a sua empreitada.

Mas são nas relações capitalistas que esse processo encontra maior eficácia, devido às diferentes formas de relações de poder que são estabelecidas no espaço, resultando correntemente a sua fragmentação e conforme as conveniências o seu remembramento como estratégia de controle e dominação, pois, segundo Corrêa (2008, p. 38-39):

Na dinâmica de uma dada empresa o seu espaço de atuação pode ser submetido à fragmentação ou ao remembramento. A fragmentação deriva da intensificação da atuação da empresa, que leva a implantação de novas unidades vinculadas, quer à produção, quer à distribuição, unidades que possuem, cada uma, uma exclusiva área de atuação (...) O remembramento espacial, por outro lado, deriva, via de regra, de uma política da empresa visando impor outra racionalidade ao seu espaço de

atuação. Através da aglutinação de unidades locacionais e áreas, origina-se uma outra organização espacial.

Na escolha de um dado local pode ainda não haver as condições julgadas satisfatoriamente favoráveis ao empreendimento, o qual pode recorrer, então, a prática de antecipação espacial a fim de garantir para um futuro próximo o controle de uma dada organização espacial com a ampliação de sua área de atuação. É comum, no mundo capitalista, organizações que se antecipam e reservam vastas áreas para esse propósito.

Por outro lado, a seleção de um lugar pode não ser vantajosa no futuro, como se pensava, ou perder seu valor que outrora tinha, ocorrendo então a marginalização espacial daquele lugar, cujos exemplos também são inúmeros de lugares prósperos enquanto interessava ao capital e de sua decadência depois da extração de seus recursos, relegados ao abandono. O caso da exploração de manganês na Serra do Navio, no Amapá, é emblemático, nesse sentido, porque o que importa na racionalidade capitalista é a reprodução da região produtora, quando efetivadas pelo Estado, pelas grandes organizações empresariais ou pela combinação entre ambas, a fim de se atingir práticas espacialmente localizadas condicionadas à sua própria reprodução, enquanto houver interesse, em letras miúdas: lucros.

É importante ressaltar que um estudo dessas práticas ganham dimensões e amplitudes próprias quando analisadas no espaço urbano, compreendido metodologicamente como o espaço da cidade. Segundo Corrêa (1997), porque apresenta, simultaneamente, várias características ricas de abordagem do espaço urbano: em um primeiro momento é interessante o estudo de sua fragmentação, decorrente da ação de vários agentes que produzem e consome o espaço urbano, através dos mais diversos expedientes de uso e ocupação das partes fragmentadas do espaço e cada uma dessas está, por sua vez, simultaneamente articulada à forma espacial a qual pertence.

Ocorre que a fragmentação e a articulação se complementam pela expressão espacial dos processos sociais, gerando outro momento de compreensão do espaço em ser o reflexo das sociedades do passado e do presente, que mediante suas ações estabelece desigualdades refletidas no espaço dinâmico e mutável, mas que mantém padrões de desigualdades diferenciados, ao estabelecer condicionantes sociais, caracterizados pelas diversas funções existentes para a reprodução das relações de produção nos lugares onde diferentes grupos sociais convivem e se reproduzem, em comunhão ou em oposição, mediatizados por valores locais e mundiais, imateriais e materiais, em um campo simbólico e de lutas por direitos.

Por tudo isso uma perspectiva que se acredita concorrer na atualidade, no estudo e compreensão do espaço urbano, é centrada no conceito de rede que, segundo Dupuy (1996), a princípio representa um conjunto de pontos de operação, sejam eles cidades, de utilidade pública e redes técnicas, redes que geram sua própria organização regional, sem parar, sempre evoluindo. A rede é, portanto, mais que um objeto, resultado de um processo entre forças que operam no território, é também uma ideia e uma abordagem metodológica que se associa à análise da organização territorial no espaço urbano, induzidas pelo sistema de ações de seus agentes sociais.

São muitos os autores que discutem essa temática, privilegiando uma ou outra forma de abordagem, predominantemente. Em uma proposta interdisciplinar é possível que a integração dos mesmos possa confrontar visões que se coadunem ao desenvolvimento do estudo em tela, todavia:

As redes constituem apenas um dos elementos de definição da escala de referência e a lógica territorial engloba, como vimos, outras interações e relações. O tempo, histórico e social, é um tempo longo – no qual se confrontam valores e se debatem ideias – e não pode estar limitado por uma ordem reticular (DIAS, 2004, p. 170).

Compreender as redes, portanto, como uma estratégia para se estabelecer pontes conceituais entre o território e a lógica territorial reticular, no contexto conflituoso do mundo atual com o local, é traçar outro caminho teórico, a fim de se pensar novas formas de reflexão da região e do próprio território, como parte de uma dimensão espacial, não somente pela tradicional rigidez de suas fronteiras ou de seus pontos zonais, contínuos e contíguos, mas relacionado às conexões de lugares e sociedades em pontos descontínuos; e, à mobilidade dos fluxos reguladores que alimentam não somente o capital, mas diferentes solidariedades e oposições no transporte de vários significados. Sem, contudo, reduzir essa dinâmica aos movimentos acelerados que agregam uma dada organização territorial, desagregando outras, libertam algumas sociedades e aprisionam outras. Mas também pelos movimentos de menor intensidade em muitos lugares e muitas sociedades. Esses movimentos desiguais implicam também numa evolução espacial que não se apresenta de igual forma em todos os lugares.

Por isso a estratégia analítica de opção pela noção de rede considera a alternativa da riqueza em possibilitar mais uma forma de entendimento das ações que influenciam a organização territorial da cidade, as conectividades regionais e, mais especificamente, o papel das redes no abastecimento urbano alimentar de Macapá, cujo pressuposto teórico metodológico leve à compreensão da rede como um modo organizacional do espaço-tempo, como meio de articulação social, jurídico-política, econômica e cultural dos diferentes agentes

sociais e lugares, relacionada indissociavelmente aos aspectos das diversas escalas do território, consciente que essa opção tem suas consequências, como qualquer escolha. Essa, especificamente, está conformada nos limites e nos riscos inerentes às complexidades das espacialidades, visto que nem tudo é rede e mesmo na existência dela não se pressupõe que o espaço esteja todo recoberto e dela possa se extrair todas as respostas das realidades sociais, que são sempre provisórias, renovadas e em permanente devir que as remetem a muitas reflexões, todavia, ainda a poucas respostas consensuais.

Nessa sequência a proposta de trabalho reside em não ser conclusiva, mas se inserir no contexto das análises espaciais capazes de valorizar o desenvolvimento regional a partir da importância das diferentes solidariedades orgânicas locais e suas oposições globais pelas solidariedades organizacionais. Onde se tem no espaço geográfico uma categoria central de análise que permite compreender o conjunto dessas relações em uma delimitação particular.

### **2.3 Organização territorial e desenvolvimento**

Por organização territorial, entende-se a maneira pela qual o território é produzido/construído (RAFFESTIN, 1993) e como ele é apropriado e usado (SANTOS, 1994; 2005; 2006a; SANTOS & SILVEIRA, 2001), a forma como ele é pensado, sentido, vivido, reproduzido e/ou representado, pelos seus indivíduos, grupos sociais, governamentais, empresariais e grupos excluídos, que de um jeito ou de outro frequentam, pertencem, vivem ou simplesmente estão no espaço ainda em busca da formação de um território.

São esses agentes que territorializam o espaço, a partir de sua apropriação, produzem, portanto, a organização ou a desorganização territorial imposta aos seus interesses ou necessidades, materiais e/ou simbólicas, mas que provocam consequências a todos. Na busca dessa territorialidade, propostas de desenvolvimento são indicadas e influenciadas pelas dinâmicas sociais nos espaços internacionais que se refletem em espaços regionais e locais, marcados por dois movimentos constantes e concomitantes que se deslocam do global ao local e desse ao global, criando dessa forma possibilidades de novas configurações e arranjos espaciais.

Os distintos arranjos estabelecidos pelos agentes definem, influenciam e estabelecem limites territoriais que criam conflitos entre o global e o regional, com forte poder das dinâmicas socioeconômicas refletidas pelos circuitos, superior e inferior, da economia urbana (SANTOS, 2004), exercendo impactos e pressões gigantescas sobre o meio ambiente natural, político e cultural. Razão pela qual uma compreensão melhor desse cenário exige reflexões que considere os

demais comportamentos que são influenciados por questões ideológicas no processo de um desenvolvimento regional.

O conceito de desenvolvimento ganhou crescente espaço nos debates e estudos econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais, nas agendas da segunda metade do século XX, cuja conjuntura histórica conflituosa, de guerras, explorações e crescimentos urbanos desordenados, impôs graves ameaças à qualidade e continuidade de vida no planeta. Nesse contexto, as concepções tradicionais sobre desenvolvimento foram gestadas, mediante painéis mundiais de estudos e debates que a princípio estavam voltados aos problemas específicos dos países capitalistas hegemônicos.

Não obstante, esses estudos e debates, posteriormente, foram dirigidos à identificação do processo de desenvolvimento no mundo que criava uma base teórica para tentar explicar, abstratamente, a região de planejamento de cada país, orientada a justificar, que nos próprios países denominados de “terceiro mundo”, estavam situadas as principais causas de seus subdesenvolvimentos. Termo que segundo Esteva (2000) fora a definição que Truman utilizou, a fim de exaltar o papel do povo americano como guardião do progresso e do desenvolvimento, em seu discurso de posse como presidente dos EUA, em 1949, ao reportar-se a maior parte das áreas do mundo (África, Ásia e América Latina), periferia onde o capitalismo dominava e se reproduzia de forma extensiva, enquanto o centro se caracterizava pelo desenvolvimento intensivo de reprodução capitalista. Nascia desse modo, a concepção centro-periferia unidas verticalmente como uma das principais formulações teóricas do paradigma moderno urbano-industrial, que a respeito é muito válida a afirmação de Santos (2006a, p.174) de que:

Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil, tomada como um todo.

Essa verticalidade caberia aos agentes estatais, em dado momento, concorrendo em outro, com as organizações empresariais, à custa de normas rígidas, em assumir um protagonismo que provocasse análises sobre o desenvolvimento regional, a fim de viabilizar planejamentos e formulações de políticas públicas para superar as desigualdades regionais dos países “periféricos”.

De acordo com Harvey (1992), o Estado foi investido de responsabilidade ativa no controle da atividade econômica. Pelas propostas estatais a região tenderia a desaparecer pela homogeneização do espaço pelo capital, eliminando as diferenças regionais, as quais vale

lembrar, foram criadas pelas contradições internas da própria rigidez do modo de produção capitalista.

Dessas contradições, o próprio papel do Estado pode mudar e todo o processo de negociação e articulação com a sociedade perde força. Por outro lado a força econômica deixa de ser um projeto nacional porque passa a ser empreendido por redes multinacionais e globais. Mas ainda assim, vislumbra-se, consoante Santos (2006a, p. 174), a construção de horizontalidades “que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um novo caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização”.

Dessa forma, esse autor (2006a, p. 181), baseado em Begag, Claisse & Moreau (1990), lembra-nos que a homogeneização é um mito, sua percepção não passa de resultado de um “delírio analítico” que associa à ideia de revolução espacial a existência de uma indiferença espacial. Além do mais a dinâmica das economias centrais, que impulsionava o modelo de desenvolvimento econômico, cujo instrumento indicador de desenvolvimento era a renda *per capita*, pelas suas contradições, sofria de seus próprios males, pois à medida que se criava o progresso e o crescimento econômico de determinados países, não se atingia na mesma proporção a superação do desemprego e da pobreza social, porque esses modelos de desenvolvimento partindo de um Estado centralizador, subtraindo da sociedade o seu protagonismo e o seu próprio sentido de desenvolvimento, favorecia apenas uma modernização conservadora, parcelas da sociedade e de alguns territórios, sem transformações nas bases estruturais de princípios acumulativos, criadores da pobreza e destruidores da riqueza natural e social.

O mero crescimento econômico e aumento do produto interno bruto não representavam, necessariamente, desenvolvimento social, como bem lembra Esteva (2000) ao afirmar que o propósito do desenvolvimento deveria se fundamentar no ser humano e não nas coisas, ou seja, o valor de um país não podia ser encontrado apenas no volume de riquezas mercantis que ele produzia porque o produto interno bruto e a renda *per capita* se eram reflexos da riqueza produzida em determinada região, era diferente da riqueza apropriada pela sociedade e do bem-estar da mesma, o PIB, portanto, não era e ainda não é sinônimo de qualidade de vida.

Utilizando a ideia de Yunus & Jolis (2001), a melhoria da qualidade de vida, que é a essência do processo de desenvolvimento, não ocorre para todos em tal modelo porque as estruturas sócio-político-econômicas criadoras de pobreza não são alteradas, bem como as criadoras de riquezas.

A utilização da renda *per capita* como indicador de desenvolvimento é totalmente discrepante com a justiça distributiva e com a equidade social, nas economias que crescem, mas não se desenvolvem socialmente, ou que apresentam aumento, mas sem melhoramento, sem liberdade e, contraditoriamente, sem empregos, provocando ciclos de crise que desmistificam a promessa de liberdade humana do sistema universal de opressão, em busca da felicidade pelo desenvolvimento modernizante urbano-industrial, setorial e econômico com ênfase para o crescimento. A propósito dessa “modernidade”, Harvey (1992, p. 23) comenta que:

O domínio científico da natureza prometia liberdade de escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza.

Sen (2000) concorda que para haver desenvolvimento é necessário que se removam as principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e a tirania; a carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática; a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de estados opressores, pois negar as liberdades políticas e civis impõe restrições à liberdade de participar da vida social, econômica e política da sociedade. Dessa forma, chega-se à mesma conclusão de que a negação da liberdade, inclusive nos regimes democráticos formais, afeta à maioria da população na satisfação de suas necessidades básicas: direito ao lazer, à educação, ao emprego, à alimentação, à habitação, ao saneamento, à saúde. Então, surge uma perspectiva que perpassa pelo bojo de um novo paradigma de desenvolvimento regional, com ênfase no social, no equacionamento das necessidades básicas, passando a requerer esforços multidimensionais para determinar as dimensões e os limites da pobreza existente, a fim de torná-la menos penosa.

A partir da constatação de que apenas o crescimento econômico material orientado pelos planejamentos conservadores e a complexidade em dimensionar políticas de erradicação da pobreza não são suficientes para assegurar um desenvolvimento com bases sustentáveis, que possa descentralizar as políticas públicas, ampliar as participações, as liberdades e os direitos sociais, surgiram novas reformas com participação tanto do Estado quanto da sociedade, influenciadas pelo regime de acumulação flexível, que visavam à busca da sustentabilidade e de uma melhor qualidade de vida, enquanto novos indicadores de desenvolvimento.

A sustentabilidade passou a fazer parte das ideias comuns sobre o desenvolvimento, sem que as pessoas se apropriem, de fato, do conceito ou mesmo de suas práticas. Pairam, assim, dúvidas quanto o que seja desenvolvimento sustentável e de sua possibilidade em compatibilizar capitalismo, crescimento urbano/industrial e sustentabilidade. As respostas a essas dúvidas estão associadas aos mais diversos interesses e às mais diversas matrizes temáticas, desde que a noção de sustentabilidade surgiu a partir da década de 1980.

Dentre essas ideias, podem-se destacar, segundo Acsehrad (2001), as matrizes da eficiência e da escala, sob o primado da racionalidade econômica e uma forte economia de mercado, a fim de combater o desperdício de base material do desenvolvimento, limitar quantitativamente o crescimento econômico à pressão que ele exerce sobre os ecossistemas e demais recursos ambientais, minimizando as taxas de acumulação, pautando-se ao uso racional dos recursos naturais; as matrizes da equidade, autossuficiência e da ética pregam, respectivamente, a articulação dos princípios de justiça e ecologia, a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado internacional, a fim de assegurar e fortalecer as potencialidades regionais de seu próprio desenvolvimento, inscrever a apropriação social em conjuntos de valores que possam assegurar a continuidade de vida no planeta, de onde se espera contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida da sociedade em todas as suas dimensões de sustentabilidade.

Muitos dos interesses que envolvem a temática da sustentabilidade estão associados à importância que a natureza dos ecossistemas garante à produção e à reprodução do modelo de desenvolvimento vigente. Mas não se trata de uma sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente apenas, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e desse ambiente. Por isso, a aplicabilidade do conceito de sustentabilidade não pode se restringir à dimensão ambiental, pois as outras dimensões precisam ser consideradas, em suas condições de ordem qualitativa afetas as possíveis formas de organização territorial em suas perspectivas temporais. Nesse sentido sobre a noção de sustentabilidade predominam interesses reformistas porque não substituem a estrutura sociopolítica criadora de pobreza.

Alguns desses interesses, todavia, possibilitaram lutas que não podem ser desconsideradas contra a concentração dos recursos e a favor da apropriação do direito ao meio ambiente, representando avanços no longo processo de combate à corrupção, na descentralização na agenda de políticas públicas, na elaboração de um conjunto de leis de proteção aos meios ambientes, na gestão de recursos do meio ambiente urbano e na autonomia de poderes locais, refletidos em maior participação da sociedade, internamente, na cobrança por melhorias econômicas e sociais mais equilibradas ao meio ambiente das

comunidades, onde elas próprias possam construir noções de sustentabilidade afetas as suas especificidades.

Remete-se, desse modo, ao ambiente externo novas propostas de desenvolvimento, em que o lugar (específico e singular) surge em contraposição ao global, no contexto de pós-modernidade e desenvolvimento capitalista flexível de múltiplas possibilidades. Entre elas, o desenvolvimento local, cuja ideia se baseia nas forças locais, de forma autônoma, a capacidade de protagonizar um processo de transformação endógena, visando a uma maior dinâmica econômica e, novamente, a uma melhor qualidade de vida da comunidade (indicador de sustentabilidade e de nova divisão internacional do trabalho), em determinados recortes territoriais.

Devido a alguns desdobramentos dessa perspectiva trazer avanços mais pontuais e específicos, utilizando as ideias e as organizações locais como o elemento central para o desenvolvimento de territórios, outros autores (HARVEY, 1992; 2005; SANTOS, 1994; 2006a) buscam uma proposta de desenvolvimento, que valoriza não somente o local, mas a região, como construção e condição para a organização de novos códigos de processos sociais de transformação, pois por enquanto:

O Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual (SANTOS, 2006a, p. 174).

Decorre, portanto, a importância que se entenda não somente a especificidade, mas a particularidade como potencialidade para o desenvolvimento regional, em uma ação interdisciplinar no embate entre globalização e regionalização, pois os lugares e espaços do mundo se tornam importantes também para o capital, pela possibilidade que as redes técnicas trazem para a sua reprodução mais acelerada. Etges (2005) e Santos (2006a) observam que nesse âmbito, a região enquanto particularidade, territorializada, expressa o contra movimento à globalização, cuja realidade é a tensão entre o particular e o todo, entre o regional e global, pois se existe uma tendência de que os lugares possam se unir verticalmente, ratifica-se a contraposição de que também podem fazê-lo horizontalmente, com a construção de uma base de vida em comum, geradoras tanto de ordens locais quanto regionais com reflexo nacionais e globais, indicadores de outros tipos de relações, quiçá mais solidários do que as dos grupos hegemônicos, onde aparece o território como:

a arena da oposição entre o mercado – que singulariza (com as técnicas de produção, a organização da produção, a geografia da produção) e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoístas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2006a, p. 175).

O desenvolvimento, destarte, está afeto ao conflito, à tensão a uma dada organização territorial, mediante diferentes formas de representação e uso do espaço, cujas dinâmicas são processadas no território associadas à ideia de construção de um produto no processo das relações de ideias, de cultura, de circulação, de poder, de dominação e de apropriação. A discussão sobre o território também não pode ser entendida limitada a um simples termo, mas como um importante conceito analítico para o entendimento das espacialidades, de um sistema em sua totalidade, envolvendo a descrição, a explicação e a sua análise. Daí se afirmar a importância da aplicação de seu conceito ao estudo do espaço urbano de Macapá.

#### **2.4 O território como um conceito de análise do espaço geográfico**

A apreensão teórica do conceito de território não é tarefa das mais fáceis, seu próprio termo já o remete a múltiplos sentidos representados nos mais diversos estudos disciplinares, de onde se conclui não somente seus variados significados, sua amplitude, mas a existência de vários territórios. Os que interessam a esse estudo estão fundamentados nas análises geográficas, o que não os tornam menos complexos, tampouco, privam-lhes de uma comunicação interdisciplinar.

No próprio âmbito geográfico a problemática territorial é abordada sob as mais diversas concepções e vertentes teóricas, alinhavadas ao contexto histórico e à perspectiva filosófica do estudioso, que segundo Haesbaert (2011), podem ser classificadas em dois módulos interpretativos: o binômio materialismo-idealismo e o binômio espaço-tempo.

A concepção teórica materialista é identificada nas vertentes: a) econômica, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, especialmente na reprodução das relações de produção, como produto espacial (território enquanto fonte de recurso, de acesso, controle e uso) do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho; b) natural, que entende o território com base nas relações entre sociedade e natureza, identificando o comportamento natural dos homens em relação ao seu meio ambiente físico, reduzindo a territorialidade ao caráter biológico, de um lado a territorialidade humana (território funcional), de outro, a territorialidade animal (território de sobrevivência), cuja alternativa

apontada por Haesbaert (2011) a fim de se trabalhar essa dicotomia é pensar em campos híbridos onde possam ser encontrados pontos de compatibilização; c) jurídico-política, que estabelece uma associação entre território e os fundamentos materiais do Estado, fundamentado inicialmente em Ratzel<sup>4</sup>, como elo indissociável entre uma dimensão natural, física e uma dimensão política do espaço, segundo a qual o território é visto como um espaço delimitado, controlado e sobre ele se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal, em que o território é definido como espaço vital (espaço ótimo) para obtenção de recursos, mas, segundo o autor, é preciso ir além da perspectiva jurídica e estatal para uma perspectiva política relacional.

A concepção teórica idealista compreende que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico, caracterizados pelas propriedades de identificação e apropriação porque os sujeitos estão impregnados pelo território. Sua vertente cultural prioriza as dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço vivido.

A superação da dicotomia entre o materialismo e o idealismo, com muito esforço, dar-se-ia, pela concepção integradora, em que o território é portador, de forma indissociável, de uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza, predominantemente, econômico-política. Dessa forma, o autor reconhece a necessidade de integração das vertentes básicas de compreensão do território, como forma de superar uma visão parcial do território que explora apenas um elemento da análise territorial e tenta aprofundá-lo, contudo, sem o cuidado com suas possíveis interações. Enquanto que numa concepção integradora o importante é organizar tantos elementos possíveis formadores do território porque suas análises, embora tenham sido fragmentadas, não ocorrem isoladamente. Dessa forma se pode abarcar uma discussão mais abrangente que envolva temas como o ordenamento e a gestão do espaço, a fim de trazer à baila novas reflexões sobre o conceito de território.

O binômio espaço-tempo também possui duas perspectivas. A primeira corresponde ao caráter mais absoluto ou relacional do território, no sentido de incorporar ou não uma dinâmica temporal. Haesbaert (2011, p. 82), ao se reportar a Raffestin (1993), que entende o território como produto dos atores sociais, “espaço” de relações de poder, cuja prisão original

---

<sup>4</sup> Segundo Corrêa (2008, p. 18), Ratzel desenvolveu dois conceitos chaves para a Geografia: o de território e o de espaço. O território para Ratzel era a materialização de uma porção espaço, formalizada e consolidada pela sua ocupação e apropriação, por um determinado grupo social exclusivo, enquanto o espaço expressa as necessidades de uma sociedade em função do seu nível de desenvolvimento.

se contrapõe ao território, a prisão construída pelos homens para si em seu espaço relacional, afirma que “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade”. Dessa maneira, o binômio espaço-tempo, passaria de um caráter absoluto para um caráter relacional, com uma dinâmica temporal relativizadora, podendo-se fazer perfeitamente sua distinção enquanto entidade físico-material e histórica.

A segunda perspectiva do binômio espaço-tempo envolve a historicidade e a geograficidade, na relação entre o território e o processo histórico do qual ele emana, de uma condição social notadamente marcada pelo seu tempo e pelo seu espaço geográfico. De acordo com Haesbaert (2011), as definições de território mais difundidas nas análises espaciais tradicionais são aquelas orientadas pela dimensão política que procuram firmar conexões entre território e relações de poder.

Dessa maneira o território decorre das articulações de indivíduos ou grupos sociais no processo de determinados períodos temporais (curtos, médios ou longos) em suas territorializações, ou seja, das relações de poder entre sociedade e espaço, esse por sua vez possui significado como categoria de análise geográfica, distinto ao de território.

Se para Raffestin (1993) o território é produzido, para Santos (1994; 2005; 2006a); Santos & Silveira (2001) também é fundamental a análise da multiplicidade de seu uso. Território usado, entendido como uma extensão usada e apropriada do espaço geográfico, expressa pela territorialidade de pertencer aquilo que nos pertence, corresponder ao contexto de vida da sociedade, ao espaço habitado e vivenciado mediante os sistemas de objetos e ações, caracterizados no mundo de hoje também pela grande fluidez facilitada pela criação de novos objetos técnicos e, conseqüentemente, uma interação mais ampla e mais veloz entre fixos e fluxos, que fazem Santos (1994, p.16) afirmar que “o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas”.

E essa diferenciação ou oposição se dá pela e na atuação de forças sobre o espaço, onde, segundo Santos (2006a, p. 133), “os atores hegemônicos da vida econômica, social e política podem escolher os melhores lugares para sua atuação e, em consequência, a localização dos demais atores é condenada a ser residual”. Isso é resultado, segundo Santos (1978), de práticas coletivas que reproduzem as relações sociais no espaço, que por sua característica e funcionamento seletivo, é uma instância da sociedade que oferece a alguns e recusa a outros, onde se evidencia mais o seu fator social do que somente o seu reflexo social.

Para Souza (2005), o espaço geográfico considerado por Milton Santos como uma instância social, assim como a economia, a cultura e a política, onde o território usado é o abrigo de todos os homens (no âmbito nacional), de todas as instituições e de todas as organizações (no âmbito internacional), que representa uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional, local e internacional, promovendo uma totalidade dinâmica, constantemente modificada e influenciada por movimentos demarcados pelos avanços de reprodução da sociedade em seu meio técnico-científico-informacional<sup>5</sup>, resultado das múltiplas totalizações a que está submetido no processo histórico, a todo tempo.

Sendo assim, esclarece Santos et al (2000), que o território é tomado pelos agentes hegemônicos enquanto fonte de recursos, ao seu acesso, controle e uso, com tendências à superação dos mesmos, sobretudo no contexto de crise ambiental onde as estratégias desses atores exigem maior controle de recursos. Dessa forma, uma alternativa é a necessidade de uma abordagem integradora e “totalizante” do espaço, em que o território usado compreendido como abrigo e referência à sobrevivência dos atores hegemônicos em constante tensão com os atores hegemônicos, representa um dos níveis da totalidade, mas com reversos a inúmeros outros níveis de contradição que o retornam como categoria integradora por excelência.

O reconhecimento dos tipos ou níveis de solidariedade a que Santos (2006a, p. 182) se refere também pode ser obtido pela compreensão das redes a partir da totalidade e de suas manifestações interescares no nível mundial, no nível dos territórios dos Estados e no nível local. Assim:

O mundo aparece como primeira totalidade, empiricizada por intermédio das redes. É a grande novidade do nosso tempo, essa produção de uma totalidade não apenas concreta, mas, também, empírica.

A segunda totalidade é o território, um país e um Estado – uma formação socioespacial -, totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras. Mas a mundialização das redes enfraquece as fronteiras e compromete o contrato, mesmo se ainda restam aos Estados numerosas formas de regulação e controle das redes.

O lugar é a terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e de num acontecer repetitivo, que não exclui surpresa.

As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar e o território tomado como um todo.

---

<sup>5</sup> Denominação que Santos (2006a) utiliza para caracterizar o meio geográfico atual, de profunda interação da ciência e da técnica distintos dos períodos que o antecederam: o meio natural e o meio técnico.

O território a que Santos (1985) se dedica em suas análises está contido no espaço e esse no território, daí resulta esse movimento dialético realizado nos processos espaciais em sua totalidade. A importância, em Santos (1978; 1985), do espaço como uma totalidade representa reconhecer a existência da sociedade também como totalidade e de um conjunto de relações sociais concretizadas mediante várias funções e formas identificadas na estrutura e nos processos temporais, cujos aspectos devem ser considerados também em uma abordagem totalizadora, pois tomados separadamente representam apenas parte da realidade que dificultam a explicação da organização espacial e a compreensão da produção do espaço pela sociedade, pois segundo Santos (1985, p. 49):

para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço.

A forma é o aspecto exterior do objeto, no conjunto de objetos que formam um padrão espacial em suas diferentes escalas e diferentes tempos históricos, onde toda forma tem uma função e, se não há função é porque a forma é inexistente; a função é a atividade ou tarefa desempenhada pelo objeto criado, que sem forma não há função e, mesmo na sua existência, é mutável no decorrer do tempo histórico, ou seja, ontem uma dada forma possuía uma função, hoje pode ter outra ou outras de acordo com os interesses vigentes no contexto ao qual forma e função estão inseridos; a estrutura espacial corresponde às estruturas consagradas da sociedade, a estrutura econômica, a estrutura política e a estrutura ideológica-cultural, onde as formas e funções são criadas e justificadas, visando a sua legitimação; os processos se referem a todas essas ordens (sociais, econômicas, institucionais, culturais e ambientais) como resultados de ações e decisões tomadas no âmbito da estrutura espacial.

As formas e as funções variam, intrinsecamente, no tempo e no espaço transportando os valores que lhes são conferidos pela sociedade, razão pela qual se deve inseri-las em uma estrutura definida historicamente, na qual ocorrem os processos de transformação social, capazes de demonstrar a natureza histórica do espaço.

Santos (1985; 1999; 2006a) a partir da vertente crítica materialista, na perspectiva socioeconômica, especialmente da substituição da dialética das forças de produção e das relações de produção como ponto de partida de seu método de análise espacial, prioriza a natureza do espaço como categoria central.

A discussão sobre o conceito de território é subjacente às suas análises porque o considera intercambiável à concepção do espaço como conjunto indissociável de sistemas de

objetos e sistemas de ação, em que a instância social territorial é uma expressão concreta e histórica, permitindo-lhe a construção de uma dialética socioespacial constante, caracterizada pela influência múltipla na relação entre sociedade e espaço como reflexo e condição social, mediatizados nos processos históricos. Santos (2006a, p. 38-39) lembra-nos ainda que essa é mais uma forma de apreender o objeto da geografia, pois:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que os anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.

São várias as formas que Santos propõe para compreensão do espaço como um todo, mediante a análise da relação entre fixos e fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ações, horizontalidades e verticalidades, circuitos superiores e circuitos inferiores da economia urbana, formas, funções, estruturas sociais e processos históricos, constituintes de uma formação espacial<sup>6</sup>, onde enfim, todos convergem para facilitar e permitir que se compreenda o território (que é parte desse todo) como uma construção social e histórica, resultado das mais diversas manifestações que ocorrem indissociavelmente no tempo e no espaço.

Suas análises receberam importantes influências do espaço social de Henri Lefebvre (entre outros), cujos estudos organizam relações de análises entre o urbano e o cotidiano da cidade em sua forma e conteúdo material, como produtos e produção do espaço, ao mesmo tempo. O argumento central de Lefebvre (2008) é fundamentado na ideia de reprodução das relações sociais de produção para a elaboração de uma teoria sobre a problemática do espaço, cujo conceito se traduz pela construção de hipóteses sobre a “produção do espaço”. Tanto de um espaço percebido, concebido ou representado, que ele denomina de espaço mental, quanto, de um espaço construído, produzido ou projetado, denominado de espaço social.

Uma hipótese é que o espaço mental comporta o espaço da representação, o seu significante, repletos de significados das experiências e sentidos que influenciam os comportamentos humanos, em um “espaço vivido”, vinculado à prática social e às variadas estratégias de sujeitos que produzem a cidade.

Outra hipótese é que o lugar e o meio, onde essas estratégias são desenvolvidas, tornam o espaço instrumental, que não é mais puro, neutro e inofensivo, em consequência das novas formas, novos conteúdos e significados que lhes são dados, para torná-lo estratégico, no

---

<sup>6</sup> Conceito desenvolvido por Milton Santos, segundo Corrêa (2006), a partir do conceito de formação econômico social em “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. In: Santos, M. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

cumprimento de uma função, onde forças cheias de intencionalidade se enfrentam, a fim de produzir o espaço e projetá-lo aos seus interesses. Razão pela qual o espaço é considerado também como meio e instrumento político regulável e controlável e sua função é a de reprodução da força de trabalho pelo consumo, característica do espaço funcional, pois, pode-se dizer que o espaço “é o meio e o modo, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo no quadro da sociedade neocapitalista, isto é, no quadro da sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 2008, p. 46). Entretanto, a hipótese priorizada por esse autor é que o espaço não é absoluto, um objeto, nem mercadoria, sequer um instrumento. O espaço não é o lugar da produção das coisas, mas da reprodução das relações sociais. Ou seja, segundo Corrêa (2008, p. 25):

O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social).  
O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefévre, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Essas considerações sobre o espaço são imprescindíveis à perspectiva temática ora desenvolvida e ao conceito de território como uma dimensão do espaço geográfico, cuja discussão é retomada agora, a fim de integrá-las às demais.

A distinção entre o conceito de território e o de espaço fundamentada em Raffestin (1993, p. 143) defende em suas análises que o território se forma a partir do espaço. O território é o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa, em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço de forma concreta ou abstrata, o ator “territorializa” o espaço. A construção do território, portanto, revela relações sociais, marcadas pelas relações de poder, na apropriação dos espaços e na territorialização do espaço a partir das ações dos atores sociais.

Raffestin (1993) aborda uma concepção relacional em que as relações históricas possuem um importante papel na construção do território. Essas relações ocorrem sobre um substrato espacial (o espaço social).

A respeito desse entendimento, Sack (1986, p. 1) faz uma ressalva importante de que nem toda relação de poder é territorial e nem todo espaço apropriado se transforma em território. A territorialidade eminentemente humana envolve controle concebido e comunicado, a fim de influenciar ou controlar recursos e pessoas, que estrategicamente pode ser ativada e desativada. Isso implica que uma concepção relacional não desconsidera as

demais dimensões territoriais em suas análises porque o território não é apropriado, produzido ou representado de maneira isolada. Sack (1986, p. 03) entende a territorialidade como um uso historicamente mutável do espaço, especialmente uma vez que é socialmente construída e depende de quem está controlando a sociedade e o espaço que estão interconectados, demonstrando a mobilidade inerente aos territórios e a sua relativa flexibilidade, em contraposição a concepção tradicional de estabilidade temporal, espacialidade estática e rígida.

Outra crítica importante vem de Souza (2008, p. 97) ao explicar que “o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”, pois se não for assim, Raffestin reduz o espaço a espaço natural e não chega a romper totalmente coma velha identificação do território com o seu substrato material, e muitas vezes chega a usar espaço social quase como sinônimo de território. Os territórios para Souza (2008) antes são mais relações sociais projetadas no espaço, nas mais diferentes escalas espaciais (do micro ao macro e vice-versa) e temporais (com pequenas, médias ou grandes durações), do que propriamente os espaços concretos, os quais são apenas os substratos referenciais, que podem permanecer sem alterações, enquanto as territorialidades expressas neles possuem as mais diversas características que podem ser construídas, desconstruídas, dissolvidas, constituídas, dissipadas rapidamente, ser antes mais instáveis que estáveis, ter existência permanente, mas também periódica, por isso suas características são dinâmicas e flexíveis que se alteram permanentemente.

As análises dos autores ora apresentados, como foi dito, são de fundamental importância para a produção de reflexões acerca dos significados de território para esta tese, pois estão fundamentadas em padrões qualitativos de análises do espaço geográfico, formulados a partir de caminhos diferentes, pelo qual cada um evidencia sua vertente orientadora e sua razão para a compreensão do território. E assim, há de se dar razão também a Haesbaert (2011, p. 94), pois sua análise pressupõe que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de disciplinarização dos indivíduos.

O território, por isso, devido a essa complexidade recebe várias interpretações, por diferentes autores, mas uma das propostas mais interessantes, para Haesbaert (2011, p. 97), “é

aquela que coloca a possibilidade, hoje, da construção de territórios no e pelo movimento, ‘territórios-rede’ descontínuos e sobrepostos, superando em parte a lógica político-territorial zonal mais exclusivista do mundo moderno”.

Então, o conceito de território que se busca deve possibilitar a compreensão do espaço de forma a se analisar as múltiplas territorialidades que o envolve, ao mesmo tempo ou em tempos diferentes, em diversas escalas espaciais e temporais com a presença de territórios fixos ou móveis; rígidos ou flexíveis; sobrepostos, cruzados ou paralelos; descontínuos (em redes) sem a exigência de fronteiras territoriais definidas ou mesmo territórios contínuos (em superfícies). Entre esses vários significados aqueles que podem ser representados pelos territórios-redes espacialmente descontínuos, mas articulados entre os mesmos, através da conexão de vários territórios, ao longo desta tese receberão uma atenção metodológica diferenciada. Uma vez que são os territórios comerciais de Macapá que mais interessam e o alcance das redes urbanas de outros territórios comerciais que lhes dão suporte no abastecimento, a territorialidade que se pretende compreender é constituída das ações que se estabelecem no território, a fim de garantir a existência dessas redes.

## 2.5 Espacialidades em rede: lógica territorial e lógica territorial reticular

Contextualizando o capitalismo global e a expansão das redes sociotécnicas, Castells (2007) evidencia a importância das redes informacionais na concretização de uma modificação histórica na economia, caracterizada pelas relações de uma economia globalizada e informacional. Afirma que no atual contexto histórico, a produtividade geradora de competitividade, entre empresas, regiões ou países, é exercida por intermédio de uma rede global de interação com capacidade para gerar, processar e aplicar com eficácia informações baseadas no conhecimento.

Assim, Castells (2007, p. 51) se insere na análise da estrutura social das sociedades tecnológicas nesse início de século. Ratifica sua fundamentação que interpreta a sociedade contemporânea como uma sociedade globalizada, centrada no uso e na aplicação de informação e de conhecimento, em que "as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder". E nesse quadro teórico o autor situa essa nova estrutura social, associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo ou novo paradigma tecnológico, baseado na tecnologia da informação.

Castells (2007, p. 65, nota 30) acredita que a característica chave da sociedade informacional é "a lógica de sua estrutura básica em redes o que explica o uso do conceito de sociedade em rede". O surgimento dessa sociedade se tornou possível no processo de desenvolvimento das novas tecnologias da informação quando, "agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sociotécnico" (CASTELLS, 2007, p. 107) representados na base material da sociedade da informação.

Esta noção de rede trabalhada por Castells (2007, p. 566) pressupõe que: "rede é um conjunto de nós interconectados", cuja maleabilidade e flexibilidade podem servir de instrumento importante no estudo da complexidade das sociedades contemporâneas sob a égide do paradigma informacional, em que as redes podem ser compreendidas como:

estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio.

O autor chama a atenção também para a reflexão sobre a transformação de bases significativas, como o espaço (transformado em territórios) e o tempo (transformado em

períodos), na sociedade onde predomina o espaço dos fluxos e o tempo sem tempo (timeless time), caracterizado por funções dominantes organizadas em redes próprias, por intermédio dos fluxos estabelecidos nos espaços mundiais, ao mesmo tempo em que fragmenta funções subordinadas e pessoas nos espaços de lugares múltiplos, feito de locais cada vez mais segregados e desconectados uns dos outros, transcendendo qualquer limitação do espaço e do tempo.

Essa capacidade da rede em conectar e desconectar provoca uma construção social do espaço e do tempo fundamentado numa base material (infraestrutura) que inclui ou exclui os grupos sociais subordinados, as funções e os territórios desvalorizados, impondo distanciamentos ou aproximações entre as pessoas, atividades e locais do mundo. Tal mecanismo ocorre através da criação de códigos culturais e de valores nos quais se decidem as formas de poder existentes em nosso tempo, cuja indicação demonstra que "a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação" (CASTELLS, 2007, p. 567) e que "os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera das relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda" (CASTELLS, 2007, p. 572).

É de se notar que o autor acrescenta uma contribuição fascinante à temática, entretanto, com a ênfase dispensada às tecnologias de informação, justificada pela capacidade das técnicas penetrarem nas atividades humanas, sua opção metodológica de análise parece que considera a globalização como resultado potencial da revolução dos meios informacionais em que as redes são revestidas de um caráter material técnico determinista e estruturante da realidade social, política, econômica e cultural, muito embora afirme que a tecnologia não determina a sociedade, tampouco o contrário.

De outro ponto de vista, essa vertente ao passo que é bastante estudada, também é objeto de muitas críticas ou posicionamentos epistemológico-teóricos diferentes, dos quais outros autores tomam caminhos diferentes, a exemplo de Offner (2000), Santos (2001), Silveira (2003), Dias (2005), Costa & Ueda (2007) e com destaque também para Randolph (1999a, 1999b), que em ensaio e resenha sobre a sociedade em rede de Castells aponta algumas incoerências no pensamento do autor, a fim de provocar reflexões acerca da disseminação indiscriminada do tema das redes e sua re-apropriação para caracterização das novas formas de transformação e articulação social e territorial das sociedades. Em sua resenha da obra "A sociedade em rede", Randolph (1999b), reconhece o fascínio de certa radicalidade no argumento de Castells, todavia, sua visão é limitadora, enquanto esse autor

não avançar na discussão de paradigmas conceituais em voga e se restringir a compreensão das redes como um conjunto de nós, interconectados. Pois, em síntese:

à primeira vista e um tanto surpreendente e paradoxal, a análise de Castells parece resultar numa perspectiva ‘conservadora’ da nova sociedade: ao focalizar a convergência de tecnologia e evolução social, as mutações provocadas pela geração de uma nova base material instalam ‘apenas’ uma nova unidade de condução da diversidade do mesmo tipo: uma meta-rede torna-se dominante mundialmente, conduz os processos e molda toda a estrutura social (RANDOLPH, 1999b, p. 113).

Yves Barel citado por Offner (1993) diz ser ilusório e ingênuo privilegiar um fator para tentar construir uma cadeia causal onde a técnica moldaria o humano e o social. Nessa linha Silveira (2003) argumenta que o pensamento de Castells “evidencia uma rápida transposição da lógica e dinâmica das redes técnicas para a análise da sociedade” porque ele propõe a existência de uma “sociedade-rede” que privilegia o poder dos fluxos em relação aos fluxos de poder, cujo caráter protagonizador das redes determina economias e influenciam sociedades, ou mesmo promovem uma inexorável desterritorialização.

Dessa forma, se é verdade que as redes técnicas possibilitam a superação de constrangimentos espaciais, não as faz suprimindo-os, mas acrescentando um dado objeto geográfico ao território, podendo ainda ser portadora de um tempo curto criado mediante a aceleração de fluxos, especialmente de informações. Assim, é salutar a reflexão de que a economia organizada em torno das redes não as coloca como agentes, mas como produção socialmente tecidas e acionadas. Razão pela qual pode ocorrer, invariavelmente, a necessidade de se estabelecer um parâmetro de abordagem e investigação que possibilite descobrir também o caráter social e territorial da rede. Pois, segundo Offner (1993) a reificação do objeto técnico esquece que o equipamento considerado não é uma “coisa”, uma realidade estática, mas um suporte de ações.

Em síntese, com base em suas pesquisas aportadas em vários lugares do mundo, Castells analisa as transformações pelas quais as instituições passam, de acordo com suas próprias culturas, aponta a emergência de uma sociedade em “rede” em detrimento de uma sociedade “territorial”. Essa interpretação vem buscando consolidar a ideia de substituição da sociedade territorial pela sociedade em rede.

A principal crítica a essa ideia é de que esse poder dispensado às redes não são provas cabais de que a ampliação dos fluxos, especialmente de capitais, leve necessariamente, à anulação do espaço pelo tempo, tampouco o fim dos territórios ou das regiões, pois o que elas possibilitam é a diminuição artificial das distâncias entre os lugares e não os seus desaparecimentos.

A propósito, de acordo com Harvey (1992), as redes possibilitam a diminuição do tempo de percurso dos movimentos desses fluxos, a compreensão do tempo-espaço. Sem esquecer, como bem lembra Haesbaert (2011), fundamentado em Massey (1993), que essa é apenas uma das formas com que o espaço social se manifesta, pois nem todos os objetos estão incursos nessa dinâmica na mesma intensidade. Se alguns se libertam do constringimento das distâncias, outros continuam aprisionados e se alguns objetos se movimentam mais do que outros, os valores, significados e funções de ambos são diferentes. O próprio Harvey (2005, p. 170) adverte que nem todas as práticas espaciais devem ser interpretadas da mesma maneira, porque seus conteúdos são os mais variados.

Não se nega o avanço dos meios técnicos de comunicação e transporte que agilizam transformações em lugares envolvidos pelas relações globais com muito mais impacto nos dias de hoje, mas como resultado de decisões humanas, muitas vezes tomadas em lugares diversos aos acontecimentos impactantes e avessos aos interesses dos impactados.

Lencioni (2006) reconhece a força produtiva da multiplicidade e diversidade das redes para a reprodução do capital, na economia cada vez mais globalizada, onde o espaço serve como meio de facilitar a fluidez de redes tecidas pelas grandes empresas mundiais. Entretanto, Ela é categórica ao afirmar que:

É importante deixar claro que a constituição de um espaço global não decorre das redes de fluxos, não sendo proveniente de uma teia complexa de fluxos que envolve vários lugares do planeta. A produção de um espaço global é produto da relação, historicamente determinada, entre uma forma global de se organizar a produção e o desenvolvimento das redes de fluxos. Nem a forma de produção e nem a rede de fluxos produzem um espaço global. Esse é produto da *relação* estabelecida entre ambos (LENCIONI, 2006, p. 66).

Por isso há de se concordar com Haesbaert (2006) quando assinala que tanto a ideia de território quanto a de rede precisam de melhores avaliações, destacando-se pelo menos dois aspectos, nessa perspectiva: a interpretação de uma dicotomia entre as duas categorias, em que a rede é simples elemento do território e a ele subordinado; outra é de que o território seria uma forma de organização do espaço mais tradicional que a rede. Mas o importante é que ambas as sociedades se complementam e uma não exclui a outra. A assertiva de Haesbaert (2011, p. 286-287) destaca que:

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de

conexão (“ação a distância”, como destaca Machado, 1998) e “profundidade”, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional.

Sendo assim, Haesbaert (2006; 2011) reconhece a coexistência de duas lógicas de controle territorial: a zonal, que privilegia o controle de áreas específicas e certa estabilidade interna, e; a reticular, no sentido de controle social através das redes, pois os territórios são descontínuos, por isso possuem diferenciações internas e são estruturados basicamente a partir de malhas, nós e redes, onde cada elemento pode ser colocado historicamente em destaque. Quando há o destaque de um dado elemento sob uma dessas lógicas, os territórios podem ser definidos como territórios-zonas ou territórios-redes.

Da evidência de existência de desses vários territórios, razão também assiste a Souza (2008, p, 93-94) quando afirma a necessidade de:

construir uma ponte conceitual entre o *território* em sentido usual (que pressupõe contiguidade espacial) e a rede (onde não há contiguidade espacial: o que há é, em termos abstratos e para efeito de representação gráfica, um conjunto de pontos – *nós* – conectados entre si por segmentos – *arcos* – que correspondem aos fluxos que interligam, “costuram” os nós – fluxos de bens, pessoas ou informações -, sendo que as arcos podem ainda indicar elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial – p. ex., estradas – que viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos). A esse território em rede ou território-rede propõe o autor do presente artigo chamar de território *descontínuo*. Trata-se, essa ponte conceitual, ao mesmo tempo de uma ponte entre escalas ou níveis de análise: o território descontínuo associa-se a um nível de tratamento onde, aparecendo os nós como pontos adimensionais, não se coloca evidentemente a questão de investigar a estrutura interna desses nós, ao passo que, à escala do *território contínuo*, que é uma superfície e não um ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada. Ocorre que, como cada nó de um território descontínuo é, concretamente e à luz de outra escala de análise, uma figura bidimensional, um espaço, ele mesmo um território (uma favela territorializada por uma organização criminosa), temos que cada *território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos*.

Dessa maneira, as redes são entendidas como mais uma forma de organização espacial que expressa tanto a condição quanto o resultado de uma racionalidade caracterizada pela simultaneidade das manifestações de seus processos históricos da qual são resultantes, onde elas se formam como elementos que podem servir para explicar o território em suas discontinuidades e não mais exclusivamente pelas suas contiguidades, embora articuladas, tanto verticalmente quanto horizontalmente, em rede, podem formar territórios-redes.

O conceito de rede vem se integrar à lógica territorial de produção, distribuição e consumo, permeados por conflitos que se dão também fora do território, sempre que se vê novas possibilidades de se alcançar articulações com outras redes e outros territórios. Essas redes se sobrepõem e se inscrevem no território como base para as suas expansões.

### **3 BASES DA FORMAÇÃO ESPACIAL E DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE MACAPÁ**

Neste capítulo se busca apresentar os caminhos percorridos para a produção social e histórica, que contribuíram com o processo de origem da cidade Macapá, junto às características da construção de suas redes técnicas, culminando com a sua atual configuração territorial de cidade.

A configuração de cidade é aqui entendida como uma síntese do processo histórico de apropriação e uso desse determinado espaço em que frentes de colonização e ocupação impuseram metodologias de exploração alinhavadas com a estratégia mercantilista de acumulação de capital e de modernização tiveram momentos importantes com a criação do Território Federal do Amapá.

Período caracterizado por uma incipiente concentração de bens de consumo e de produção, mas que aos poucos revelara a expressão de várias disparidades, de articulações e fragmentações que hoje se manifestam pela emergência de uma nova gestão territorial da cidade, propícia ao estudo das redes de relações que envolvem os produtores do espaço urbano.

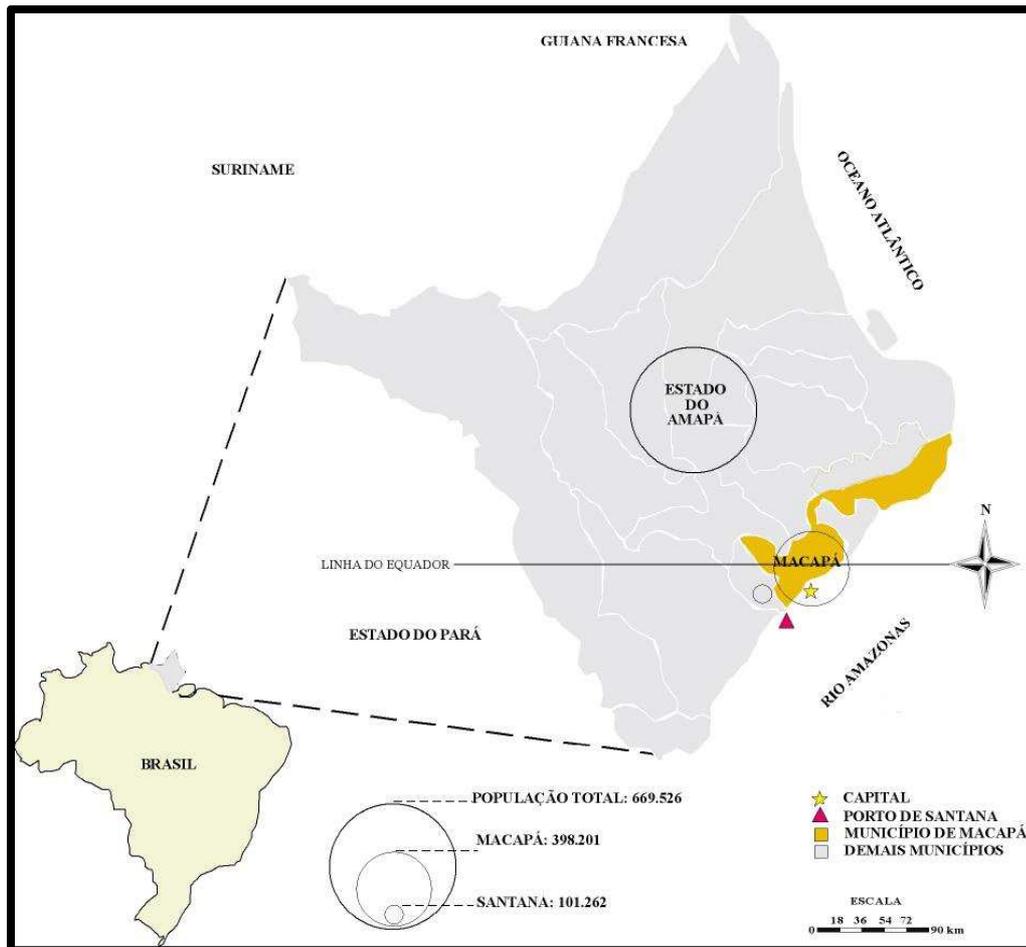
#### **3.1 Macapá: a capital do meio do mundo – o seu município e a sua cidade**

A produção e o uso territorial de Macapá, enquanto um espaço em recente construção, e particularmente, o seu espaço urbano, é a unidade de análise que interessa ser interpretada pelo estudo que se propõe da influência das redes de abastecimento urbanas e regionais e dos supermercados locais na organização territorial e na transformação da cidade.

As formas de organização das redes de abastecimento alimentar em espaços urbanos estigmatizados como periféricos, exigem uma flexibilidade escalar de espaço e tempo, razão pela qual é importante uma abordagem dos aspectos municipais atuais, sem pretensão de confundir as escalas, porque cidade e município na Amazônia são elementos que não se confundem, mas de se obter algumas evidências a fim de se chegar à unidade de análise, o espaço urbano de Macapá, entendido como a cidade, em seu contexto histórico e regional amazônico.

A criação do Município de Macapá está vinculada à história político-administrativa da Província do Pará<sup>7</sup>, depois Estado do Pará, ao qual pertenceu até a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, cuja capital inicialmente fora o Amapá, mas poucos meses depois foi Macapá que recebeu a qualidade de capital devido às suas vantagens locais, como se observa na figura 1.

**Figura 1 – Localização e população do Estado do Amapá (2010)**



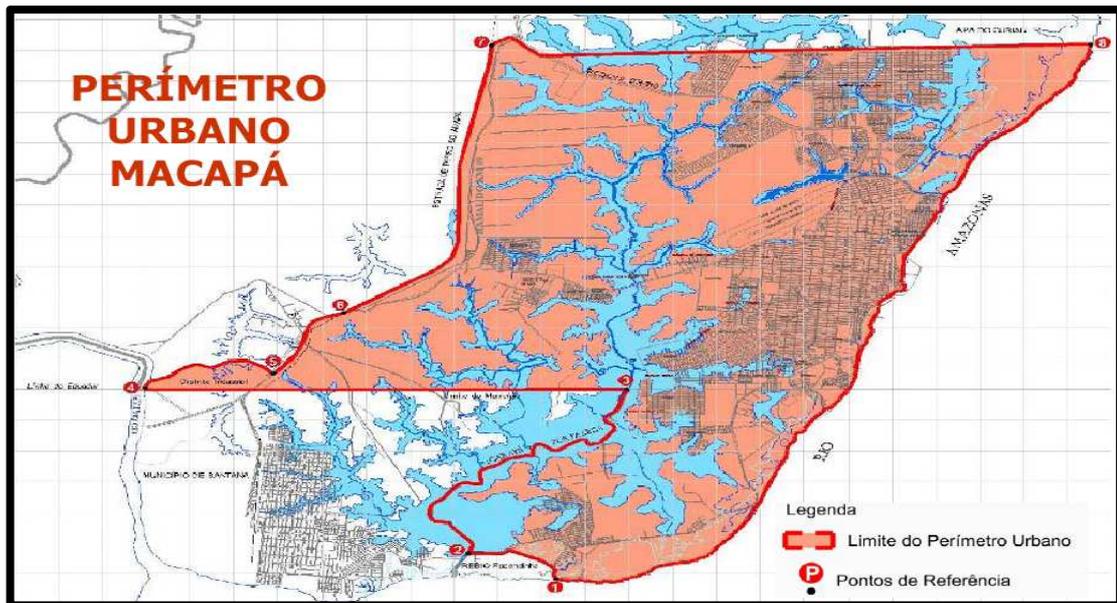
Fonte: Torrinha (2013). IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Base cartográfica do IBGE adaptada e realizada com Macromedia Free Hand.

Localizada no sudeste do Estado, Macapá é a única capital estadual cortada pela linha do Equador e banhada pelo rio Amazonas, mas não possui interligação rodoviária ou ferroviária a outras capitais do Brasil, somente aeroviária e hidroviária. Na realidade atual, isto não representa informações curiosas, mas informações que devem ser analisadas do ponto de vista de uma nova construção ambiental, política, econômica, social e cultural na estruturação de um planejamento urbano regional, para além da escala da cidade, do

<sup>7</sup> A Capitania do Grão-Pará se incorporou ao Império do Brasil como Província do Grão-Pará e sua divisão, em 1850, resultou na criação da Província do Pará e na Província do Amazonas.

município, ou da própria rede urbana afeta a sua região, pois uma nova construção se exige pelos rumos que Macapá tem tomado recentemente no emprego de formas espaciais, sobretudo no seu espaço urbano, evidenciado na figura 2, que geram dúvidas quanto à sustentabilidade de uma cidade na floresta.

**Figura 2 – Mapa do Perímetro Urbano do Município de Macapá**



Fonte: Lei Complementar n. 028 – PMM (2004).

Um exemplo é a verticalização da construção de novos imóveis<sup>8</sup> (edifícios), que podem comprometer ainda mais a ventilação atraída pelo rio Amazonas e aumentar a temperatura característica das regiões de baixa latitude, com um clima equatorial quente e úmido, devido à localização na faixa da linha do Equador, o que faz haver, durante o ano, uma forte incidência de raios solares, influenciando uma elevada temperatura, não somente em Macapá, mas em toda a região, marcada por um regime pluviométrico de apenas duas estações que até há uma década eram bem definidas, uma de período chuvoso, de dezembro a julho e outra de seca, de agosto a novembro, mas agora já apresenta várias alterações que talvez estejam relacionadas às pressões de fatores externos como as mudanças climáticas<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Condição que exigiu uma adequação do Plano Diretor Municipal que proibia construções acima de 12 andares, a fim de atender a pauta na agenda de reivindicações do mercado imobiliário.

<sup>9</sup> As mudanças climáticas, segundo Salati (2001), submetem à Amazônia a configuração de cenários que estão sujeitos a forças de transformações que podem ser estudadas, associadamente, em três diferentes aspectos: a região pode sofrer influências de variações climáticas globais de causas naturais; variações climáticas de origens antrópicas, em consequência do uso da terra no próprio espaço amazônico; e variações climáticas resultadas de ações antrópicas globais.

Mas sem dúvidas, no caso de Macapá, são os fatores internos da pressão sobre o espaço urbano, que mais contribuem para o seu desequilíbrio, como por exemplo: o rápido aumento do número de veículos automotores circulando, ao mesmo tempo, na cidade; o tipo e o padrão de material usado nas construções (muito amianto e muito concreto); e a diminuição do espaço de áreas verdes que estão contribuindo para aumentar a concentração de calor, sobretudo, nos principais eixos viários da cidade.

As autoridades do município garantem que essa nova realidade é respaldada por um minucioso estudo técnico que estabeleceu algumas diretrizes e restrições, na legislação pertinente, a fim de não comprometer as questões ambientais e culturais de moradia, porém, não se acredita que essa seja a melhor estratégia de desenvolvimento, ao se confirmar esse novo cenário para os habitantes de Macapá. Sobretudo, se for considerado um olhar especial para a sua história, para as suas práticas espaciais e para as experiências de outros municípios brasileiros que investiram na urbanização verticalizada, como modelo de desenvolvimento e que hoje amargam a desventura em conviver com suas consequências.

A formulação de uma política urbana desejada para Macapá não é tão simples, pois carece de uma conduta metodológica capaz de revelar as faces de suas histórias, as quais não se desejam repetições dos mesmos erros incorridos nas grandes cidades, inclusive da Amazônia.

Hoje se vive uma corrida na direção dos municípios (na região norte do país a preferência é pelas capitais dos novos Estados) das regiões em que os recursos estão mais acessíveis do ponto de vista econômico. Onde é possível especular e utilizar as vantagens das práticas espaciais seletivas, na estruturação ou fortalecimento de formas saturadas ou caras nos grandes centros urbanos, como os já mencionados blocos de cimento armado, *shopping centers*, hipermercados, etc. Se isso é ventilado como desenvolvimento, no modelo que valoriza a urbanização e a industrialização, então realmente se está longe de um consenso sobre seu significado, pois se há um olhar para as possibilidades, deve haver outro para os riscos imediatos de Macapá, assim como Palmas e Boa Vista, transformar-se, rapidamente, em objeto de uma nova frente de expansão capitalista na Amazônia, com o aumento da pressão antrópica sobre a região em detrimento do seu desenvolvimento social e de uma gestão ambiental sustentável, cujos exemplos marcam o cotidiano das capitais brasileiras onde esse processo já se consolidou.

A manutenção de Macapá, nos dias de hoje, de sua condição de capital se deve ao padrão político-administrativo brasileiro, evidentemente, mas também a uma forte hierarquia no recém Estado do Amapá e a uma hegemônica influência regional, caracterizada pela

economia predominantemente incrementada por recursos públicos que influenciam nesse processo interno de ocupação derivado da atração migratória recente de população, oriunda principalmente dos estados do Pará e Maranhão, cujas forças de repulsão também devem ser consideradas porque talvez tenham um peso mais importante do que as próprias expectativas externas que atraem as pessoas para outros locais.

**Tabela 1– As duas maiores populações do Estado do Amapá, nos anos de 2000 e 2010**

Unidades	População total 2000	População total 2010	População urbana 2010	População rural 2010	Densidade demográfica hab/km <sup>2</sup> – 2010
Município de Macapá	283.308	398.204	381.214	16.990	62,14
Município de Santana	80.439	101.262	99.111	2.151	64,11
Estado do Amapá	477.032	669.526	601.036	68.490	4,69

Fonte: Censo Demográfico (2000) e Sinopse do Censo Demográfico (2010).

De acordo com resultados do Censo Demográfico do ano de 2010 do IBGE, escritos na tabela 1, o município de Macapá conta com uma população de 398.204 habitantes, em uma área de 6.408,5 km<sup>2</sup>, resultando em uma densidade demográfica de 62,14 hab./km<sup>2</sup>, que corresponde em termos relativos a 59,48% da população do estado, representando um crescimento demográfico de 40,56%, em relação à população do Censo 2000.

Analisa-se na tabela que os municípios de Macapá e Santana juntos já possuem 499.466 habitantes que formam a região metropolitana de Macapá<sup>10</sup>, a qual recebe uma pressão demasiada em relação aos demais municípios (ver tabela 2), correspondente a 74,60 % da população de todo o Estado do Amapá, onde os demais 14 municípios dividem apenas ¼ da população, também concentrada na sede.

Levando-se em conta, desse modo, a diferença entre a população urbana e rural a situação é mais preocupante porque se verifica somente em Macapá uma taxa de urbanização que corresponde a 95,73%. Ao juntar-se Macapá e Santana, a taxa aumenta para 96,17%.

Segundo o IBGE (2011), Macapá é o 53<sup>o</sup> município mais populoso do Brasil e o 5<sup>o</sup> na região norte, atrás apenas dos municípios de Manaus, Belém, Ananindeua e Porto Velho. Esse destaque de Macapá, em termos demográficos, assinalados pelo IBGE (2011), confirma

<sup>10</sup> A fim de afirmar os poderes institucionais do Estado do Amapá, previstos no § 3<sup>o</sup>, art. 25 da Constituição Federal, essa região foi instituída pela Lei Complementar n<sup>o</sup> 21, de 26 de fevereiro de 2003, em vigor desde 05 de março de 2003, data de sua publicação. Todavia, ainda carece de um sistema de gestão metropolitana capaz, verdadeiramente, de integrar as políticas regionais de interesse comum quanto ao uso do solo, ao saneamento básico, ao transporte público, à assistência educacional, à saúde, etc., como formas de planejar, organizar e executar as ações necessárias à nova realidade que se apresenta pelo crescimento e pela conurbação.

também uma taxa média geométrica de crescimento anual (2000/2010)<sup>11</sup> de 3,46% entre as capitais brasileiras, atrás somente de Palmas (TO) com 5,21% e Boa Vista (RR) com 3,55%.

**Tabela 2 – População dos 16 municípios do Estado do Amapá no ano de 2010**

Municípios	População Absoluta	Urbana absoluta	Urbana relativa	Área total km <sup>2</sup>	Densidade demográfica hab/km <sup>2</sup>
Amapá	8.069	6.959	86,24%	9.175,9	0,88
Calçoene	9.000	7.307	81,19%	14.269,3	0,63
Cutias	4.696	2.442	52,00%	2.114,2	2,22
Ferreira Gomes	5.802	4.175	71,96%	5.046,2	1,15
Itaubal	4.265	1.754	41,13%	1.704,0	2,50
Laranjal do Jari	39.942	37.904	94,90%	30.971,8	1,29
<b>Macapá</b>	<b>398.204</b>	<b>381.214</b>	<b>95,73%</b>	<b>6.408,5</b>	<b>62,14</b>
Mazagão	17.032	8.272	48,57%	13.130,9	1,30
Oiapoque	20.509	13.852	67,54%	22.625,1	0,91
Pedra Branca do Amapari	10.772	5.963	55,36%	9.495,5	1,13
Porto Grande	16.809	10.809	64,30%	4.401,8	3,82
Pracuúba	3.793	1.881	49,59%	4.956,5	0,77
<b>Santana</b>	<b>101.262</b>	<b>99.111</b>	<b>97,88%</b>	<b>1.579,6</b>	<b>64,11</b>
Serra do Navio	4.380	2.575	58,79%	7.756,1	0,56
Tartarugalzinho	12.563	6.516	51,87%	6.709,6	1,87
Vitória do Jari	12.428	10.302	82,89%	2.482,9	5,01

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico (2010).

O processo de crescimento e concentração demográfica em Macapá chega carregado de dúvidas quanto ao futuro do município, da cidade e do próprio Estado, pois afinal, o acesso aos direitos sociais não cresce na mesma proporção. As políticas públicas quando indicam mecanismos de controle e mitigação dos problemas sociais e ambientais que surgem a todo instante, são prejudicadas pela falta de ações consistentes ao longo prazo, devido ao predomínio de cargos comissionados nas tomadas de decisão, a falta de integração institucional e de participação efetiva da sociedade, na formulação e decisões de políticas públicas. Além disso, há os vícios de clientelismo, ações de interesses setoriais, oligárquicos ou privados, em detrimento dos interesses públicos, ao passo que assim fica também difícil conter o avanço sobre os recursos naturais amapaenses; evitar o subdesenvolvimento; evitar o crescimento desordenado e evitar à restrição às liberdades sociais individuais e coletivas,

<sup>11</sup> A metodologia utilizada pelo IBGE (2011) considera em seus cálculos, de taxa média geométrica de crescimento anual, a população residente em 2000 e reconstituída de acordo com a base territorial de 2009 e a população residente em 2010, incluída uma população estimada para os domicílios fechados.

ratificando a assertiva de Sen (2000) de que não há desenvolvimento com ausência de liberdade.

Parece que a simples manifestação de aparatos de ordenamento territorial de Macapá não será suficiente, como não foi em outras regiões do País, para remover as fontes de privação das liberdades sociais, a fim de garantir uma vida saudável para a população residente e para aquelas que estão chegando, é preciso agregar estratégias compartilhadas de construção de cenários desejados, viáveis e plausíveis que comportem as novas necessidades criadas por esse crescimento, envolvendo não somente a sociedade local, mas toda a região para os desafios que se apresentam. Pois já é possível perceber uma configuração para Macapá que além de remeter às características de políticas de desenvolvimento regional que resultam em concentração de um contingente populacional desproporcional, às demais áreas do Amapá, evidenciam mazelas sociais comuns à precariedade no acesso aos bens coletivos, ao trabalho e aos serviços públicos.

Dessa forma as políticas públicas voltadas à cidade de Macapá, pela influência que ela exerce no Estado serão de fundamental importância para a construção de um cenário melhor (mas de um ponto de vista crítico) para todos, onde o papel da cidade possa orientar os cidadãos nessa aprendizagem. Mas por que em Macapá há pouca participação? Por que a gestão da cidade é pouco compartilhada? Para responder algumas questões, como estas, é importante um estudo da história da cidade, razão pela qual analisar-se-á parte dela afeta aos interesses mais próximos desse estudo, pois na história da cidade, o abastecimento urbano, o comércio e o consumo fazem parte de uma dinâmica cuja compreensão desses fragmentos passados permitem juntar particularidades da organização territorial do presente.

### **3.2 Macapá: uma cidade portuguesa com certeza?**

De acordo com Corrêa (2006) as cidades que formam uma rede urbana podem se diferenciar entre si de acordo com suas variáveis, das quais se destacam: a origem, o tamanho e as funções da cidade. Segundo a origem, que inclui o contexto econômico e político e os agentes sociais que produzem o espaço urbano, há inúmeros tipos de cidades, a exemplo de cidades antigas originárias de missões religiosas, cidades mais recentes originárias de entrepostos comerciais e núcleos urbanos criados nos dias atuais por empresas industriais ou de mineração.

Quanto à origem, a forma de vida dos primeiros habitantes de Macapá (índios dos troncos linguísticos Tupi-Guarani, Aruak e Karib) estava horizontalmente relacionada aos rios

e às florestas, cujo povoamento e repovoamento<sup>12</sup> inicial da região diferem significativamente das características não amazônicas. O clima, a hidrografia, o relevo e a cultura da região eram fatores que influenciavam a configuração espacial. Entretanto, à medida que foi surgindo um tenso e modernizante processo vertical intencionado à urbanização, esses fatores foram gradativamente substituídos por fatores políticos e econômicos.

Assim, Macapá é um exemplo típico de cidade amazônica, às margens de um grande rio, circundado de tantos outros menores. Seu povoamento cresceu de forma desordenada paradoxalmente em consequência de uma colonização imposta por uma ordem rigorosa, da formação de redes tecnológicas e da relação de ações de seus agentes sociais, que lançaram suas estratégias sobre a região para sua reprodução, organização espacial, modificação da paisagem e tentativas de construção, pelos menos, da ideia de urbanização.

Essas estratégias, segundo Corrêa (1989) são constituídas de ações de agentes concretos que produzem e consomem o espaço. Devido a essas estratégias serem diferentes e, na maioria das vezes, até antagônicas, caracterizadas pelas suas verticalidades, as relações então reproduzidas são conflituosas que resultam num constante processo de reorganização espacial.

As estratégias iniciais de exploração, predominantemente baseada na economia extrativista, a princípio, forjaram na região transformações na paisagem, promovendo “ajustes espaciais” (HARVEY, 2004; 2005) com: a implantação de núcleos de exploração dos produtos nativos; com a introdução do comércio na região; com a abertura de caminhos na mata fechada para escoamento dos produtos até às margens dos rios; e, principalmente, no que tange à ideia de cidade, com investimentos em atividades tecnológicas e corporativas, influenciando o surgimento de lugares, povoados, vilas, distritos, quiçá cidades e a origem do espaço urbano.

Consoante Corrêa (1989, p. 11), ao analisar o espaço urbano capitalista, argumenta que o mesmo é um produto, reflexo da expressão espacial dos processos sociais acumulados através do tempo, de forma desigual e mutável, mas também condicionante social que se dá através das ações concretas fixadas pela sociedade, ainda que as formas espaciais e suas funções se transformem.

---

<sup>12</sup> Quando se fala em povoamento da Amazônia no período colonial há que considerar os momentos distintos deles, mas que podem ser divididos em dois grandes períodos: um pré-colonial no qual várias etnias ameríndias compuseram diversas povoações ao longo das matas, rios e igarapés; outra durante o período colonial propriamente dito, caracterizado primeiro por um processo cruel de despovoamento e distribalização, em seguida pela introdução de colonos brancos e negros escravos. Daí a importância de se destacar na realidade um novo processo de povoamento, ou seja, um repovoamento.

A história da colonização do Amapá, Macapá em particular, foi fixada, inicialmente, no contexto da colonização ibérica na Amazônia, cujos objetivos iniciais de ocupação e posse da propriedade colonial visavam à guarda do território, mediante uma política de doações e concessões, depois pela implantação de fortificações, de onde em algumas surgiram os primeiros núcleos de repovoamento, por intermédio da ação de militares, mercadores e religiosos, mas diferentemente do predomínio das ações religiosas que vinham sendo responsáveis pela criação de vários lugares para arregimentação da população indígena e de várias vilas que constituíram as missões, porque já havia uma preocupação maior em restaurar o poder do Estado na região amazônica, antes dominada pelo poder espiritual e temporal das ordens religiosas.

No caso do povoado de Macapá, do ponto de vista colonial, o mesmo foi elevado à categoria de vila de São José de Macapá, entre um conjunto de medidas modernizantes, reformistas e restauradoras sob as ordens do Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, atendendo às instruções régias, públicas e secretas<sup>13</sup>, de 1751, que visava, entre outros objetivos: assegurar o domínio da região de fronteira pelo estímulo ao povoamento contínuo, mediante ao incentivo de união familiar interétnica entre portugueses e indígenas, como uma das medidas civilizatórias, a introdução de colonos açorianos e de outras ilhas, a importação de escravos africanos para o trabalho na lavoura de arroz, na construção da vila e de sua fortificação.

Neste ponto, concorda-se parcialmente com Ravena (1999) de que o planejamento português possuía severas complicações operacionais devido à crise financeira por qual Portugal passava, pois sua execução esbarrava na falta de verbas, mão de obra, material de construção, alimentos, etc., empurrando determinadas ações a verdadeiras improvisações. Todavia, talvez seja um pouco exagerado afirmar a “ausência de qualquer planejamento para o povoamento do Cabo Norte” (RAVENA, 1999, p. 63, nota 1). Aliás, a própria autora na mesma página afirma que “planejamento e improvisação eram os ‘ingredientes’ que marcavam a elaboração e execução dos projetos de ‘povoamento’”. Pois no próprio material (ofícios e cartas) citado pela autora e compilado por outros estudiosos clássicos (alguns referenciados neste trabalho) também é possível inferir que havia um certo cuidado com o

---

<sup>13</sup> As Instruções Régias, Públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão se encontram na Biblioteca Nacional de Lisboa, todavia aqui se referem às compilações encontradas in: 1) D’AZEVEDO, João Lucio. Os Jesuitas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Bosquejo historico com varios documentos inéditos. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão (1901). p 348-356; 2) MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina. 2ª ed. 1<sup>o</sup> tomo. Brasília: Edições do Senado Federal – v. 49-C, 2005. p. 67-80.

planejamento que se dispunha naquela época, também visíveis no material cartográfico e arquitetônico de época.

Assim, a elevação de povoado à vila, por Mendonça Furtado, ocorrera em 1758, três anos após a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, pelo então primeiro-ministro português, Sebastião José de Carvalho e Melo, depois Marquês de Pombal, numa tentativa de inserção da Amazônia no mercado mundial. Ainda nesse contexto, pela mão de obra negra e indígena, foi iniciada a construção da Fortaleza de São José de Macapá, em 1764, a partir de onde a população poderia se expandir, conforme os planos administrativos, principalmente a fim de conter o avanço iminente dos interesses holandeses, ingleses e, em especial dos franceses sobre a região, por isso, segundo Reis (1949, p. 48), a fortificação era uma necessidade imprescindível, de vulto, para impressionar e ratificar a soberania nacional, anunciada previamente com o ato político da criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a qual concorda Dias (1970, p. 158), deveu-se, “sem dúvida, à imperiosa necessidade de defesa mútua contra o inimigo comum”, pois, “dava maior vigor às disputadas áreas geográficas do norte da colônia que reclamavam proteção”<sup>14</sup>.

Dessa forma, para os governantes portugueses, a política tardia de fortificação da Amazônia representava mais do que a defesa da riqueza portuguesa ultramarina conquistada, mas o reconhecimento de que a colonização deveria superar a mera aventura lusitana e se lançar com rigor ao planejamento metódico que entendia o governo português ser necessário para estruturar o novo modelo de exploração baseado no fortalecimento da política mercantilista, no enrijecimento do colonialismo, no fomento à burguesia nacional e no domínio do território conquistado.

Com as reformas pombalinas os planos portugueses passaram a ser mais ambiciosos, tanto no plano político, quanto econômico, para a região amazônica, terra onde, segundo Dias (1970, p.159), a natureza era deveras agressiva e hostil, mas paradoxalmente, generosa pela abundância de alimentos e de água na floresta, razão pela qual, impunha-se conquistá-la e humanizá-la, pois antes era relegada ao abandono da má administração pela “expressiva mostra do desamparo e miséria das capitânicas do Pará e Maranhão” encontradas “na completa ausência de notícias referentes às carregações exportáveis” (DIAS, p. 165).

---

<sup>14</sup>Nota-se que tanto Reis (1949) quanto Dias (1970) dispensam suas análises predominantemente às relações de poder estatal, atribuindo ao Estado um papel superior a ele próprio, o de sujeito protagonista da construção do processo histórico, cujo recorte metodológico impõe ao objeto um característica que não lhe pertence, com sua reificação, na expressão utilizada por Offner (1993). Todavia, a contribuição dos dois autores citados, para a compreensão político-administrativo-econômica da Amazônia é muito maior do que suas opções teórico-metodológicas, de forma que não se devem desprezá-las.

A visão que Dias (1970) apresenta é reproduzida do pensamento e da racionalidade restauradora portuguesa de que a região deveria ser transformada numa potência com os mesmos padrões das civilizações europeias ditas humanizadas e produtivas, pois o modo de vida local, para os europeus, não representava essas características, enquanto toda a referência deveria vir da Europa para o sucesso dos novos empreendimentos, e para o lado de lá ir a produção de escala mercantil.

Para tanto se fazia necessário reproduzir, se preciso fosse, a metrópole na colônia e construir o imenso Portugal na Amazônia, como meta de desenvolvimento, mediado por uma forte centralização política no estabelecimento de vilas no vale amazônico, os quais deveriam inspirar organização e um traçado racionalmente regular, que caracterizou o “urbanismo” da era pombalina, representadas pelas unidades de povoamento, embora rarefeitas e na maioria das vezes com dias de distância de viagem umas das outras.

Nesse contexto, tentou-se criar “réplicas” portuguesas, para tal missão, a exemplo de: Alenquer, Almeirim, Bragança, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras do Pará, Ourém, Portel, Santarém, etc., reproduzindo nomes de localidades ou personalidades portuguesas, a fim de evidenciar uma razão fundada em um discurso de civilização modelo. Em *Fado Tropical*<sup>15</sup>, Buarque & Guerra (2006), dão um bom sentido do sonho lusitano colocando no mesmo cenário a Amazônia e o Portugal, nos versos:

E o rio Amazonas que corre Trás-os-Montes/ E numa pororoca/ Deságua no Tejo/  
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/ Ainda vai tornar-se um imenso Portugal/  
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/ Ainda vai tornar-se um império colonial.

Com Macapá, mantivera-se a toponímia, acrescentando-se São José em homenagem ao monarca português da época, Dom José I, como forma de legitimação do poder metropolitano, reforçado nos nomes de suas duas praças: São Sebastião (hoje Veiga Cabral) e São João (hoje Barão do Rio Branco), em clara alusão ao primeiro ministro de Portugal, na época e ao monarca antecessor, respectivamente.

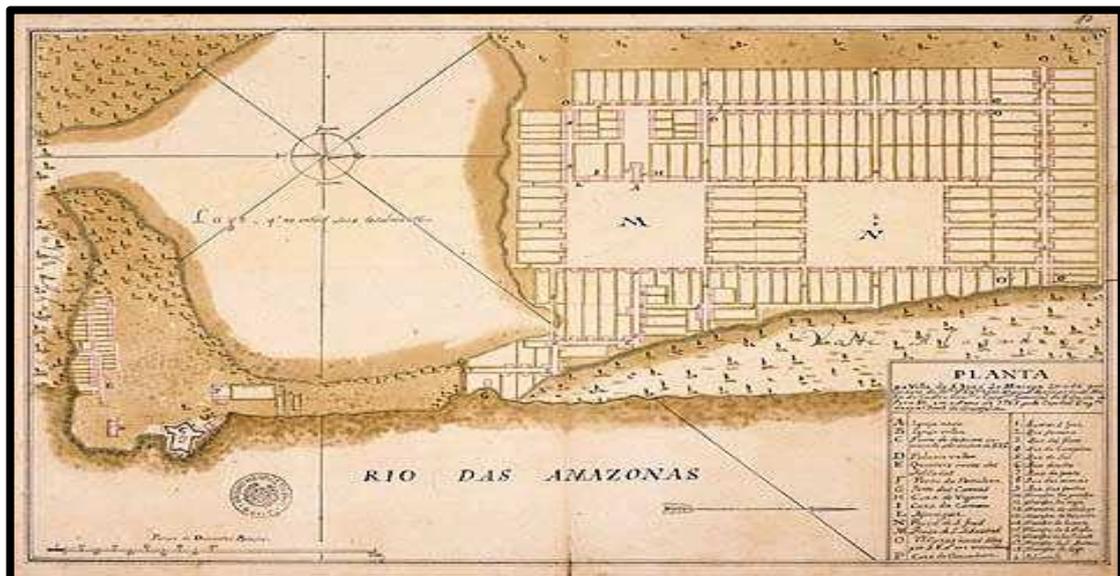
A vila de São José de Macapá criada na perspectiva grandiosa de desenvolvimento reformista e restaurador para a Amazônia, que se não chegasse a representar um império colonial, pelo menos um grande “empório colonial”, nos dizeres de Reis (1949, p. 56), à medida que as políticas mercantilistas portuguesas da era pombalina objetivam transformar a

---

<sup>15</sup> Música composta em 1973, por Chico Buarque e Ruy Guerra, para a peça teatral Calabar, censurada pelo governo militar do Brasil, por entender a existência de uma metáfora contra o regime ditatorial, expressa pela crítica à violência colonial portuguesa ou ainda ao elogio à traição de Calabar, por se configurar em um ato de subversão à nação, no entendimento oculto dos militares, mas subjacente a todo processo de censura, naquele período.

região em produtora/exportadora de matérias primas, associada à política administrativa de fixação de pessoas e de repovoamento ordenada por uma racionalidade de influência despótica iluminista, a fim de que o projeto de urbanização fosse assentado em princípios europeus de regularidade, como foi dito, expressos por uma simetria geométrica estruturante dos demais traçados daquela povoação urbana, com ruas largas, e duas praças centrais representadas pelas letras M (praça de São Sebastião) e N (praça de São João ou do Pelourinho), conforme se observa na figura 3, que trata-se de uma cópia digitalizada da Planta da Vila de São José de Macapá, em 1761. As duas praças e o traçado das ruas origamis são mantidos até a data atual.

**Figura 3 – Planta da Villa de S. Jozê do Macapa tirada por Ordem do Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sñr Manoel Bernardo de Mello de Castro Gov.<sup>or</sup> e Capp.<sup>am</sup> General do Estado do Para, &c. em o Anno de 1761. pello Capitão. Eng.<sup>ro</sup> Gaspar João de Gronfelde.A.H.U. - Col. Cartografia Ms.-XIV CM. N°798**



Fonte: NEAD/UNAMA (2011).

Segundo Araújo (1998; 2003), a Vila<sup>16</sup> de São José de Macapá foi o grande empreendimento urbano de Mendonça Furtado, pois ela deveria ser o principal exemplo e modelo ideal para destacar o imenso projeto de colonização, em sua dimensão político-administrativa.

Entre as estratégias para tal finalidade se ressalta a introdução de colonos das ilhas de Açores e Madeira para que pudessem somar esforços com a população sobrevivente do

<sup>16</sup> O próprio Mendonça Furtado em correspondência ao Ministro do Conselho Ultramarino Diogo de Mendonça Corte-Real parecia invocar algum tipo de dúvida quanto à tipologia mais adequada para caracterizar “o Macapá” deles, cuja transcrição feita por Mendonça (2005a, p. 281) é a seguinte: “...Aquela povoação se fundou com a denominação, por ora, de S. José de Macapá, enquanto S. Maj. Não servido declarar se quer seja Cidade ou Vila, e o nome que deve ter. A mim me parecia que com o grande estabelecimento que tem a podia S. Maj. Fazer cidade...”

massacre colonial oriunda de várias etnias da região, arregimentadas para os planos portugueses, que em seu viés econômico também previa o investimento na agricultura, na pecuária e no beneficiamento de algodão, a fim de aproveitar as “excelentes paragens” referidas pelo padre João Daniel e citado por Acevedo Marin (1998, p. 63), na qual “os colonos deveriam dedicar-se a lavoura e a cultura das terras em plantações de algodão, arroz, mandioca, milho e feijão que ‘não deviam ser acanhadas’ ademais de cuidarem da criação de gado bovino aproveitando as campinas”.

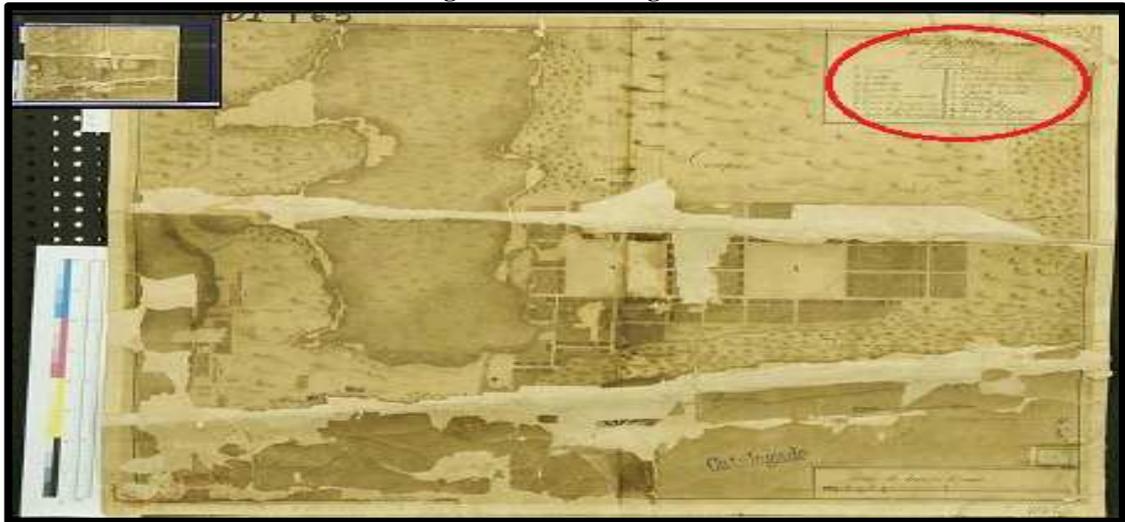
Dessas atividades, duas se destacaram: a produção de arroz como base de uma nova produção local, direcionados ao abastecimento de Belém, mas principalmente, com perspectivas de se alcançar a Europa, buscando-se “uma variedade menos quebradiça na fase do descasque com auxílio de moinho e de cor branca, para aceitação no mercado europeu” (ACEVEDO MARIN, 1998, p. 69); e a confecção de panos grosseiros do algodão produzido, mas muito úteis para os portugueses na apresentação de um novo vestuário e outras utilidades, como sacaria, etc. As culturas de arroz e algodão, dessa maneira se constituíram para os colonos uma pequena inserção na rede de economia mercantil e de abastecimento, ganhando sua importância ao lado da economia extrativista. Todavia, no âmbito das redes de relações de poder político, representava a instauração de uma estrutura agrária e camponesa na tentativa do controle social da região e do território ocupado em nome da coroa portuguesa, cujas particularidades eram desprezadas pela concepção de região como a periferia a ser explorada.

Quanto à estrutura interna da vila seu projeto fora idealizado para harmonizar minuciosamente as duas praças, a igreja, a câmara e um mesmo padrão para as casas dos moradores, que deveriam obedecer à mentalidade e à razão do urbanismo português.

É possível perceber no material cartográfico da época, em especial nas figuras 4 e 5, concernente à Macapá, a preocupação com as divisões e denominações de cada elemento da estrutura urbana que se desejava, com ruas, quarteirões, casas de moradia, igrejas, construções para a administração, olarias, açougues, etc. Muitas dessas formas estavam previstas para o entorno da Fortaleza de São José de Macapá, por onde se planejava desenvolver toda uma rede de relações e suas respectivas malhas.

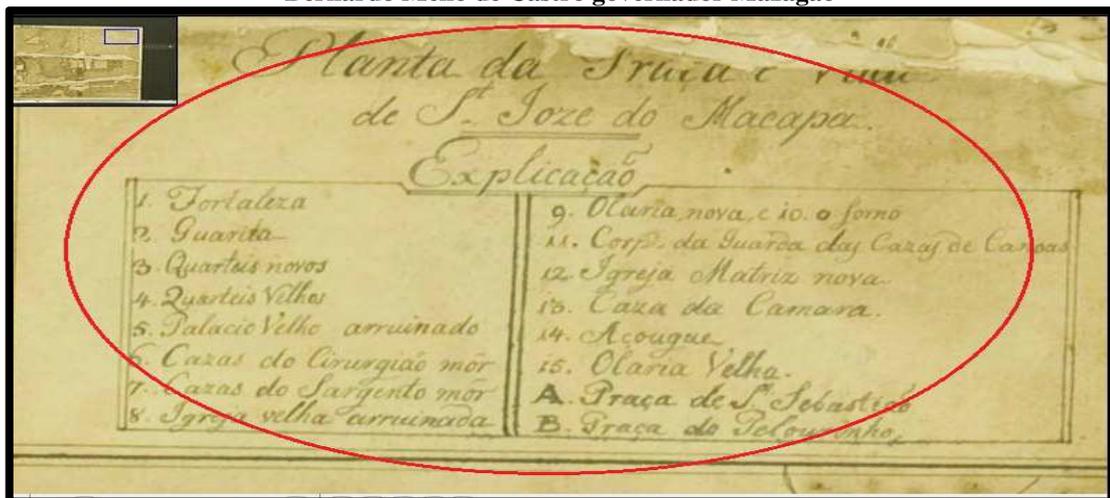
Quanto às praças já mencionadas na figura 3, as mesmas são ratificadas na figura 4, onde se vê com mais clareza as pequenas diferenças funcionais, entre as mesmas, sobressaindo-se ligeiramente a praça de São Sebastião (letra A da figura 4), que mais tarde também recebera um pelourinho. Na figura 6 o destaque é para a nova igreja e para as novas casas, na parte inferior da planta, elementos usados com a pretensão de simbolizar o domínio da cultura lusitana no território colonial, com a imposição dos valores e das formas europeias.

**Figura 4 – Planta da Vila de São José de Macapá por ordem do general Manuel Bernardo Mello de Castro governador Mazagão**



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Exército do Brasil – AHEx (2011).

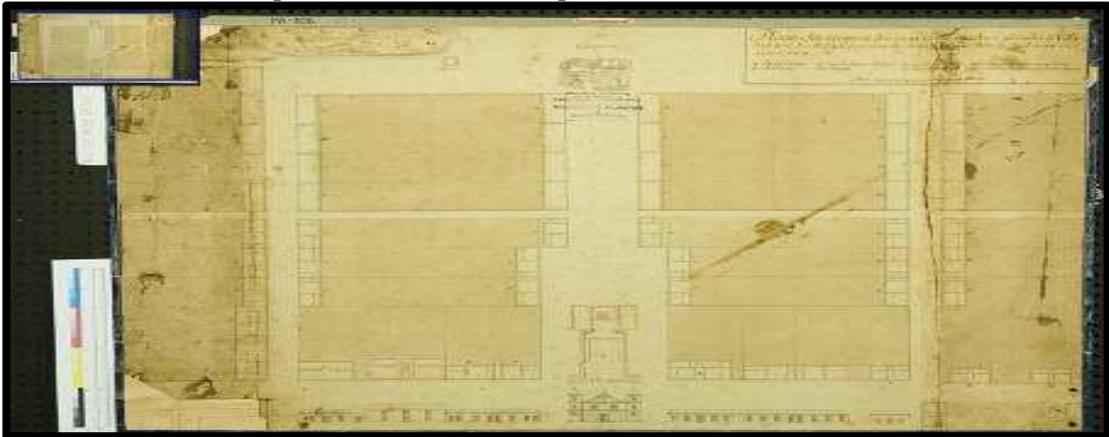
**Figura 5 – Detalhe ampliado da Planta da Vila de São José de Macapá por ordem do general Manuel Bernardo Mello de Castro governador Mazagão**



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Exército do Brasil – AHEx (2011).

Delson, porém (2000) ressalta que era muito difícil impor uma nova paisagem cultural às comunidades ribeirinhas diferentes amplamente uma das outras. Fato que refletiu que em locais de áreas pantanosas o que era para ser padrão fora substituído pela construção de casas sobre palafitas, além de que não existia o material necessário apontado no projeto, condição que levou a uma adequação do material que existia no lugar e que já era hábito, a exemplo da utilização de folhas de palmeiras para cobertura das casas.

**Figura 6 –Planta ichnografica das casas novas erigidas e ajuntadas a Villa de São José de Macapá para os novos povoadores ou soldados que darão baixa no ano de 1759**



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Exército do Brasil – AHEX (2011).

Na figura 7, por exemplo, já na década de 1960, as construções populares predominantes nas áreas alagadiças ainda se utilizavam da madeira para seus alicerces, assoalhos e paredes; enquanto para as coberturas, palhas de ubuçu ou buçu (folhas da palmeira *manicaria saccifera*) ou misto com palhas e telhas de barros, como se percebe no choque de coexistência cultural entre a modernidade das formas europeias e a tradição da construção local, cujas manifestações se opõem, se conflitam e tencionam, todavia, aos poucos foram se ajustando às experiências de suas diferentes culturas, onde se fundiram em uma nova, não pela vontade das autoridades, mas pelo resultado de todo um processo histórico e espacial que envolveu a colonização e a diversidade natural e social da Amazônia.

**Figura 7 – Casas de palafitas margeando o canal da rua Mendonça Júnior, na década de 1960**



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Macapá (2011).

Há de se considerar também que como era de costume na Amazônia a dispersão populacional, nem todas as comunidades se fixaram na vila, muitas optaram por localidades

mais distantes, a fim de um maior aproveitamento do espaço e a garantia de uma maior autonomia de sobrevivência.

Mas não se pode negar o forte domínio português, impondo seu poder de império ou exercendo uma influência que mesmo aos poucos, assim que as condições se tornavam favoráveis aos projetos exteriores, estabelecia-se, nas áreas de maior funcionalidade, a estrutura da casa desejada pelos europeus, com pisos planos e bem assentados, divisões internas e fachada com portas e janelas a fim de maximizar a ventilação, que caracterizou as principais mudanças culturais concernentes à moradia, em sua coexistência ou existência paralela aos padrões não europeus e que influenciaria nas décadas seguintes, conforme se observa na figura 8.

**Figura 8 – Construções atrás da Igreja de São José de Macapá, local conhecido como Formigueiro, na década de 1960**



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Macapá (2011).

A todo instante as mudanças culturais não deixavam de ocorrer, no entanto, como se vê não foram tão aceleradas como pretendiam os administradores, após a independência do Brasil, por exemplo, as características de Macapá, no período de 1832-33, descritas por Baena (2004, p. 236-237), convocado para compor uma comissão encarregada da reorganização e composição estatística da Província do Pará, refletem o quanto o governo português se esforçou para levar a cabo o seu projeto de “modernização” da Macapá colonial, mas retraído adiante pelo império brasileiro conforme segue:

Macapá: vila ereta em 1752, e assentada na ourela esquerda do Amazonas a distância de quarenta e uma léguas do Cabo Norte sobre o solo pouco eminente de uma estendida planície com larguíssima vista, excelentes ares e iguais águas...A população compõe-se de 1.238 braços, de 242 indianos, de 341 pardos, de 737 pretos, escravos e livres: cujos números reunidos constituem a totalidade de 2.558 moradores.

A igreja é dedicada a São José. Ela foi edificada à custa da Fazenda Real e os seus primeiros ornamentos vieram de Lisboa por aviso de 12 de abril de 1760.

A Casa da Câmara, e a do vigário também foram levantadas a despesas da mesma fazenda Real.

A fim de evitar que nesta vila se perpetuasse o uso de telhar as casas com folhagem houve antigamente uma olaria, em que se fabricava telha, ladrilho, louça de cozinha, potes para água, e potes chamados de manteiga, para favorecer os habitantes, os quais se viam obrigados a comprar estes efeitos na cidade por excessivo preço, fazendo assim uma despesa sem lucro.

Foi sempre muito dominante o gosto de telhar as casas com folhagem, ainda hoje tendo a vila 348 casas, que formam dez ruas pequenas e duas praças de mediana grandeza, tudo delineado pelo Desembargador Corregedor João da Cruz Diniz Pinheiro, contam-se 24 casas telhadas, e 342 colmadas de Bossu.

Há nesta vila treze lojas de mercador de retalho, e dezoito tavernas.

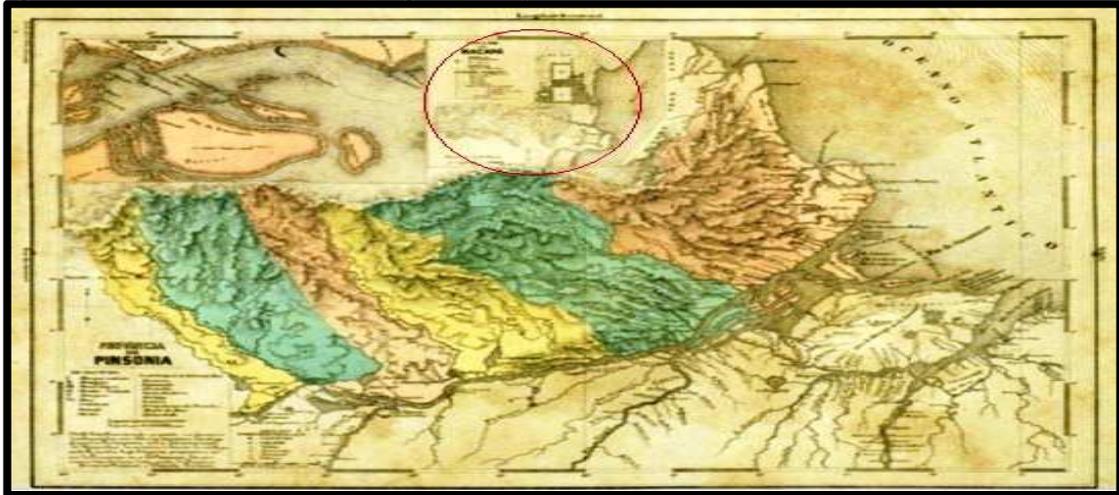
Os efeitos agronômicos, os sacados do mato, e os manufaturados, que exportam, são cacau, cravo, algodão, arroz, sabão, feijão, pano grosso e fino de algodão, boas toalhas e guardanapos do mesmo pano, azeite de andiroba, milho, couros de boi, de veado, e de cutia, solas, tora de macacaúba, castanha doce, galinha, patos, tartarugas, manteiga de tartaruga, aguardente de cana, gado vacuum e cabrum.

Tal situação é ratificada por Mendes (1868), em seu projeto de criar uma nova província denominada de Pinsônia, como se nota na figura 9, com capital em Macapá, fundamentada por vários documentos históricos e cartográficos, inclusive, manuscritos de 1842 do próprio Antônio Ladislau Monteiro Baena, a serviço do governo paraense. Em sua proposta de criação de um novo recorte territorial para a Amazônia, Mendes (1868, p. 35) vê poucas mudanças em Macapá que possa salientar em sua cartografia, pois:

A nova planta de Macapá contem a cidade como actualmente existe ou existia em 1854, porque pouco terá progredido, compreendendo o desenho do lago de Macapá, hoje o pantano no sul da cidade como era em 1761. Sômente não reproduziram o terreno entre a cidade e a fortaleza que a corrente do rio foi arrebatando durante o espaço de um século.

Veja-se que na planta de 1761 (figura 3) e na planta de 1854 (figuras 9 e 10), que a segunda mantém a modernidade dos traçados da primeira, com destaque para as praças retangulares de São Sebastião (letra A) e São João (letra D), novamente, ao que parece sem muita hierarquia ou distinção entre as mesmas. Todavia, como já foi mencionado, na praça de São Sebastião prevaleceu um maior simbolismo dado pela construção da Igreja de São José (letra A na figura 3) e da câmara, além de que se pode observar também que os traçados dos dois primeiros quarteirões por trás da igreja são ligeiramente mais largos e os dois quarteirões do meio com mais divisões, o que se leva a acreditar, em alguma diferença funcional, característica da formalidade pela qual foi concebida.

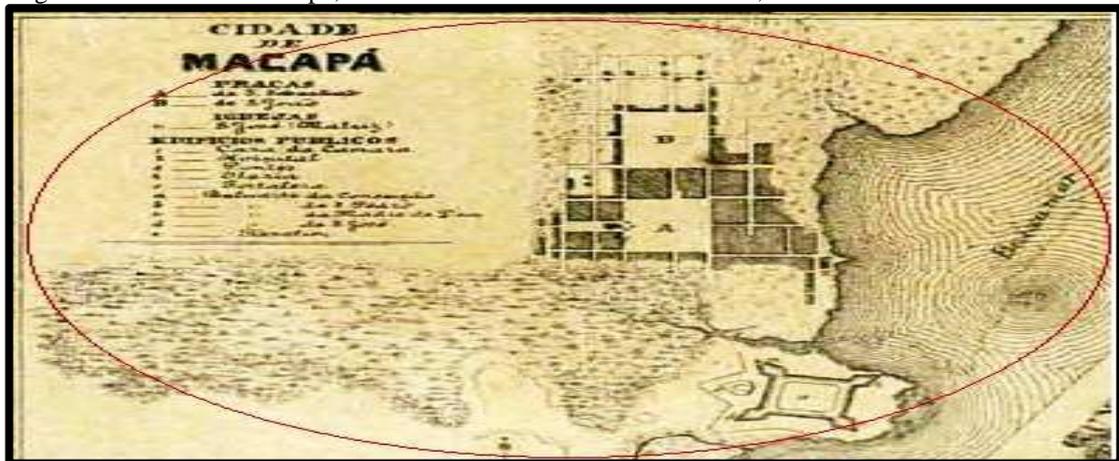
Figura 9 – Província de Pinsônia, segundo Projeto de Cândido Mendes de Almeida (MAPPA XXIV)



Fonte: Almeida (1868, p. 64).

Quanto aos demais quarteirões, mantiveram-se invariáveis em suas dimensões, no entanto, na figura 10, há uma impressão de que os quarteirões (escurecidos) que ladeiam a praça de São Sebastião desenvolvem uma malha de maior funcionalidade, talvez em razão da própria estrutura religiosa e administrativa organizada em suas adjacências, a proximidade da Fortaleza de São José de Macapá e da doca onde predominou a circulação de mercadorias.

Figura 10 – Planta de Macapá, extraída do detalhe do MAPPA XXIV, de Cândido Mendes de Almeida



Fonte: Almeida (1868, p. 64).

Há de se notar, portanto, que havia uma preocupação periódica quanto aos estudos sobre as condições de Macapá, todavia, percebe-se também que enquanto Macapá mantivera-se subordinada ao governo paraense, no período monárquico, a cidade sofrera um processo de estagnação distante daquele ideal pensado por Mendonça Furtado, estendendo-se pelo período republicano, como se observa em Reis (1949 p. 10) ao se reportar ao início da criação do TFA, escrevendo que:

A sociedade territorial não tem caráter urbano. Tampouco se lhe pode atribuir o caráter rural. E isso porque, flutuante nos lugares de mineração, entrega-se de preferência à pesca e à coleta dos gêneros nativos, como a borracha, a castanha e os outros vários tipos florestais de cotação nos mercados consumidores. As quatro cidades capitais de município só agora começam a urbanizar-se convenientemente. Eram antes burgos em decomposição.

Dessa forma se conclui que Macapá, no que pese todo o domínio colonial e uma intencionalidade de construir uma cidade com funções que deveriam estar próximas dos objetivos comerciais para as quais deveriam ser traçadas, não atingiu as características de uma cidade propriamente dita. Tampouco, é uma cidade portuguesa, mas reflexo de sua política modernizante de colonização, onde as tensões dos elementos culturais europeus, indígenas e africanos se conflitaram permanentemente na conformação de um espaço geográfico singular em toda Amazônia, em que locais e momentos predominaram traços de dominação e resistência de cada uma dessas culturas na construção de seus territórios, onde se evidencia apenas o embrião do sítio urbano de Macapá e suas funções totalmente incipientes, formando uma rede ainda simples de relações entre os povoados, embora as tramas de poder e os interesses coloniais quisessem mais.

### **3.3 O processo de urbanização de Macapá**

O processo de urbanização de Macapá pode ser analisado e compreendido considerando-se a sua inserção na região, em tempos diferentes, mas quase sempre em contextos de combinações externos a ela, seja internacional, nacional ou abrangendo ambos, e de sua própria dinâmica local em que a expressão de seus processos sociais reflete as características da sociedade produtora do espaço urbano.

Desse modo, ratificando a fundamentação de Corrêa (1989), a história de Macapá, dependendo do recorte utilizado<sup>17</sup>, pode ser descrita em vários momentos: segundo a sua origem; o seu contexto econômico-político-cultural; e seus agentes, que mediante a utilização de forças externas e internas produzem o espaço, mais conhecidos atualmente pelos proprietários dos meios de produção, pelos proprietários fundiários, pelos promotores imobiliários, pelo Estado e pelos grupos sociais excluídos. Esses momentos podem ser associados a vários períodos.

---

<sup>17</sup> A opção por esta perspectiva não é de excluir a história anterior à colonização portuguesa, tampouco em negar a organização das sociedades indígenas em uma possível construção da urbe, avessa aos padrões ocidentais, mas apenas em utilizar um viés para se pensar a urbanização de Macapá tendo como origem as ideias controvertidas e práticas de domínio lusitano.

O recorte utilizado para caracterizar o primeiro período, inicia-se, em consequência da expansão econômica metropolitana portuguesa associada às formas de exploração colonial da mão de obra indígena e dos recursos naturais (vegetal e animal), a partir da política de ocupação, domínio do território conquistado, fortificações e tratados. Termina envolvendo a riqueza mineral com a descoberta do ouro no final do século XVIII, o que fez aumentar a cobiça de outras nações europeias, principalmente a francesa, e o conseqüente desrespeito aos tratados anteriores.

Paralelo ao primeiro, o segundo período é marcado, como se viu na seção anterior, pela chegada dos primeiros colonos trazidos por ordem do Governador Mendonça Furtado, a criação do povoado, a construção da Igreja de São José, a criação da Vila de São José de Macapá e a construção da Fortaleza de São José de Macapá em área estratégica da vila, onde existiu um antigo destacamento militar no povoado. Desse modo se pretendia garantir a funcionalidade de posse e domínio espiritual e político do território, sua defesa de eventuais invasões e a inserção da região na economia mercantilista, no contexto das políticas pombalinas para a Amazônia.

No que tange ao abastecimento alimentar nesse período são importantes os trabalhos de Acevedo Marin (1998) e Ravena (1998), cujas análises históricas apontam para uma série de relações de produção que poderia remeter ao controle de determinadas práticas se objetivando o comércio, como uma característica importante na conexão entre os lugares e a formação urbana.

Mas até aquele momento, segundo Machado (1999), ainda é um equívoco empregar o termo de urbanização às aglomerações que surgiam nos traçados das redes fluviais, durante a colonização da Amazônia, ou mesmo, uma confusão ao considerar aquelas aglomerações como cidade, da mesma forma que questiona a ideia que associa cidade e urbanização como resultantes de uma evolução linear e cumulativa, da aldeia indígena à metrópole, porque é a partir da economia da borracha que se pode falar em desenvolvimento da urbanização na região, a partir da segunda metade do século XIX.

Esse entendimento decorre da própria diversidade amazônica que possibilita periodizações diferenciadas de sua rede urbana, pois, segundo Corrêa (1987, p. 39):

Na Amazônia esta diferenciação de tempos espaciais é muito marcante no âmbito da rede urbana. Tão marcante que se pode falar se segmentos “velhos”, que possuem um tempo espacial longo, e segmentos “novos”, como exemplifica-se com as cidades ribeirinhas, de um lado, e as cidades embriões urbanos que surgiram recentemente ao longo dos grandes eixos rodoviários que rasgaram a Amazônia.

Ocorre que na imensidão amazônica a sua realidade histórica e espacial é própria da combinação de suas características com o conjunto de resultados de diferentes variáveis espaciais em seus diferentes tempos, onde as ações processadas no espaço não foram manifestadas em todos os lugares e ao mesmo tempo.

Algumas dessas formas foram mais intensas em alguns lugares e com menor intensidade em outros, e ainda, em algumas áreas sequer existiram igualmente as mesmas funcionalidades espaciais.

Em um grande número de aglomerações, chamadas de cidade, essas funcionalidades se aproximavam pela precariedade dos equipamentos de serviços urbanos de transporte e de comunicação que se limitava às poucas ruelas paralelas aos rios, por onde realmente se fazia a circulação e a ligação entre a rede de pequenos povoados, vilas e cidades. E justamente essa insuficiência de condições diminuía a possibilidade de conexão interna entre as aglomerações humanas, fato que não estimulava o modo de vida urbano e indicava o quanto era frágil o desenvolvimento de uma rede urbana naquele período.

Mas essas limitações, impostas ao seu tempo, segundo Machado (1999), explicam pelo menos uma característica denominada de proto-urbanização relacionada à área de ocorrência da borracha, descrita como uma estrutura, mesmo que precária, de rede com posições hierárquicas entre as aglomerações, condicionadas à função e à posição de cada vilarejo, vila e cidade, e na rede de relações comerciais baseadas no aviamento, um sistema de produção que é anterior ao próprio período de exploração do látex, com indícios de sua utilização na exploração das “drogas do sertão”<sup>18</sup>.

O sistema de aviamento cresceu e ganhou corpo para caracterizar as relações de produção predominante na Amazônia do final do século XIX, com resquícios até meados do século XX, em algumas localidades.

A intensificação das relações de aviamento ficou garantida no auge do comércio mundial da borracha, porque segundo Filocreão<sup>19</sup> (2002, p. 48-49):

o capital, na sua forma mercantil, penetra nos seringais como um volume de mercadorias, transformando-se em uma forma específica de crédito, que caminhará

<sup>18</sup> Termo assim denominado para o cacau, o urucu, a salsa, a castanha-do-pará, as ervas aromáticas e medicinais, a baunilha, o cravo, o guaraná, etc., devido a diversas utilizações, desses produtos nativos da floresta amazônica explorados no período colonial, principalmente, na culinária e na medicina europeia, a fim de compensar o uso e o comércio das especiarias da Índia. Esses produtos, portanto, representariam novas especiarias.

<sup>19</sup> A pesquisa desse autor é pioneira em sua análise temática delimitada ao Amapá e fundamental para uma compreensão materialista da relação entre extrativismo vegetal e capitalismo no sul do Amapá porque analisa sob uma perspectiva dialética os efeitos de manutenção, funcionamento e reprodução de uma economia periférica voltada aos interesses do mercado internacional, evidenciando as contradições e tensões entre o local e o global e os mecanismos que se sobressaem nessa disputa.

por diversas cadeias de intermediação, até se defrontar com a força de trabalho, a única parte do processo capaz de receber essa mercadoria, consumi-la e depois devolvê-la às cadeias de origem sob a forma de uma mercadoria de maior valor.

Em Macapá esse sistema extrapolou o interesse apenas pela borracha, pois não se limitava apenas ao crédito do látex, que embora considerado, não era tão abundante como em outras áreas de sua ocorrência, mas de qualquer produto extrativista comercializável, visto a potencialidade desses recursos, embora o negócio mais lucrativo ainda fosse a borracha e a castanha-do-pará, conforme descreve Reis (1949, p. 110), em seu estudo sobre o TFA:

As riquezas naturais não tinham conta. A borracha e a castanha, abundantes, constituíam em Mazagão e Macapá o fundamento econômico de toda a atividade. A criação de gado, no Macapá, já alcançando o Amapá, apesar de pastagens convidativas, apresentam uma (sic) desenvolvimento lento. Tôda as vistas voltavam-se de preferência para o negócio dos gêneros extrativistas, de rendimento seguro, imediato.

No Município de Mazagão a coleta de castanha era de sua exclusividade e a atividade mais representativa, seguida pela produção de borracha que aparecia maior que a de Macapá, no período de 1949, analisado por Guerra (1954), como se observa na tabela 3, em outro estudo sobre o TFA, que na época possuía apenas os quatro municípios demonstrado nessa tabela.

**Tabela 3– Produção vegetal de origem extrativa do TFA, em jan. a dez. de 1949**

PRODUTOS	MUNICÍPIOS				Total (kg)
	Mazagão	Macapá	Amapá	Oiapoque	
Borracha	187460	105608	6453	-	299521
Castanha	903680	-	-	-	903680
Cacau	3098	103	-	-	3201
Fibras em geral	130	180	325	-	635
Madeiras em geral	722693	5221	-	-	727914
Óleos vegetais	2392	4655	748	-	7795
Sementes oleaginosas	116219	432387	27294	15022	590922
<b>TOTAL (kg)</b>	<b>1935672</b>	<b>548154</b>	<b>34820</b>	<b>15022</b>	<b>2533668</b>

Fonte: Guerra (1954, p. 312).

Quanto à agricultura, muito incipiente, restava destaque para a produção de farinha, arroz, banana, laranja, um pouco de feijão e poucas hortaliças com pouca evolução daquelas grandes expectativas demonstradas no período colonial, conforme carta de Mendonça Furtado aos diretores gerais da Companhia de Comércio, datada de 15 de novembro de 1757, tratando de negócios do Estado, citado por Mendonça (2005c, p. 371):

O arroz se dá excelentemente nestes países, principalmente nas terras contíguas à nova vila de São José de Macapá, do qual remeto a vossa majestade uma amostra para o mandarem beneficiar, e quando chegou a frota o estava eu comendo, e lhe não achei diferença alguma não só noda Carolina, mas nem ainda do de Veneza; se a V. Mcês. parecer, também darei todos as providências por que a cultura deste gênero seja o principal objeto daqueles povos, que na verdade é um ramo importantíssimo para o nosso Comércio.

No conjunto da maioria da produção ainda se pode perceber claramente que outras atividades econômicas complementavam o negócio da borracha, inclusive a pecuária, conforme se analisa na tabela 4, além de outros produtos de extração vegetal e animal.

**Tabela 4 – Produção animal de origem extrativa e pecuária do TFA, em jan. a dez. de 1949**

PRODUTOS	MUNICÍPIOS				
	Macapá	Amapá	Mazagão	Oiapoque	Total (kg)
Couros de boi	<b>49520</b>	18174	8806	1145	77645
Carne salgada	<b>253</b>	1623	-	-	1858
Grude de gurijuba	<b>2300</b>	2681	-	-	4981
Mel de abelha	<b>324</b>	-	-	-	324
Peles silvestres	<b>17044</b>	14775	24724	1527	58070
Pescado em geral	<b>92456</b>	92546	-	780	189782
<b>TOTAL (kg)</b>	<b>161879</b>	129799	33530	3452	332660

Fonte: Guerra (1954, p. 313).

Ocorre que se em um dado período havia um maior interesse pelo uso dos seringueiros, com a queda do preço da borracha amazônica no mercado internacional, outros trabalhadores da floresta e dos rios concorriam em importância, a exemplo dos coletores de castanha de Mazagão e outros com menor importância econômica (do ponto de vista da elite proprietária) como caçadores, pescadores e agricultores, que podiam ser recrutados entre os próprios seringueiros e castanheiros a fim de que se pudesse extrair do ambiente tudo o que fosse rentável ao comércio regional e internacional. Pois além da borracha, a castanha, o cacau, a madeira, o peixe, a pele e a carne de animais silvestres, as fibras, os óleos e as sementes vegetais eram produtos muito apreciados, pelo volume dos quais era medido o valor do trabalho do produtor direto a fim e transformá-lo em crédito para abater dívidas ou utilizá-los pelos trabalhadores extrativistas<sup>20</sup>, na aquisição de bens de consumo imediato e frequente, como cachaça, açúcar, sal, farinha, café, fumo, remédios, roupas; e de consumo no trabalho, como, faca de cortar a seringueira, balde, cuia, tigela, bacia, terçado, machado, anzol, linha, rede,

<sup>20</sup> Segundo Santos (1980) os trabalhadores da economia extrativa se dividiam em dois grandes grupos: um operacional, formado pelo pessoal de exploração, com maior contingente de extratores e mais mateiros, comboieiros, toqueiros, caçadores e pescadores; o outro grupo se constituía do pessoal administrativo, composto pelos proprietários, gerentes, guarda-livros, caixeiros, canoieiros para mensagens e carretos, além de segurança armada.

cartucheira (espingarda), munição, fósforo, querosene, lamparina, etc., que lhe garantiam a condição de trabalhar como autônomos.

Essa relação de trabalho era marcada por um grande desequilíbrio entre o valor da produção, conseqüentemente, o valor do trabalho e o valor dessas mercadorias as quais os trabalhadores eram obrigados a aviar, como forma de pagamento, porque, como nas demais regiões da Amazônia, ao se trabalhar como autônomo, não se buscava uma formalidade trabalhista e ao invés de dinheiro (papel moeda ou metal) os trabalhadores recebiam as mencionadas mercadorias, entre outras, na maioria das vezes antecipada, em troca de sua força de trabalho adiante.

O comerciante, dessa maneira, ganhava dobrado devido ao exclusivismo de uma relação de endividamento e dos valores de troca que ele mesmo estabelecia, com ganhos extras, fazendo dessa forma um movimento de fluxos de mercadorias trazidas pelos comerciantes locais principalmente de Belém e em alguns casos de Manaus.

Os comerciantes locais, por sua vez estavam submetidos às condições de preços e juros estabelecidos pelas casas aviadoras na comercialização dos produtos da floresta e no abastecimento do comércio, mas também eram intermediários dessa rede que era coordenada pela empresa exportadora responsável pela elevação dos juros e depreciação original dos preços dos produtos advindos do extrativismo e seus conseqüentes efeitos cascatas, de acordo com Santos (1980, p. 159) ao explicar que:

O aviador de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo aviador, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar juros extras. Esse aviador, por seu turno, era aviado por outro e também pagava juros extras apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos juros extras e do rebaixamento do preço local da borracha.

O avião possuía níveis de intensidade em cada período e em cada área específica de atuação, nas áreas de coleta de látex e castanha era mais intenso, todavia, nas áreas de pesca, por exemplo, nem tanto, conforme se nota na tabela 5 ao demonstrar uma relativa precariedade de abastecimento, mas nem por isso deixava de cumprir seu papel econômico de controle da produção, da circulação e do consumo, além de marcar fortemente o seu papel político de controle da estrutura de poder estabelecido, destacado pela existência de uma forma de rede, naquele período.

**Tabela 5– Mercadorias mais consumidas em dois barracões situados em áreas piscosas de Macapá no ano de 1948**

ARTIGOS	Valores mensais do comércio de cada um dos barracões	
	Em cruzeiros - CR\$	
Aguardente	3000,00	1500,00
Farinha d'água	1000,00	2000,00
Açúcar	700,00	660,00
Café	400,00	1500,00
Tabaco	200,00	300,00
Querosene	50,00	60,00
Fósforos	100,00	-

Fonte: Guerra (1954, p. 306).

Esse comércio, dessa maneira, possuía a característica de abastecer, ainda que precariamente, a região, por intermédio da exploração e dos altos preços das mercadorias, além das relações de troca com produtos *in natura* extraídos da floresta e dos rios ou apenas em troca da força de trabalho, com pouquíssima transação mediante dinheiro em espécie.

Embora a limitação de circulação de dinheiro tenha servido para estabelecer uma relação local exclusivista, ela possibilitou o crescimento da atividade comercial, sobretudo, no ramo de produtos de consumo, pois a troca de créditos por mercadoria era quase sempre garantida, por intermédio das casas comerciais, que nas áreas de extração eram denominados de “barracões”<sup>21</sup>, e pelas embarcações flutuantes denominadas de “regatões”<sup>22</sup>, que alcançavam determinados lugares onde não havia a presença de comércio fixo e em outros casos disputava ou se solidarizava com o mesmo, abastecendo-o.

A diversificação de atividades produtivas ficou inibida e o processo de diferenciação funcional sofreu pouca alteração em relação aos locais que mantiveram essas mesmas características econômicas. Esse subsistema regional era formado por uma rede urbana simples entre os vários aglomerados impulsionados por Belém e para onde todos convergiam, da qual Macapá participava, por intermédio de sua extensa rede dendrítica, visto a malha fluvial ser a única via de acesso externo e também possuir trafegabilidade a quase todas as localidades internas.

Assim, a rede dendrítica é considerada a forma mais simples da rede urbana, cuja origem está relacionada ao período colonial, de acordo com o que já foi exposto, pressupondo a ideia de cidade estrategicamente localizada próxima aos rios para a conquista, defesa e

<sup>21</sup> Denominação atribuída às casas comerciais inseridas em um local de produção extrativa, com a função de comprar e armazenar a matéria prima, para posterior exportação, e abastecer o lugar com mercadorias de consumo frequente. A depender do porte e da relação de confiança pactuada entre os comerciantes, proprietários e trabalhadores, os estabelecimentos recebem outras denominações, como: cantina, casa e armazém, de usos bem frequentes, a fim de minimizar o desgaste histórico do termo como sinônimo de exploração.

<sup>22</sup> Regatão é um termo utilizado para identificar tanto a embarcação (meio de transporte utilizado nos rios para fins de comércio) quanto o próprio comerciante pelo hábito de pechinchar ou regatear, diminuindo ou depreciando as matérias primas e supervalorizando os produtos industrializados ou intermediários.

domínio de um determinado território, considerando seu ponto de partida. A transição dessa rede simples para a rede mais complexa e central implica, segundo Corrêa (1989, p. 75):

um nível maior de complexidade na esfera da produção, circulação e consumo, com a coleta e distribuição intra-regional de produtos da própria hinterlândia da cidade primaz. Pressupõe o aparecimento de uma divisão intra-regional do trabalho capaz de romper o caráter unidirecional dos fluxos vinculados à produção regional.

Nesse contexto, Pereira (2004) afirma que a rede de centros desenvolve funções multivariadas, representando um novo tipo de inserção no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente, onde a complexidade espacial e funcional são características marcantes da nova divisão territorial do trabalho.

Dessa forma, embora se considere que o terceiro período de urbanização ocorreu com a valorização da borracha no mercado internacional, além da coleta de castanha, apoiada na extração do látex e na exploração dos trabalhadores, mediante a prática de aviamento. É somente com o desmembramento de Macapá e toda a área pertencente ao Amapá, do Estado do Pará, para a criação do TFA, que se marca um ponto de referência para surgimento embrionário de uma rede de pequena complexidade. Em nossa compreensão esse foi o momento crucial que mais tarde desencadeou a dinâmica urbana de Macapá.

O quarto período corresponde, então, à redefinição do papel da região na divisão territorial do trabalho e a sua incorporação ao processo geral de expansão capitalista no Brasil, com a criação do TFA, cujo principal objetivo justificado para a Amazônia foi a ocupação das regiões de fronteira desprovidas de povoamento necessário para a garantia da segurança nacional. No caso do Amapá, as novas decisões político-administrativas favoreceram o levantamento da potencialidade mineral local, a fim de garantir a exploração do manganês da Serra do Navio.

Após o período colonial e imperial a população do Amapá continuava baixa, para os parâmetros tradicionais, mesmo no período de crescimento da extração da borracha na Amazônia. Entretanto, segundo Guerra (1954, p. 183), a partir da criação do TFA, em 1943, houve uma intensificação do povoamento, sobretudo em Macapá, cuja população absoluta de 1.012 habitantes em 1940, passou para 10.094 habitantes em 1950. Essa fase fora influenciada pela política do Governo Federal de ocupação das regiões de fronteira e da possibilidade da exploração dos recursos minerais, principalmente manganês e ouro.

Para articular os condicionantes políticos, então implantados, foram construídos condicionantes de infraestruturas, a fim de favorecer a exploração e a atração de migrantes para a região: a construção da hidrelétrica Coaracy Nunes para fornecer energia à ICOMI e à

cidade de Macapá; a construção da Estrada de Ferro do Amapá (Santana - Serra do Navio) para escoamento do minério de manganês e a construção de um cais flutuante em Santana (Distrito de Macapá na época), com capacidade para navios de grande calado para exportação do minério de manganês.

Assim, as relações de poder redefiniram a territorialização da região demarcada por uma rígida linha que separava o desenvolvimento urbano estruturante de um lado e as demandas sociais de outro pela utilização do espaço seletivo, sem um planejamento adequado ao seu conjunto que pudesse garantir a distribuição justa da riqueza produzida, tendo como consequência o crescimento de uma cidade pobre que inviabilizaria, em pouco tempo, a dinâmica de uma sociedade saudável, sobretudo nas áreas do entorno de influência da grande estrutura econômica.

A propósito e conforme Trindade Júnior & Rocha (2002, p. 17) as cidades criadas na periferia dos núcleos planejados “representam a outra face dos grandes empreendimentos econômicos e são marcados pela precária qualidade de vida que caracteriza os centros urbanos da Amazônia”. Com a saturação desse modelo os próprios núcleos planejados irão sofrer também as mesmas mazelas criadas em suas adjacências. Por isso, Pereira (2009) considera importante pensar em cidade na Amazônia sempre em uma perspectiva que evidencie o território e o urbano, pois em caso diferente seria muito difícil dar conta da complexidade de suas dinâmicas e das redes que as envolvem.

Dessa maneira, pode-se afirmar que as estratégias de desenvolvimento para as cidades da Amazônia, nas quais Macapá está inserida, tiveram no decorrer dos tempos a interferência de diferentes segmentos de atores que atuam em redes sociopolíticas e tecem suas referências pela eliminação do “vazio demográfico”, pela integração regional e pela valorização econômica das riquezas naturais. Essas políticas favoreceram a construção dos condicionantes no espaço urbano, a fim de integrar as relações de criação, planejamento, organização e a instalação de mecanismos para uso dos agentes hegemônicos, enquanto fonte de recursos de matéria-prima e mão de obra barata na região. A criação da infraestrutura e as políticas regionais intermediadas ou incentivadas pelo Estado foram algumas dessas condições que viabilizaram a implantação desses modelos de desenvolvimento.

Esse período trouxe muitas perspectivas à economia regional, com a construção de uma série de infraestruturas de apoio à mineração, geração de emprego e atração de contingentes migratórios, contudo, no decurso temporal tais medidas não conseguiram corresponder satisfatoriamente às promessas modernas de desenvolvimento regional. A partir da década de 1960, no planejamento estatal centralizado, buscava-se por meio de ações

administrativas, encontrar caminhos para o desenvolvimento econômico, mediante a elaboração de planos de desenvolvimento que privilegiavam a implantação de novas empresas, com atividades econômicas diversificadas.

Observa-se também que durante o período de Território Federal o quadro político administrativo pouco se alterou, pois do ano de criação do TFA, com apenas três municípios, somente mais dois foram criados, em quase meio século (Oiapoque-1945 e Calçoene-1956). Todavia com o início do processo de transformação do TFA em Estado, foram criados mais quatro municípios em 1987 (Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Santana e Tartarugalzinho), cujo desmembramento se consolidou já com a definição da Constituição Federal do Brasil de 1988, em criar o Estado do Amapá, recebendo no ano de 1992 mais seis novos municípios (Cutias do Araguari, Itaubal Piririm, Porto Grande, Pracuúba, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio) e em 1994, Vitória do Jari, para totalizar 16 municípios. Desses novos entes, sete foram desmembrados de Macapá, com uma redução importante de sua área geográfica, mas sem representar com isso melhorias substanciais nas questões que envolvem, principalmente, o direito ao uso da cidade, reservada aos detentores de poder político e econômico que direcionam suas funções.

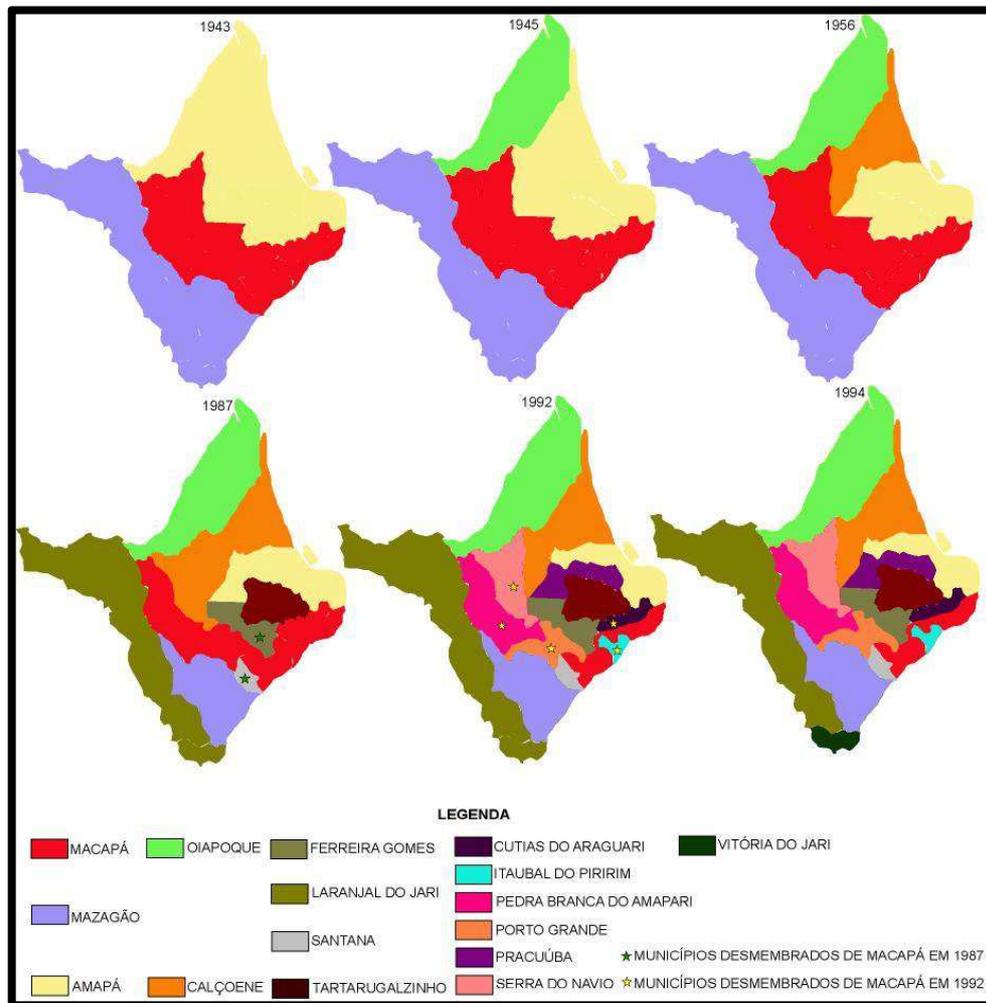
O quinto período histórico da construção da cidade de Macapá, corresponde à fase de transição para a estadualização do Amapá, até os dias de hoje, no processo de construção e consolidação do Estado, caracterizado pela fragmentação territorial, como se observa na figura 11, com a criação de novos municípios, surgimento de novas elites políticas e econômicas, novas redes de ações sociopolíticas, perspectiva de autonomia político-administrativa, novos territórios e tentativa de reorientação econômica, sobretudo no ramo do comércio varejista, com a criação, pela Lei nº 8387/1991, regulamentada pelo Decreto nº 517/1992, da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana-ALCMS, redefinindo uma nova relação de Macapá, enquanto um subsistema da economia urbana, pertencente ao “circuito inferior”<sup>23</sup>, com um novo circuito superior da economia urbana, mais moderno e dinâmico. Se anteriormente o “circuito superior” podia ser representado pelo Projeto ICOMI e seu grande volume de exportação de minério de manganês, hoje pode ser representado pelas grandes empresas exportadoras e importadoras internacionais que se complementam pelo circuito inferior de Macapá, característica das cidades em países subdesenvolvidos afetados pela

---

<sup>23</sup> Segundo Santos (2004, p. 22), o circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região.

modernização tecnológica. Isto não significa dizer que existem circuitos para “ricos” e para “pobres” porque tanto o circuito inferior quanto o superior são para toda a sociedade nas suas interações sociais e nas suas relações e reproduções espaciais.

**Figura 11 – Evolução político-administrativa do Amapá, a partir da criação do TFA com destaque para a redivisão territorial de Macapá**



Fonte: Torrinha, (2013). Base cartográfica do IBGE adaptada e realizada com Macromedia Free Hand.

A tônica da produção territorial de Macapá, fundamentada no mito dos efeitos estruturantes da grande empresa de mineração e da hidrelétrica, como forma de controle da riqueza e de suas técnicas aplicadas ao domínio do território, encerrar-se-ia à medida que se exauriam as possibilidades de extração dos recursos naturais dependentes de novas tecnologias.

Com isso, o espaço, por sua vez, é reajustado pelos agentes produtores de representações espaciais para adequar-se à tecnologia exigida pelo capitalismo internacional a fim de criar a sua periferia na economia de um país subdesenvolvido: Pedra Branca do

Amapari assume o modelo exportador e Macapá suporta uma balança comercial amplamente deficitária, como se observa na tabela 6, garantindo novo fôlego aos dois circuitos da economia urbana, sem, contudo, representar desenvolvimento social em nenhum dos arranjos.

**Tabela 6 – Resumo da balança comercial do Amapá em 2011 – US\$ FOB**

MUNICÍPIOS/AP	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
TOTAL GERAL	604.379.127	67.690.081	536.689.046
Pedra B. do Amapari	494.836.033	6.782.010	488.054.023
Mazagão	68.072.105	0	68.072.105
Santana	38.071.615	3.105.358	34.966.257
<b>Macapá</b>	<b>3.399.374</b>	<b>57.766.982</b>	<b>-54.367.608</b>
Serra do Navio	0	35.731	-35.731

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX (2011).

Mas dessa forma, reforçam-se novamente esses dois circuitos distintos: o superior identificado com o crescimento das grandes empresas exportadoras e as suas redes técnicas, resultado direto das inovações tecnológicas internacionais, das empresas fornecedoras nacionais; e o circuito inferior, subordinado ao circuito superior, caracterizado pela pobreza, pela fragilidade da economia territorial, predominantemente pública e pela marginalização das populações locais. Contudo, dinâmico em suas relações socioeconômicas no sentido da fluidez, de pessoas, de informações, de mercadorias no varejo e na produção de novos territórios de consumo, cuja maior expressão pode ser considerada pelo domínio do território chinês, em Macapá, pelo volume das importações, conforme se analisa a tabela 7, apesar da China também representar o maior comprador de Macapá.

**Tabela 7 – Os países com maior participação na balança comercial de Macapá em 2011 – US\$ FOB**

IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
China	19.734.135	China	2.121.213
Reino Unido	14.209.141	Holanda	306.035
Itália	7.803.145	Bélgica	301.622
Índia	5.628.880	Martinica	179.819
Estados Unidos	3.775.724	Alemanha	129.566
França	1.936.740	Itália	123.626

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX (2011).

Nessa relação de mercado internacional a China leva vantagem, pois vende para Macapá quase dez vezes mais do que compra, conseguindo impor suas mercadorias no comércio varejista de tal forma, que o território chinês parece se transportar para as lojas e para as casas de milhares de consumidores amapaenses.

É interessante, nesse sentido, compreender como a cidade de Macapá está sendo produzida e usada; como ela é transformada pelos ajustes espaciais e estimulada pela inserção desses tipos de próteses tecnológicas, a partir da implantação da ALCMS, enquanto um novo elemento do circuito superior da economia, cuja dinâmica necessita de maiores estudos a fim de se analisar seus saldos. Todavia, alguns pontos mais imediatos já podem ser observados com o aumento dos números de estabelecimento comerciais varejistas no ramo de importação, uma “explosão” nos preços dos imóveis urbanos e uma reestruturação das redes de abastecimento alimentar que concorrem para reproduzir o espaço urbano macapaense e dinamizar as funções da cidade no sentido de fortalecer as suas elites locais mais que os interesses de todos os agentes que produzem o espaço e criam seus territórios com suporte em diversos circuitos da economia urbana, em uma trama de redes construídas para movimentar o processo de urbanização.

### **3.4 As funções de Macapá: o papel da cidade ou a cidade no papel?**

Vários períodos contribuíram para a urbanização de Macapá, neles foram criados séries de ajustes e intervenções em dimensões e contextos específicos do processo de desenvolvimento territorial de Macapá que favoreceram uma dada urbanização funcional de Macapá com as demais cidades e os espaços rurais do Estado, apoiados pela criação de condições institucionais (políticas e legais); condições administrativas, para a permeabilidade e flexibilidade do funcionamento da máquina administrativa; condições técnicas (econômicas e infraestruturais), que enfim resultaram na construção e instalação das condições urbanas. Essas condições possuem um histórico de elementos de “desenvolvimento” que serviram de plano de conexão à construção de redes e próteses tecnológicas e à produção de uma nova configuração territorial. A partir das funções que a cidade de Macapá representa enquanto capital do Amapá.

Essas funções estão articuladas a outros atributos como a renda dos habitantes, predominantemente, públicas; aos fluxos entre Macapá e as demais regiões do Estado, onde exerce toda sua influência política e econômica; também a influência que recebe externamente de outras áreas. Dessas funções e fluxos, estabelece-se uma diferenciação importante entre Macapá e as demais cidades do Amapá, que se caracteriza pela sua natureza hierárquica.

Essa hierarquia é verificada principalmente pela atração de população urbana sobre a população regional; pela comercialização pela cidade dos produtos rurais; pela drenagem

urbana da renda fundiária; pela distribuição pela cidade de investimentos. Ou seja, com fundamentação em Souza (2007), a cidade de Macapá representa o centro da rede amapaense, um núcleo com dois papéis: de teatro de acumulação e de centro de difusão. A função da cidade núcleo como local de acumulação de capital ocorre ao mesmo tempo em que serve de suporte para a difusão de bens, serviços, informações, normas e ideias.

É necessário pensar historicamente como Macapá foi e está sendo construída, tendo como análise principal a ideia de cidade principalmente a partir das transformações após a criação do TFA que trouxe junto a Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI, para exploração de manganês na região. Segundo Lefebvre (1991) as transformações que as cidades apresentam a partir da industrialização gera uma crise pragmática, mas também conceitual. Pois afinal, não foi somente a infraestrutura da cidade que mudou com a criação do TFA (expressão concreta), mas também a expressão simbólica, contudo é a ação de convivência de seus agentes sociais e as compreensões diferenciadas do espaço que influenciam nas formas de construção da cidade e nas suas diferentes funções.

A leitura da paisagem urbana de Macapá revela uma desorganização espacial com suas formas de evolução que cresceu após a criação do TFA e o início das atividades da ICOMI, representando a materialização do capital na região, que pode servir como recorte balizador do surgimento propriamente dito da cidade de Macapá. Mesmo em que pese algumas divergências acerca do conceito de cidade, ainda assim a análise pode estimular o estudo sobre o processo de transformação que o espaço de Macapá sofreu no decorrer de sua relação espaço-temporal e da ação de seus agentes sociais, enquanto conjunto de forças que atuam ao longo do tempo e que permite modelar e estruturar o espaço a partir de suas estratégias para estabelecer funções econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais da cidade de Macapá em suas relações internas e em suas áreas de influência.

Uma ideia possível para a análise da cidade, nesse sentido, é procurar compreender como Macapá foi construída, e como foi transformada pelo processo de urbanização, estimulado pela criação do TFA (condição política) e pela exploração mineral (condição econômica), enquanto elementos responsáveis pela segregação e fragmentação da região, capazes de revelar relações dialéticas como produto, meio e condição de vida para reprodução das relações sociais (condição social) no espaço urbano.

Tal situação garantiu a construção de condicionantes no seu espaço que integram, segundo Porto (2007, p. 13), “uma gama de relações complexas que garantem a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos proporcionadores da (des) construção espacial, a fim de atender a interesses e objetivos externos ao ritmo e vivências locais”. A

construção desses condicionantes no espaço urbano de Macapá pode ser observada em vários cenários da história local e também contextualizada em uma análise nacional como parte de experiências de desenvolvimento que influenciaram na criação de ajustes espaciais, que a partir deles se criou e se constrói o espaço urbano regional, produzindo o território e o seu uso não somente por meio de um conjunto de redes tecnológicas, mas também sociais, políticas, comerciais e informacionais.

Por isso se afirma que as origens da transformação de Macapá em cidade podem ser analisadas através do processo histórico de construção da rede urbana, pois segundo Corrêa (1987, 2006), mediante esta análise buscar-se-á compreender o processo de urbanização de Macapá e a formação da rede urbana a qual está inserida.

Para a existência dessa formação, de acordo com o referencial do autor acima, é necessária a presença dos seguintes componentes: uma dada divisão territorial do trabalho (entre as diferentes cidades e entre essas e suas regiões de influência) com uma produção que é negociada por outras não produzidas local ou regionalmente; pontos fixos no território (as cidades que formam os nós da rede urbana), ou seja, núcleos populacionais onde os negócios se realizam, como atividades de produção, de comercialização e de serviços, com infraestrutura de transporte e de comunicação (hidrovias, rodovias, ferrovias, telecomunicações, telemática) que viabilize a articulação e a circulação entre os nós da rede urbana; os fluxos (mercadorias, capitais, pessoas, informações, normas, ideias) que alimentam e são a razão de ser da rede urbana; por fim a articulação entre os núcleos, que através da circulação dá origem e reforça uma diferenciação entre esses núcleos urbanos no que se refere ao volume, à quantidade, qualidade, tipos de produtos e serviços comercializados, às atividades administrativas, ao tamanho demográfico e à importância como pontos focais em relação ao território exterior a eles e os agentes da comercialização, envolvendo, por sua vez, decisão, localização e distribuição espacial da renda.

Dessa maneira vale lembrar também que, para Corrêa (1989), a rede urbana é produto, meio e condição das relações sociais. Produto, visto que é dotada de vida social; condição, pois é nela que se dá a produção e apropriação do excedente capitalista; e meio, pois é através da articulação entre as diversas funções de cidade (comércio, indústria, serviço, etc.) que se torna viável a produção, a circulação, o consumo e, conseqüentemente, a divisão territorial do trabalho. É fundamentado em Harvey (1992), que Corrêa (1989; 1997 e 2006) reafirma que a cidade pode ser considerada como a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico e a rede urbana é a forma espacial através da qual, no capitalismo, se dá a criação, a apropriação e circulação do valor excedente,

constituindo-se simultaneamente, um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho.

A partir das décadas de 1960 e 1970 à economia mineral do Amapá é agregado o empreendimento madeireiro pela Bruynzeel Madeira S/A - BRUMASA e pela Amapá Florestal e Celulose S/A - AMCEL. A atuação dessas próteses, ajustes e práticas espaciais no cenário macapaense teve forte influência do capital estrangeiro, criando condições para a movimentação do capital na apropriação das riquezas. A atuação da ICOMI, da BRUMASA e da AMCEL, são exemplos de empreendimentos considerados como casos de “criações destruidoras”, cujas experiências foram nocivas tanto ao meio ambiente quanto ao meio social, na perspectiva dos agentes hegemonzados.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o Amapá foi transformado em Estado com autonomia para construir novos planejamentos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que podem trazer novas perspectivas e possibilidades de construção de uma organização urbana para sua capital Macapá em substituição aos modelos anteriores. Por esse motivo o planejamento urbano regional pode se tornar em experiência valiosa de compreensão da cidade, antes de qualquer medida de intervenção.

O perfil da cidade de Macapá guarda características de políticas de planejamento urbano regional, cujo processo se materializou na concentração de um contingente populacional desproporcional, às demais áreas do Amapá. Entretanto, essas áreas possuem características comuns: são necessitadas de bens, trabalho e serviços públicos, dando a entender que, contraditoriamente, as políticas de planejamento urbano regional não se materializaram no sentido de retirar as privações de liberdade da população, dando-se razão mais uma vez a Sen (2000).

As condições de urbanização de Macapá aqui apresentadas não conseguiram materializar ainda um planejamento urbano regional capaz de favorecer as estratégias de sustentabilidade urbana compartilhada, previstas no artigo 2º dos objetivos gerais do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, PDDUAM (2004) “I - atender às necessidades de todos os habitantes quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento de forma sustentável”.

Na primeira parte do PDDUAM (2004), no título II, das estratégias de desenvolvimento, são elencadas diversas estratégias visando a um processo participativo amplo, onde a sustentabilidade figura como um dos grandes objetivos no conteúdo de todo o plano. Todavia, o principal obstáculo em se alcançar as os objetivos previstos está no

esvaziamento participativo dos agentes sociais e em suas formas diferenciadas ou antagônicas de se conceber e construir a cidade.

Por tal situação é importante que se construa melhores espaços de participação onde essas diferenças e antagonismos sejam explicitados, mediante diálogos com o conjunto de atores que produzem e consomem o espaço, a fim de que se possa discutir, debater e propor novas estratégias de acesso ao território e de direito à cidade, pois a cidade de Macapá não está pronta, continua em permanente construção (característica de todo espaço urbano), cujo principal desafio de planejamento urbano e regional é a gestão do cotidiano e de suas disparidades. Outro desafio diz respeito à função hierárquica que Macapá exerce na rede urbana amapaense, pois é preciso pensar a gestão urbana para além da escala da cidade.

### **3.4.1 Alguns aspectos do Plano Diretor de Macapá de 2004 voltados ao abastecimento**

As experiências públicas encaminhadas para o desenvolvimento da cidade de Macapá, assim como qualquer política urbana, necessitam de reavaliações e acompanhamento permanentes das principais situações que afligem o direito ao seu uso, a fim de organizar concretamente uma nova política de gestão territorial, compatível com o desenvolvimento da sociedade macapaense, visando a uma maior participação nos debates e decisões. Afinal, com o crescimento da cidade, novas ordens políticas e novas elites se estabelecem, a fim de impor suas territorialidades e novas demarcações de poder. Restando, dessa forma, a esperança da abertura de redes de relações em que a sociedade possa participar, não de forma apenas concedida, mas conquistando territórios onde possa expressar seus projetos.

Criado dentro da construção desse novo cenário de produção territorial, o mais recente Plano Diretor de Macapá foi aprovado pela Lei Complementar nº 026/2004, de 20 de janeiro de 2004. Esse instrumento traz consigo a expectativa de melhorar e corrigir as experiências passadas, na condição de instrumento central do processo de planejamento urbano e ambiental, dessa vez, enquanto objeto permanente de processo de implantação sistemática, acompanhamento, avaliação e orientação para o uso dos elementos de política voltados ao avanço urbano local revertendo a sua saturação de estagnação espacial e social.

Assim, o PDDUA, segundo as suas notas introdutórias (MACAPÁ, 2004a, p. 13), é orientado pela “impossibilidade de não associar as questões ambiental e social à problemática territorial”; por “um amplo processo participativo”; e por “um processo de capacitação dos atores sociais”, levando-se a crer que de fato se tem um plano diretor diferente dos planos de cunho meramente técnicos do passado, todavia, essa oportunidade parece está sendo

desperdiçada, pelo alijamento da participação popular e/ou pela inércia e ceticismo da própria sociedade. Tostes (2006, p. 128) questiona a metodologia de construção deste plano ao interrogar:

1. Este Plano Diretor foi de fato participativo? Se foi, qual a efetiva participação dos mais diversos segmentos da sociedade civil; por então essa mesma sociedade dele ainda não se apropriou como instrumento de participação e por que as instituições não o abraçam?
2. Qual foi o papel do prefeito em todo este processo? Participou das discussões? Ou abdicou de sua responsabilidade delegando seu papel aos técnicos do município? No município, de quem é o dever de capitanear esse relevante processo de interação com a sociedade?

Tostes (2006) reconhece todo o esforço de produção e divulgação de material escrito e digital, disponibilizado em outros diversos meios, mas que talvez não sejam suficientes para sua apropriação, faz-se necessário muito mais, devido à carência de instrumentos de aplicação verdadeiramente participativos que ajudem o cidadão a compreendê-lo enquanto projeto de mudança da vida social urbana e não apenas como mais um texto bem escrito, sem contato com a realidade das pessoas em suas manifestações territoriais e conflitos que refletem uma impregnação do espaço pelos agentes que o disputam.

Nessa disputa poderia haver ações compactuadas se as estratégias de desenvolvimento regional estivessem concretamente vinculadas aos princípios e objetivos gerais do Plano Diretor onde prevalecesse “o interesse coletivo sobre o interesse individual” (art. 1<sup>o</sup>, inc. I, da Lei Complementar 026/2004), imprescindíveis à “gestão democrática urbana e ambiental” (inc. II). Todavia, a própria política de ocupação do solo evidencia grandes privilégios a determinados agentes de setores comerciais e imobiliários, onde o exemplo principal recai sobre o domínio que esses setores possuem sobre a região de Macapá situada nas áreas de interesse comercial, cuja ampliação agrega cada vez mais estabelecimentos caros, alguns de luxo, destruindo os assentamentos habitacionais de famílias com baixa renda, deslocando-os para áreas de interesse social, distantes dos serviços públicos, principalmente médico-hospitalares, paradoxalmente, não utilizados pelos agentes que dominam esse território. Isto é, as pessoas “expulsas” dessa área passam a depender de um precário sistema de mobilidade urbana para trabalhar, estudar, acessar os serviços públicos e realizar suas demais atividades, pelo menos, enquanto as áreas de interesse social não saírem do papel.

Apenas este exemplo já serve para revelar um cenário que se constitui em um desafio para a aplicação do Plano Diretor, pois somente com um caráter de participação popular, imbuída em assegurar para todos direitos à cidade, conforme os parâmetros legais em vigor,

tanto no âmbito constitucional ou pelo Estatuto da Cidade, haverá soluções para essas questões.

Macapá tem um passado de concentração espacial e de disputas territoriais pelos melhores espaços, alguns dos quais vinculados às redes de abastecimento alimentar urbano, onde se situam os maiores supermercados, sem, contudo, privilegiar os interesses coletivos, ao contrário, os interesses que mais se destacam são aqueles voltados à acumulação de bens e capitais, em detrimento, do fortalecimento da cidade e de sua população. Razão, talvez, para que somente um Plano Diretor não seja suficiente no atendimento às novas e crescentes demandas sociais, em seu aspecto singular.

Faz-se necessário a compreensão do estado de precariedade em que a cidade se encontra com o objetivo de possibilitar o envolvimento da sociedade com todos os setores de desenvolvimento urbano, nos três níveis (municipal, estadual e federal), sem deixar de enfocar as questões de escala regional e sub-regional, a fim de que se possam formar ações integradas de desenvolvimento social para a cidade, para o município e para o subsistema ao qual pertence, dado o conjunto de elementos afetos às particularidades de várias unidades em um mesmo recorte regional. Para Trindade Júnior (2009, p. 317) a “particularidade regional é dada pelo papel dos subespaços no contexto maior em que se inserem, tomando como elemento principal os agentes sociais na produção/construção do espaço geográfico e na definição do ordenamento territorial”.

Essa compreensão permite entender um pouco como a estrutura caótica do espaço macapaense para a maioria da população é o mesmo espaço de privilégios para uma minoria, exigindo do planejamento urbano uma nova prática de gestão territorial compartilhada com a sociedade, para além de sua escala local, ou singularidade, devido tanto às interações, tensões e conflitos internos quanto externos. O que torna o planejamento urbano ainda mais desafiador, porque se na cidade as tensões já são bastante intensas, na escala regional ou sub-regional, tendem a ser mais intensas ainda.

Abramovay (2000) avalia que não é tão simples superar as dificuldades de desenvolvimento territorial e de construção de uma rede territorial. Entretanto, algumas de suas sugestões podem servir de orientação, a fim de complementar as políticas do desenvolvimento urbano de Macapá em consonância com seu Plano Diretor, na formação de seu próprio pacto territorial. Mesmo que as forças econômicas globais, nacionais e regionais continuem a influenciar a formação das redes locais, porque essa formação pode ter outra origem fundamentada em um pacto territorial, fortalecido pelas pressões da sociedade.

Essas sugestões apontam para algumas hipóteses que podem ajudar a superar as principais dificuldades de um espaço em construção, conforme Abramovay (2000), que consiste: numa mudança do meio ambiente educacional; na formação de uma rede de atores trabalhando; a valorização dos atributos da região; na compreensão de que uma unidade administrativa pode ser pouco adequada para gerir a rede de relações necessária ao desenvolvimento territorial; no papel que as universidades podem contribuir no estudo das dinâmicas organizativas locais; em não separar as cidades das regiões rurais em que estão inseridas, ou seja, que permitam uma visão territorial sobre o processo de desenvolvimento, a fim de que se planeje um desenvolvimento com a maior participação e integração necessária à formação de estratégias mais participativas.

Para tanto algumas medidas e estratégias previstas no Plano Diretor de Macapá têm que ser implantadas, imediatamente, independente da demora na construção de um pacto territorial, para o fortalecimento da rede: no investimento para o desenvolvimento do sistema de mobilidade urbana de boa qualidade e eficiente, no investimento à saúde, educação, lazer e cultura; na proteção eficaz das áreas de interesse ambiental; no investimento em saneamento, a fim de suportar a pressão do aumento vertiginoso da população; no investimento prioritário nas áreas de interesse social, a fim de assegurar o remanejamento seguro às populações de baixa renda que ocupam as ressacas ou se encontram em outras áreas de proteção ou risco ambiental; programas intermunicipais e interestaduais, a fim de que se possa organizar uma política sub-regional voltada à identificação de particularidades regionais, priorizando a sociedade.

Alguns ajustes já estão previstos no plano porque possuem aspectos importantes que afetam o crescimento, a transformação do espaço urbano, novas redes e novas relações de produção territorial. Essas mudanças podem trazer bons resultados para a população, caso se evidencie uma lógica de crescimento, com desenvolvimento, que por sua vez esteja pautado no desenvolvimento que priorize a sociedade, em suas relações com as instituições governamentais, com o mercado e com a sua região. Todavia, o que se percebe com maior evidência na análise do plano diretor é a preocupação com a noção de lugar, onde Macapá representa apenas uma singularidade amazônica, não que isso não seja importante, como se o “conjunto de singularidades não configurassem conjuntamente qualquer particularidade regional ou sub-regional” (TRINDADE JÚNIOR, 2009, p. 317).

E mesmo no tocante às suas singularidades, os objetivos do Plano Diretor de Macapá não trazem propostas diretas voltadas à compreensão das redes de abastecimento alimentar urbano, mas se percebe que toda sua estrutura se relaciona aos aspectos do desenvolvimento econômico, social e ambiental de Macapá, que visa no art. 2º, inc. I, da Lei Complementar<sup>9</sup>

026/2004, “atender às necessidades de todos os habitantes quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento de forma sustentável”.

A propósito do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, pressupõe-se que o mesmo não ocorra sem um equilíbrio e a existência das redes de abastecimento alimentar em Macapá, a partir da ideia que a alimentação se constitui em um direito e uma necessidade básica de todo ser vivo.

Dessa forma as políticas de alimentação da sociedade urbana não podem estar desvinculadas de uma política de estímulo e fortalecimento das redes de produção de alimentos e das redes de circulação, com diagnósticos permanentes dos setores a fim de se aplicar os estímulos mais adequados e necessários ao fortalecimento de uma política de segurança alimentar, intermediado pelas redes, seja com fornecimento de treinamento, transporte ou insumos. A sociedade não pode se abster de sua participação na formação dessas redes, todavia, é dever institucional dos gestores do município e do Estado, no que lhes couber, tomar a iniciativa e orientar a fomentação das políticas de desenvolvimento regional, visando melhorar o abastecimento alimentar.

Quanto ao uso do espaço urbano para as atividades econômicas com ênfase nas micros, pequenas e médias empresas, do ramo de comércio varejista de alimentos se deve ter uma proposta em total consonância com o desenvolvimento urbano de Macapá, pois a atração de qualquer atividade econômica implica impactos sócio-ambientais, de menor ou maior intensidade.

O papel que as micros, pequenas e médias empresas, representam para o crescimento sócio-econômico de uma região pode ser relevante para o seu desenvolvimento, desde que se insira nos objetivos do Plano Diretor em proporcionar acesso aos direitos a uma vida digna. Responsabilidade, portanto do poder público municipal e da coletividade para definir, em audiências públicas, quase sempre necessárias, como as atividades econômicas de mercados, supermercados ou hipermercados devem ser implementadas, sem causar prejuízo ao abastecimento da sociedade e ao uso comum do espaço urbano, sem encarecê-lo, um desafio que por si já caracteriza uma luta praticamente de difícil conquista, devido ao domínio que as empresas supermercadistas detêm em seus territórios, com o fortalecimento de suas atividades de um lado, e de outro a desestruturação dos padrões tradicionais de ocupação urbana e de relacionamento entre a sociedade e o comércio.

Há, porém, um entendimento de que as atividades comerciais supermercadistas que ora são desenvolvidas em Macapá, contribuem e são importantes para o seu desenvolvimento territorial, reforçando uma ideia de que as empresas de supermercados exercem importantes

atividades e funções, mas principalmente no seu papel no abastecimento alimentar urbano, estimulando o desenvolvimento e o adensamento das atividades econômicas centrais da cidade e nos bairros onde são instaladas, além de incentivar a formação de redes de cooperação empresarial, a fim de melhorar o desempenho comercial das empresas cooperadas e favorecer no final a qualidade de produtos e os preços oferecidos aos consumidores.

Isso requer a criação de um sistema de acompanhamento e avaliação das atividades produtivas locais, articuladas à economia regional, nacional e internacional, onde a análise suas redes pode desenvolver uma metodologia de acompanhamento e avaliação, onde se faz necessário compartilhar responsabilidades para definir as coordenações de todas as articulações necessárias, à criação, manutenção e funcionamento do sistema.

O importante dessa experiência é que a comunidade e as instituições não deixem que a compreensão do Plano Diretor de Macapá se restrinja apenas ao atendimento dos dispositivos constitucionais e dos princípios emanados do Estatuto da Cidade, mas procurem possibilidades de novas relações de produção territorial que possam favorecer a participação e o desenvolvimento de todos, a fim de se contribuir mais no processo de construção e de uma condição melhor de se viver na cidade, que caiba no cotidiano das pessoas e não apenas no papel, onde cabe qualquer palavra, mas dificilmente se vê o direito isonômico de todos a ter acesso ao território de forma equilibrada e justa socialmente.

## **4 O ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANO EM MACAPÁ, O COMÉRCIO E O CONSUMO**

Este capítulo é construído a partir de observações diretas, sustentadas por um referencial teórico que propicia a análise empírica da unidade em estudo. Nele é importante compreender como o abastecimento alimentar de Macapá sofre uma forte influência das formas de consumo da sociedade moderna, intermediada pelo comércio, como um dos os elementos fundamentais na formação das redes de abastecimento alimentar em Macapá. Entender suas conexões e suas relações com a produção territorial, na movimentação dos fluxos regionais e inter-regionais de mercadorias alimentícias, como uma possibilidade diferenciada de compreensão da realidade local, do desenvolvimento regional e do desenvolvimento urbano, frente a uma cultura de consumo mundial com interferências importantes nas transformações que estão ocorrendo no território, seja pela mudança de hábitos, pelas mudanças das funções da cidade e dos lugares que não ocorrem sem que haja constantes conflitos e tensões pelo uso do território.

### **4.1 O abastecimento alimentar urbano em Macapá**

O abastecimento alimentar urbano em Macapá está relacionado mais ao consumo e à distribuição do que à produção, daí a importância aos seus fluxos regionais e inter-regionais, à forma como a sociedade é (des) organizada para compor a produção espacial e exercer influência na construção/desconstrução de uma dinâmica geoeconômica capaz de revelar faces de um território em construção predominantemente urbano, tendo como consequência a ampliação do consumo de alimentos produzidos fora da cidade, sob a responsabilidade de espaços de produção de pequena escala, localizados nos espaços rurais da própria região e em maior escala nas regiões conectadas externamente fornecedoras de produtos para o abastecimento alimentar urbano.

Segundo Holanda (1986, p. 5), abastecer significa “prover ou munir do necessário”, enquanto abastecimento, para Houaiss (2001, p. 3), é a “ação de abastecer. Provitamento, fornecimento”. Esses significados, tomados semanticamente remetem a uma noção de organização e dependência de produtos necessários à sobrevivência. Compreendidos de forma dialética, já é possível estabelecer relações entre fornecedores e consumidores, que podem evidenciar suas dimensões históricas, conectadas a um sistema de “necessidades humanas” (BOTTOMORE, 2001).

A partir dessas noções complementares, o abastecimento de alimentos em Macapá também pode ser compreendido como meios de suprir, fornecer ou prover a população de mercadorias alimentícias “necessárias” à sua manutenção e reprodução, conectadas por nós ou fios de redes, fundamentais à compreensão de transformação do território por meio de suas conexões. Essas conectividades são realizadas por movimentos de fluxos regionais e inter-regionais de mercadorias alimentícias, convergindo para a produção do território e do desenvolvimento regional, finalizado pelo comércio varejista de alimentos, passando, predominantemente, pelos supermercados, que detém a maior oferta na comercialização de alimentos à população, que por sua vez é dependente principalmente da folha de pagamento do governo municipal, estadual e federal para trocar com as mercadorias.

De um lado, pode-se pensar que a participação do comércio varejista se expande e melhora essas condições de troca, que dependem do crescimento econômico e que são indispensáveis ao progresso social e à elevação dos padrões de vida e de consumo da população. Essa síntese está respaldada na concepção de modernidade em que as ideias de desenvolvimento estão relacionadas à melhoria das condições sociais no processo histórico.

Sob a ótica do paradigma funcionalista a sociologia propõe uma descrição diferente do comportamento dos atores concretos e dos grupos sociais, fazendo a intermediação entre uma ação racional instrumental e a ação das instituições econômicas, cujo ponto de equilíbrio demonstra que a estabilidade do sistema de troca generalizada que constitui a sociedade moderna, segundo Durkheim (1995), depende do respeito a regras pré-estabelecidas.

Por outro lado, muitas decisões em torno do consumo de alimentos podem ter consequências que extrapolam a delimitação das relações locais, regionais e nacionais. Pois, segundo Giddens (1997, p. 75) as ações cotidianas do indivíduo possuem múltiplas implicações globais não somente para a sobrevivência daqueles que vivem na outra ponta, como pode contribuir para um processo de deterioração ecológica com consequências para toda a humanidade. Por essa razão é importante considerar, predominantemente, as relações sociais entre os agentes de classe, como forma de estabelecer uma abordagem teórica que considere as formas de relações socioculturais no espaço enquanto elementos indispensáveis para explicar o desenvolvimento regional, mas também suas tensões com o global.

Ou seja, as condições e as formas desse abastecimento estão relacionadas às redes técnicas e informacionais que foram criadas pelo desenvolvimento econômico, a fim de movimentar os fluxos de mercadorias, conectando a cidade de Macapá a outras regiões, mediante os circuitos da economia urbana, que estão influenciados por um conjunto de práticas e ações intervencionistas que visam a controlar e dominar o território, em suas

dimensões econômicas, políticas, sociais, simbólicas e naturais, mediante à sua territorialização<sup>24</sup>.

Nesse tocante, Trindade Júnior (1998, p. 31-32), discute “como a existência de territorialidades urbanas permite que a organização do espaço se coloque como condição e meio para a dinâmica de reprodução das relações sociais”, destacando-se as estratégias de produção do espaço urbano por diferentes agentes, na definição de territórios e territorialidades, como condição e meio para a realização do planejamento pretendido, mediante ações que ocorrem de forma engendrada, articulada ou coligada a interesses específicos. Por isso as práticas decorrentes dessas ações não se desenvolvem isoladamente, mas em rede.

Das análises conjuntas e simultâneas dessas práticas, e o que a rede representa, no bojo das ações e interesses de seus atores sociais, enquanto um dos possíveis recortes espaciais, permite-nos seguir uma linha de compreensão da (des) organização do espaço urbano de Macapá em sua particularidade do subsistema regional, que implica a criação de laços materiais e imateriais entre fornecedores e consumidores de alimentos que traduzem novos territórios, novas territorialidades e novos hábitos de comércio, de consumo e de alimentação da população macapaense. A existência, o tamanho e a força da rede de abastecimento alimentar que alcança Macapá dependem de como os seus agentes estão organizados e dos seus possíveis arranjos, pactos e negociações que interferem na produção da cidade.

#### **4.2 Na teia dos supermercados: comércio e consumo na cidade**

O desenvolvimento econômico do século XX foi caracterizado pela industrialização e pela urbanização, criando-se modelos de organização que privilegiam a realidade em seus termos econômico-sociais, com base nas categorias de classe, trabalho, produção, capital e mercado. É um processo em constante movimento, marcada pela velocidade das transformações dos meios técnico-informacionais que continua a aumentar no século vigente na direção de uma crise social.

As transformações que ocorreram com o crescimento das indústrias e das cidades influenciaram o desenvolvimento de uma sociedade dependente das relações de produção. Essas relações ainda convergem para os fluxos de todas as dimensões, entre eles, o fluxo de

---

<sup>24</sup> Para efeito de uma linha analítica a territorialização deve ser entendida como um processo de atuação das diferentes formas que o espaço urbano de Macapá é produzido e usado, seja por meios de suas redes, seja como ocorrem os processos de construção/desconstrução dessas mesmas redes, no contexto da acumulação capitalista.

mercadorias que tem concorrido com o dinamismo nas relações comerciais da sociedade urbana capitalista, com a criação de objetos e ações diferenciadas, cujo papel lhe confere posição privilegiada no estabelecimento de uma nova ordem de consumo ou de uma cultura de consumo, intermediadas na atualidade pelas grandes empresas de comércio varejista.

Por conseguinte, segundo Touraine (2006), já não é possível explicar o mundo em que vivemos com base apenas nas categorias econômico-sociais, que visava à consolidação de uma representação propriamente social da sociedade. Essa é uma representação que este autor considera em crise, uma vez que, na atualidade, já não são mais os problemas e os conflitos próprios dessa modernidade que se apresentam com mais intensidade.

O ponto de partida histórico atual desse mundo é a globalização, não concebida apenas como uma mundialização da produção e dos intercâmbios, mas principalmente como uma forma extrema de capitalismo, na qual se observa uma separação entre a economia e as instituições, sobretudo as sociais e políticas que não mais podem controlar a economia. Essa separação acarreta a fragmentação daquilo que se acostumou chamar de sociedade, que tendem levar à derrocada das categorias sociais de análise e de ação, fatos que já tiveram precedentes históricos pelo motivo de que:

Nos inícios de nossa modernização pensamos os fatos sociais em termos políticos ordem, desordem, soberania, autoridade, nação, revolução – e somente após a revolução industrial substituímos as categorias políticas por categorias econômicas e sociais (classes, lucro, concorrência, investimento, negociações coletivas). As mudanças atuais são tão profundas que nos levam a afirmar que um novo paradigma está substituindo o paradigma social, assim como este tomara o lugar do paradigma político (TOURAINÉ, 2006, p. 239).

As transformações predominantemente de ordem da produção material da sociedade agora cedem lugar às transformações da produção simbólica imaterial (códigos, valores, éticas, ideias e novos comportamentos) que forjam novas formas de adaptações, novos padrões culturais e sociais e novas necessidades de consumo, no processo de produção, distribuição, circulação e troca capitalista afetas às suas relações espaço-temporais e a esses próprios novos padrões culturais, onde o individualismo que hoje triunfa sobre as representações sociais não está imune às transformações que afetam a fragilidade de um eu atingido e influenciado por estímulos externos formados pelos meios de comunicação, mas que por outro lado, pode fazer uso desses próprios meios para subverter as interferências em favor de uma existência singular, pois:

Numa sociedade onde dependemos não apenas das técnicas de produção, mas também das técnicas de consumo e de comunicação, nós procuramos salvar nossa existência individual, singular. Desdobramento criador, porque faz nascer ao lado do

ser empírico um ser de direitos, que procura se constituir como ator livre através da luta por seus direitos (TOURAINÉ, 2006, p. 240).

Vive-se em uma sociedade de consumo (BAUDRILLART, 1991, 1995; BAUMAN, 2005; DEBORD, 1997; MONTIEL, 2003; TOURAINÉ, 1994 e 2006), em que o comércio ocupa papel (material e simbólico) de destaque na reprodução e representação do modo capitalista de produção, caracterizado pelas mensagens, informações, valores, mídias, produção em massa, crescimento urbano, fluxos financeiros, de pessoas e de mercadorias.

Touraine (1994) afirma que nessa sociedade de consumo, as mercadorias passam a mediar as relações na formação de um mundo onde se vive a modernidade triunfante. A emergência dessa sociedade de consumo é fruto das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, aceleradas nas últimas décadas. Todavia, entendemos que a mediação do consumo é realizada pelo comércio, pois as mercadorias não são fatores de consumo, mas objetos de produção.

Esse autor assegura que a sociedade de consumo nos remeteu a um mundo de sinais, cuja articulação entre eles invade a vida das pessoas e proporciona uma satisfação imediata das necessidades. Pois, quando se consome não é o objeto em si, em seu valor de uso, mas o que ele representa, enquanto símbolo ou signo, ao consumidor. Isso representa mudanças de compreensão do mundo e desse modo, no interior deste novo paradigma, afirma Touraine (2006), que nós precisamos se situar para sermos capazes de nomear os novos atores e os novos conflitos, as representações do eu e das coletividades que são descobertas por um novo olhar, que põe diante de nosso olhar um novo cenário, cuja centralidade é a sociedade da informação, cujos efeitos sociais e culturais são visíveis por toda a parte.

A mudança de paradigma é sentida pela mudança de valores, pela mudança de sentidos das coisas, das leis de mercado e pela produção (invenção de novas necessidades). Um exemplo é a questão dos critérios de julgamentos econômicos que não correspondem à intensidade da demanda. A ideia é lançada pelos tomadores de decisão econômica, controladores da rede, que alteram os preços dos produtos em função de suas necessidades e as imagens com as suas marcas são vinculadas através da mídia dos produtos e outros objetos que determinam o olhar, o desejo, a necessidade e o planejamento a fim de realização breve, nessa nova ordem. Em muitos casos, os valores envolvidos na produção imaterial do bem são maiores que aqueles da produção material.

Montiel (2003) explica que tal ordem é consequência do crescimento vertiginoso dos centros urbanos ao trazer uma mudança no uso da cidade por parte de seus habitantes. A

fragmentação das cidades implica perda dos espaços comunitários, aonde as pessoas se dirigiam e se encontravam tradicionalmente (ruas, praças, jardins, mercados populares). Segundo esse autor, ao se distanciar dos “espaços verdadeiramente comunitários” as pessoas se alienam a fim de se refugiar nas novas catedrais de consumo, que segundo Montiel (2003, p. 21), são:

Centros comerciais que concentram todas as ofertas possíveis, incluindo espetáculos e salas de cinema, somados a clubes de todo tipo, discotecas para todas as idades ou faraônicos estádios de futebol são alguns dos lugares paradigmáticos nos quais as pessoas se reúnem, mas nem sempre para se comunicarem.

Baudrillard (1995) corrobora a análise desse universo simbólico da sociedade de consumo, afirmando que a força dos signos, símbolos, sinais e ações estruturam as novas relações socioculturais porque há um sistema de objetos que manipula as representações e a reprodução social, cujos elementos contêm determinados significados e intencionalidades que internamente conduzem essas relações na produção de consumidores globais.

Dessa forma, segundo esse autor, a lógica do consumo está baseada na utilização planejada desses signos que destituem o objeto de sua finalidade, transformando-o meramente em algo a ser comprado, cujo processo ocorre baseado na subjetividade, na interiorização de valores externos aos consumidores, que acabam seduzidos pelos apelantes anúncios propagandistas de consumo e define uma nova subjetividade que estimula a compra de toda mercadoria divulgada por ela. Conforme Baudrillard (1995, p. 120) "o objeto perde a finalidade objetiva e a respectiva função tornando-se o termo de uma combinatória muito mais vasta de conjuntos de objetos, em que o seu valor é a criação".

Destarte, ratifica-se a concepção de que a produção necessita do consumo para reproduzir-se e o consumo necessita de meios para se realizar, os quais se traduzem em formas de objetos, ações e signos, por isso o consumo, segundo Santos (2000, p. 36), instala sua crença por intermédio de objetos que traduzem uma identidade com o outro, em seu cotidiano, pela sua presença próxima e imediata ou pela encantada promessa ou esperança de obtê-los rapidamente, pois:

Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é o verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os shopping centers e os supermercados, aliás, construídos à feição das catedrais. O poder do consumo é contagiante e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados.

Nesse mundo atual, cheio de efeitos especiais, do culto do efêmero e do espetacular, em que estão os supermercados, os hipermercados e *shopping centers*<sup>25</sup>, os mesmos concorrem, cada qual em suas dinâmicas próprias, na promessa de um espaço onde se possa encontrar conforto, diversificação de mercadorias e aglomeração de diversas lojas.

Essas estratégias comerciais visam à agregação de valores e a potencialização das condições de consumo, possibilitando a especialização, a segmentação e a individualização, capazes de envolver, cativar e despertar novos gostos, novos desejos e novas necessidades, notadamente, na maioria das vezes desnecessárias, supérfluas e obsoletas.

As estruturas e as funcionalidades dessas empresas são planejadas e executadas, a fim de maximizar o consumo e o lucro e dessa forma alcançar sua meta principal: vender, condição essencial para obtenção de lucros na reprodução do modo de produção capitalista, que agora, mais do que antes tem o mérito de centrar o foco de uma só vez nos processos de produção, distribuição e consumo, assim como a dimensão espacial das práticas culturais específicas, as quais esses processos estão associados, pela valorização de áreas centrais das cidades, remanejamentos populacionais para áreas de menor valor econômico ou concomitantemente pelas construções de empresas financeiras, comerciais, de serviços, culturais, etc., afetas às relações dinâmicas de crescimento (ordenado ou não) da cidade, onde o alcance das redes é fundamental para a geração de mais lucros.

Em decorrência de tais relações, novas demandas são geradas pelo modo de vida urbano, em que a produção, a distribuição, a circulação e o consumo são confirmados como elementos indissociáveis desse mesmo processo. Além da própria indissociabilidade entre a cidade e o comércio (PINTAUDI, 2007).

Por consequência, então, desse processo é que imposições de necessidades são criadas capazes de responder aos estímulos conforme as condições das quais dispõe, como tempo, recursos financeiros, locais disponíveis para compras e adequação às novas formatações comerciais, em que os supermercados surgem e se consolidam no comércio varejista, na liderança de venda de alimentos na cidade, bem como na reprodução de relações sociais de poder e disputa, na definição de “eixos de circulação, de valorização e desvalorização imobiliária” (PEREIRA & LAMOSO, 2005, p. 132), na geração de emprego e renda em sua contribuição ao desenvolvimento econômico, implicando uma reestruturação das formas urbanas.

---

<sup>25</sup> Sobre essa temática, estudos importantes são encontrados em PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR. H, (Orgs). *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Unesp, 1992. O livro reúne textos de vários pesquisadores abordando-se o papel dos *shopping centers* em diferentes cenários urbanos brasileiros.

Isso pode ser explicado porque é nas cidades que as transformações ocorrem mais rapidamente, devido ao crescimento vertiginoso dos centros urbanos e a sua consequente fragmentação, além de mudanças de comportamentos construídas a partir das tensões entre o global e o regional, pois está se considerando que apesar de haver uma racionalidade global, são nos lugares que a cultura realiza a sua dimensão simbólica e material, conforme a concepção de Santos (2006a, p. 231) de que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Essa é uma referência importante para se estudar e analisar os lugares, porque tal estudo pode demonstrar e expor como os processos históricos ocorrem na construção da cidade pelos agentes que se relacionam no espaço urbano, seja na condição de sujeitos hegemônicos ou hegemonzados, com ações que podem ser tanto diferentes, quanto contraditórias, que as caracterizam como divergentes e conflituosas. Razão pela qual é tão desafiante, na gestão e no desenvolvimento da cidade, encontrar consenso entre seus atores, principalmente com respeito ao direito à cidade e ao direito às diferenças culturais.

Macapá é um território produzido e usado a partir de uma ótica que não visa um desenvolvimento social justo, embora, vislumbrem-se algumas tentativas de construção que se efetiva no sentido de garantias setoriais à população, manifestadas por novos ajustes espaciais: construção de moradias; fortalecimento da gestão municipal; criação de leis para a organização municipal, mas de qualquer forma, ainda assim, os ajustes espaciais são destinados à organização e à configuração territorial de acordo com as vontades das elites apropriadoras do espaço urbano controladoras das redes de todas as ordens e não da maioria da sociedade que de fato executa a produção do espaço urbano.

Por isso, o papel do supermercado na cidade Macapá, nesse caso, pode envolver a reorganização do espaço urbano na tomada de decisões, na sua localização e distribuição da renda, espaço esse que é produto, meio e condição das relações sociais e de suas novas formas culturais. Produto, visto que é dotado de vida social; condição, pois é nele que se dá a produção e apropriação do excedente capitalista; e meio, pois é através da articulação entre as diversas funções de cidade (social, cultural, política, ambiental e econômica) que se torna viável a produção, a circulação, o consumo e, conseqüentemente, a divisão territorial do trabalho, manifestada nos dois circuitos da economia urbana, na integração de fixos e fluxos, nos sistemas de objetos e ações, no processo de reconfiguração, lento ou rápido, mas permanente do território, além de toda a rede geográfica que atua como suporte, historicamente contextualizada, socialmente engendrada e utilizada nas mais diferentes escalas.

### 4.3 O lugar dos supermercados no abastecimento da cidade

O momento de surgimento dos supermercados no Brasil, na década de 1950, tem a marca da implantação de indústrias no território brasileiro e o início da produção de mercadorias em grande escala. As empresas supermercadistas ajudaram a impor um novo ritmo na estrutura interna das cidades, num processo de transformação de suas formas e funções, ocasionando novas estruturas territoriais de produção, distribuição, circulação e consumo, no contexto de uma ordem mundial assentada sobre a expansão e diversificação do setor terciário, principalmente o comércio e serviços especializados. Tal fato reforçava a tese dos *economistas clássicos que acreditavam que as atividades essenciais de uma economia estavam na produção*, na distribuição (circulação) e no consumo.

Dessa forma, a distribuição era o vínculo *necessário para fazer a cadeia funcionar como tal, fechando a lacuna entre a produção de bens e a satisfação das necessidades das pessoas*, cujo desafio principal era a superação das crises econômicas e do baixo poder de consumo da sociedade. Fazia-se necessário a implantação de estratégias a fim de diminuir os custos de produção, gerar mais rotatividade, sem perder a capacidade da fluidez do dinheiro e de aumento dos lucros e superar a “defasagem entre, de um lado, a situação de desemprego e a falta de emprego formal e, de outro, a necessidade de dinheiro líquido” (SILVEIRA, 2009, p. 71).

O supermercado, nesse contexto, foi uma das respostas iniciais encontradas na estratégia de venda de mercadorias para atender às necessidades da produção, pelo comércio, ao reduzir significativamente os custos no sistema de vendas ao consumidor, permitindo o superlucro para os capitalistas do comércio que optaram por esse tipo de empreendimento (PINTAUDI, 1984, p. 50). Assim, no modo capitalista de produção o supermercado surge no processo de concentração, centralização e ampliação do capital, objetivando a maximização de lucros nas atividades comerciais que atuam no espaço urbano e possibilitam a existência de dinheiro no território do comércio e do consumo.

Essas estratégias encontram abrigo na criação de técnicas inovadoras de venda, na racionalização das despesas logísticas, na infraestrutura e no planejamento estratégico das empresas que trazem a sua frente uma cultura de imagens a fim de revelar aos consumidores a interpretação de uma realidade idealizada.

Essas inovações afetas ao processo produtivo para obterem pleno êxito receberam adesão dos nos meios de comunicação na produção de imagens, que influenciaram na organização e na reorganização dos espaços, na divisão territorial e social do trabalho e na

formação de redes e fluxos que ultrapassam limites e fronteiras regionais, nacionais e internacionais.

Debord (1997) considera que os meios de comunicação são capazes de propagar rapidamente novos estilos, modismos e novas formas de consumo em qualquer lugar, condicionando as ações das pessoas adequadas a uma sociedade espetacular, em que o consumo vai além das mercadorias, pois envolve também imagens e lugares espetaculares para o consumo, onde as mercadorias e seus discursos têm o poder de espetacularizar as relações sociais, ligando as pessoas à dependência de inúmeros objetos de desejos.

Ao comparar o poder das imagens contidas nas pinturas e vitrais das catedrais medievais, com a nova era imagológica, Montiel (2003, p. 27) afirma:

Hoje as novas catedrais são menores e vêm em formato de várias polegadas. A onipresença da televisão na vida cotidiana...faz com que assistamos a um renascimento da cultura da imagem. A imagologia é a nova religião dos nossos tempos, seus oficiantes são as estrelas de televisão, jornalistas e animadores, futebolistas e figurinos de todo tipo, que as massas admiram.

A adesão dos meios de comunicação se percebeu principalmente pela influência da televisão após a sua consolidação e a sua hegemonia, enquanto meio técnico de comunicação em massa, pois a sua programação passou a alcançar a grande maioria dos consumidores e, principalmente, foi transformada em um instrumento de poder e de regulação da vida cotidiana. A propaganda direta ou subjacente à linha de programação das imagens televisivas deu, à produção, a resposta adequada que o comércio precisava, de forma geral, e os supermercados, em particular, estratégias para produzir capital ampliado mediante as suas atividades técnicas de venda no varejo.

Essas atividades motivaram transformações no espaço urbano, independente de seu porte, pois, segundo Santos (2006a, p. 18) “todos os mercados, por menores que sejam, são fundamentais”, por mais insignificante que pareça um lugar, no território do dinheiro, sua importância se dá pelo o que se pensa em obter dele mediante a fluidez de dinheiro e de mercadorias que formam a sua rede.

O lugar, nesse sentido era fundamental à medida que os supermercados cresciam e atingiam sucesso, ocupavam localizações privilegiadas em ruas e avenidas de bairros de população de maior poder aquisitivo, enquanto outras formas de comércio varejistas desapareciam, eram abandonadas ou expulsas para áreas mais pobres de renda, por sua vez outras grandes superfícies comerciais passaram a aparecer na cidade a partir do reflexo dos grandes supermercados e das grandes redes supermercadistas.

O que rapidamente se percebeu foi que a expansão comercial dos supermercados nas cidades trouxe consigo a consolidação de um comércio impregnado por símbolos, marcas e imagens, razão pela qual suas atividades econômicas comerciais extrapolaram as regras de mercado, que não o comportavam mais, devido à ordem cultural que se estabelecera com forte apelo para o sentimento subjetivo das pessoas e para a criação (consciente ou não) de uma ideologia de.

Nessa estratégia a publicidade, em muitas situações, cria o desejo de determinada mercadoria, antes mesmo de sua disponibilidade ao consumo, bem como cria um consumidor que se vê refletido nas imagens e nas mensagens que o consumo produz pela exacerbação da mercadoria, que segundo Baudrillard (1995), não é apenas mercadoria, pois se tornara símbolo.

Quando as mercadorias se tornam símbolos e signos, a mensagem subjacente fica mais difícil de ser decodificada, viram testes onde eles passam a nos interrogar, mas somos conduzidos a respostas que já estão incluídas na pergunta (BAUDRILLARD, 1991, p. 97).

Isto ocorre porque o consumo, dessa forma, não é motivado pela razão, mas pelo desejo. Desejo que, segundo Bauman (2005), deve ter reduzido ou eliminado todo o lapso de tempo que o separa de sua realização, porque o passo vertiginoso das mudanças desvaloriza tudo o que possa ser desejável ou desejado hoje, transformando-o no lixo de amanhã pela abreviação do tempo de vida dos objetos de desejo.

Nos supermercados a satisfação dos desejos ou impulsos pode ser acelerada mediante o uso do cartão de crédito (a nova senha para o consumo) ou outras formas de venda parcelada, porque “o crédito e o débito são parteiras do refugio, e nesse papel se encontra a causa mais profunda de sua espetacular carreira na sociedade dos consumidores” (BAUMAN, 2005, p. 138). A sociedade do desejo é sedutora, tem pressa e não sabe esperar, por isso é uma sociedade infantilizada (a criança não tem paciência em aguardar algo) que tenta sobreviver a sua instabilidade, fragilidade e transitoriedade.

Bauman (2005, p. 151) afirma que somos consumidores numa sociedade de consumidores. A sociedade de consumidores é uma sociedade de mercado. Todos se encontram dentro dele, e ora são consumidores, ora mercadorias. São consumidores à medida que a relação com a mercadoria é imposta por necessidades básicas e são mercadorias na mesma medida em que as necessidades extrapolam a consciência de um consumo responsável, abrigado pela cidadania.

A falta de um consumo consciente pode em pouco tempo resultar em crise ambiental nas cidades de todo o planeta, visto que os diferentes ritmos de consumo elevam a produção

de lixo urbano, sem que haja uma política ambiental para destinação do lixo produzido, que advém, sobretudo, dos supermercados, que hoje se propõem a vender de tudo um pouco, caracterizando-se em estabelecimentos comerciais que conseguem atrair a maior rotatividade de pessoas diretamente comprando em um momento, para no momento seguinte descartar o produto ou parte do mesmo, diariamente.

Ocorre que tudo o que é comprado no supermercado, vai para o lixo, em parte ou em todo, e todos os dias os supermercados vendem, inclusive nos domingos e nos feriados, por isso é importante que o consumidor tenha consciência do que e como está comprando e qual o impacto de sua ação para si mesmo e para a sociedade, essa por sua vez quanto maior o seu nível de desenvolvimento econômico, maior a rede de supermercados que lhe abastece, com a criação das condições necessárias para mais consumo, mais circulação de mercadorias, créditos, imagens, mensagens, pessoas e mais produção de lixo.

O supermercado de uma forma sutil mantém um poder que elitiza as relações comerciais. A sua presença, na maioria das vezes, representa um marco de transformação do consumo na cidade. Não só do consumo interno em suas dependências, mas de todo o seu entorno que acompanha as transformações, além da própria cidade onde irá incidir as principais ocorrências. A verticalização, o aumento do valor do solo, o surgimento de condomínios e o aumento de veículos em trânsito, também são exemplos de mudanças que irão influenciar no abastecimento alimentar.

#### **4.4 Os supermercados nos circuitos superior e inferior da economia urbana de Macapá**

A construção de Macapá se manifesta de um lado com a sua configuração territorial e de outro com as suas relações sociais, ratificando a análise de Santos (2006a, p. 38-39) de que a configuração territorial tem “uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”.

Essa existência real e o funcionamento do setor comercial da cidade, responde pela presença e pela articulação de dois circuitos da economia urbana: o superior e o inferior. Esses dois circuitos se integram, em relações culturais, de trabalho e de poder, permanentemente na dinâmica urbana, mas também são responsáveis por várias tensões nacionais, internacionais, regionais que interferem nas dinâmicas locais, sobretudo, pela carga de interferência que o primeiro exerce sobre o segundo. Pois, “ambos são opostos e complementares mas, para o circuito inferior, a complementaridade ganha forma de dominação” (SILVEIRA, 2009, p. 74).

Santos (2004, p. 41) observa que no circuito superior, podem-se distinguir atividades “puras” (a indústria urbana, o comércio e os serviços modernos, específicos da cidade) e as “impuras” (a indústria e o comércio de exportações) e “mistas” (atacadistas e transportadoras). São essas atividades, situadas ou não no espaço local, que exercem uma dada supremacia econômica ou tecnológica sobre as atividades do circuito inferior.

Ao se observar as discussões até aqui realizadas, percebe-se que o abastecimento varejista de alimentos, por intermédio dos supermercados, em Macapá, depende de um circuito superior da economia urbana, constituído pelo abastecimento atacadista, composto pelas indústrias, pelos distribuidores e pelos centros atacadistas formadores de boa parte da rede de abastecimento alimentar urbana, porque a outra parte é formada também pelas redes do circuito inferior. Tanto uma quanto a outra é formada a partir de conexões distintas, próximas ou distantes, por meio de agentes localizados em diferentes lugares de produção, urbanos ou rurais, até alcançarem o consumo final na cidade.

A análise dos circuitos da economia urbana e os resultados das práticas espaciais a eles subordinadas, no contexto de acumulação do capital em Macapá, indica que ambos os circuitos garantem fluxos do capital e uma reorganização espacial das atividades produtivas, com modificações significativas no cenário e na cultura de consumo local.

No uso do território de Macapá, é interessante observar que os dois circuitos da economia urbana sempre se contrapõem e se complementam, à medida que intensificam as conectividades entre os espaços urbanos das regiões, mediante a eficácia de suas atividades peculiares.

No que diz respeito às atividades “puras” do circuito superior, por exemplo, identifica-se em Macapá apenas a atividade comercial como grande potencial, sobretudo após a implantação da ALCMS. As atividades “impuras” são quase inexistentes. Quanto às atividades “mistas”, aos poucos, são organizadas em novos territórios comerciais.

No que concerne ao circuito inferior da economia urbana, Macapá, apresenta elementos de pequeno comércio varejista, informal e periódico, compostos também por serviços não modernos, mas esses muitos fluxos de mercadorias no varejo, no cômputo geral, possuem valores significativos, em volume de venda e de fluxos de consumo. Esses “fluxos no circuito inferior se conectam à região, horizontalmente, através de suas redes, isto é, eles atravessam as zonas de influência do circuito superior da cidade e se localizam no interior da zona de influência local ” (SANTOS, 2004, p. 336). Daí a importância das zonas de influência locais para a existência do circuito superior na movimentação das redes comerciais regionais e nacionais, cujos centros de gestão e controle se encontram fora de Macapá, mas influenciam os tipos e as formas de comércio local, principalmente o varejista, para além da escala da cidade.

O tipo de comércio varejista de alimentos é frequentado por diversas classes sociais, tanto no pequeno e médio, quanto no grande varejo, estabelecido no circuito superior. Não obstante, no atacado, o comércio de alimentos no circuito superior local, depende de fornecedores e do alcance das redes de abastecimento de outros circuitos superiores. Podendo, existir, portanto, conflitos e complementaridades, solidariedade e concorrência, em diversas escalas onde esses dois circuitos estejam presentes. Razão pela qual, “nenhum deles pode ter autonomia de significado, porque não tem autonomia de existência” (SILVEIRA, 2009, p. 74). Principalmente, ao se tratar de rede de abastecimento alimentar urbana, uma vez que a alimentação interessa a todas as classes sociais.

A alimentação é um tipo de consumo corrente. No varejo, ela pode ser encontrada com mais facilidade no comércio local, onde a variedade e a quantidade de estabelecimentos comerciais são expressivas. Todavia, o abastecimento alimentar predominante, nos supermercados, é mantido pelas normas do circuito superior, cuja existência exige o controle dessas normas, inclusive de preços e de formas de pagamento.

A relação dialética entre os dois circuitos da economia urbana, em Macapá, faz com que os fluxos de mercadorias possam formar uma rede de abastecimento alimentar urbana que não se circunscreve apenas no espaço urbano de Macapá. Pois as redes que abastecem Macapá também servem para alcançar outros lugares sob a sua influência.

As atividades predominantes encontradas em Macapá, embora possuam características específicas do circuito inferior, com muitos elementos, que inserem sua população numa economia de consumo dependente, seu abastecimento por meio dos supermercados acompanha as mudanças culturais da sociedade ávida pelas novidades, trazidas pela publicidade, pela habilidade e pelo porte financeiro dos comerciantes locais em comprar no atacado, em vários nós da rede, para vender no varejo os produtos desejados pelos consumidores.

Ainda não se sabe ao certo como a configuração da cidade vai se alterar e como vão ocorrer as relações de consumo alimentar nos dois circuitos da economia urbana, com a construção de novos supermercados, hipermercados, *shopping centers*, distribuidores e centros atacadistas regionais. Mas com certeza haverá vários impactos, transformações econômicas, sociais, políticas e culturais em Macapá, com reflexos na construção do território e na própria história da cidade. Sobretudo, na redefinição de novos usos territoriais, novas territorialidades, novos eixos de mobilidade, de valorização e desvalorização de imóveis urbanos e novas relações entre o comércio, a cultura, o consumo, o Estado e a sociedade, com as mais variadas formas de exploração da economia urbana.

#### **4.5 Das casas comerciais da Doca da Fortaleza aos primeiros supermercados de Macapá**

O abastecimento é imprescindível à sobrevivência das sociedades, desde os abastecimentos mais simples, para o autoconsumo, aos mais complexos, por meio das grandes empresas produtoras e das redes de distribuição de alimentos. Todavia, as formas como as sociedades organizam o seu abastecimento e a intensa urbanização, provocam mudanças nos hábitos de consumo alimentar urbano e nas próprias relações de troca, a fim de se obter os gêneros alimentícios, “à medida que mudam as necessidades de consumo em face da oferta de novos bens e serviços” (SCHÄFFER, 1993, p. 107).

No cotidiano urbano das cidades, o comércio tem representado um elemento importante de padronização de abastecimento e consumo alimentar, com forte influência na composição do território, dominando as relações de comércio varejista, antes nos mercados públicos, depois nas esquinas da cidade e hoje em quarteirões inteiros. Suas técnicas e equipamentos introduzidos no mercado, enquanto formas de controlar seus padrões e normas de oferta, bem como as práticas adotadas pela população para se abastecer, segundo Schäffer (1993, p. 107), “representam elementos de estruturação e dinamização do espaço construído, não raro de conflito entre os interesses que norteiam o morar e o produzir na cidade”.

O mercado público de Macapá, denominado de Mercado Central foi inaugurado em 1953 e é um exemplo de forma tradicional de abastecimento alimentar que não se desestruturou totalmente. Construído na área central da cidade em frente a Fortaleza de São José de Macapá, ele não desapareceu por completo porque a dinâmica comercial que lhe dava sentido não se rompeu em definitivo, devido a alguma espécie de diálogo que o mantém diante do surgimento de outras formas comerciais. Mas também não conseguiu se reestruturar e atualizar a sua funcionalidade de origem como os mercados públicos de São Paulo e Curitiba, por exemplo.

Sobre esse tema e se reportando ao estudo do mercado público em alguns lugares no mundo, Pintaudi (2006) afirma que ele “é forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades da antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas”.

Se hoje ainda é possível verificar o Mercado Central de Macapá funcionando, mesmo sem muita procura, como se observa na figura 12, é porque ainda ocorre um diálogo remanescente que é garantido pela força de sua tradição em mantê-lo, pelo menos metamorfoseado, já que na sua parte principal, que outrora era formada por 16 boxes de carne e 20 de outras variedades de alimentos, hoje está reservada a outras atividades ligadas a bares e lanchonetes. A preservação de sua arquitetura, bastante arrojada para a sua época, é outro

elemento que contribui para a produção da cidade, a salvaguarda do patrimônio material e a manutenção da tradição de compra no mercado público, enquanto um patrimônio de caráter imaterial.

**Figura 12 – Mercado Central de Macapá**



Fonte: Torrinha (2013).

No anexo atrás do prédio central do mercado, construído posteriormente, funcionava apenas o mercado de peixe (na parte inferior da fotografia), hoje permanecem algumas dinâmicas comerciais lentas, com a diversificação na venda de frutas, verduras, peixes e aves de quintal.

Desde a transformação do Amapá, em Território Federal, a produção da cidade de Macapá possui uma história de abastecimento alimentar marcado pelas “lentas” dinâmicas das redes comerciais regionais, outrora restritas a Belém e a Manaus, responsáveis pela hegemonia no abastecimento do mercado público e das casas comerciais concentradas na antiga Doca da Fortaleza e em seus arredores, lugares próximos ao rio Amazonas, com intenso fluxo de mercadorias, advindas exclusivamente via fluvial, por meio de embarcações familiares movidas por velas (de onde surgiram os primeiros regatões), predominantemente, como se observa na figura 13, pois os barcos movidos por máquinas de vapor era privilégio de grandes proprietários de terras, comerciantes ou de empresas de navegação, embora adiante tenham prevalecido os motores, que dominaram e monopolizaram a navegação fluvial e o comércio regional, provocando um gradativo desaparecimento dos pequenos comerciantes das águas e de seus modelos de embarcação, que foram substituídas por balsas, lanchas e barcos com capacidade acima de 30 toneladas de mercadorias, inicialmente.

**Figura 13 – Embarcações no porto de Macapá, próximo à Doca da Fortaleza, na década de 1960**



Fonte: Biblioteca virtual do IBGE (2011).

As transformações decorrentes dos processos temporais, que mais tarde influenciariam na mudança de escala ou na baixíssima intensidade na rede de abastecimento alimentar urbana de Macapá, todavia, pouco impacto alcançou, de imediato, na dinâmica da geografia de consumo lento<sup>26</sup> e concentrado, característica do abastecimento local de Macapá, porque a introdução de novas tecnologias de transporte e de comércio, na região amazônica, demorava a chegar à cidade de Macapá, devido ao seu isolamento físico-geográfico dos demais entes brasileiros, mas principalmente porque não havia interesse do capital comercial em se instalar, massivamente, em um lugar de mercado consumidor incipiente, com poucas perspectivas de lucro. Diferentemente da exploração de matérias primas, sobretudo mineral, cuja atividade, não importava a distância, o capital estava presente a fim de viabilizar os projetos capitalistas, desestruturando as formas já existentes para impingir suas normas e valores.

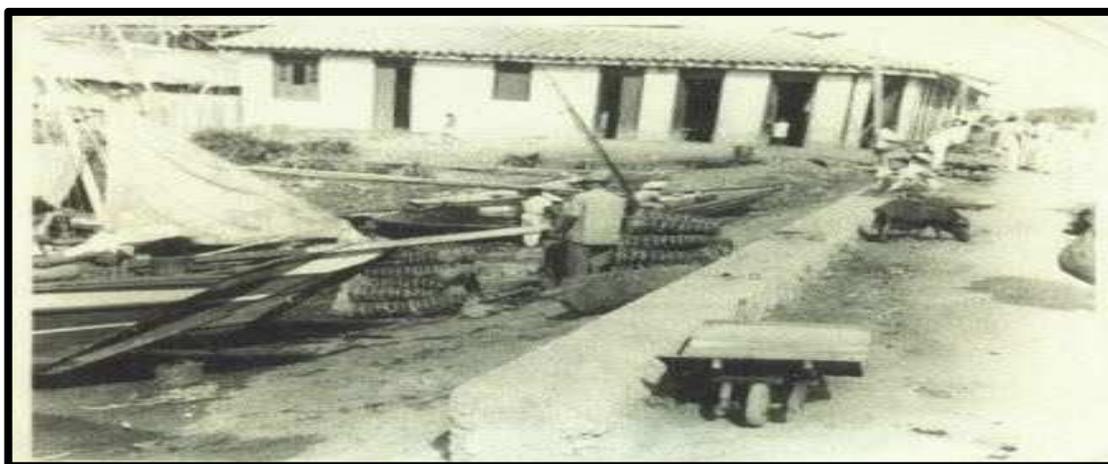
---

<sup>26</sup> Com o seu enfoque genético e atual das relações das redes com o território, Santos (2006a, p. 178-179) reconhece o passado e o presente das redes: primeiro, as redes existentes serviam a uma pequena vida de relações, de consumo limitado, para a maioria das sociedades locais que tinham suas necessidades localmente satisfeitas. As relações de trocas eram pouco frequentes. A competitividade entre grupos territoriais era praticamente inexistente, em períodos normais. O tempo era vivido como um tempo lento. No momento atual de consumo ampliado. Vive-se um tempo rápido. Todavia a noção de um tempo lento ou rápido deve ser relativizada à medida de cada tempo, de cada momento e lugar, levando-se em conta parâmetros diferentes, pois o que pode ser considerado tempo lento em um lugar, em outro pode ser considerado tempo rápido e vice-versa.

Quanto aos comerciantes de terra firme que tentaram desafiar a lógica capitalista, com o tempo foram levados à falência, como por exemplo, a “Casa Chiadinho”, do Sr. Abílio da Costa, inaugurada em 1945, vendendo um pouco de tudo e uma das principais casas de abastecimento alimentar, até 1960, quando fechou as suas portas, após sucessivos prejuízos.

A figura 14 representa uma casa comercial típica dos anos 1960/1970, junto ao cais, que também possuía compartimento para depósito de mercadoria. Poucas dessas casas já conseguiram apresentar a sua fachada em alvenaria, mas o restante da estrutura era em madeira, material que predominava nas construções particulares da época.

**Figura 14 – Casa comercial de Macapá, na década de 1960**



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Macapá (2011).

Adiante as duas principais casas da antiga Doca da Fortaleza que passaram a concorrer no abastecimento de alimento, na época foram a “Casa Ponto Certo”, do Sr. Manoel Torrinha; e a “Casa Boas Novas”, do Sr. José Barcessat. Mas nem só alimentos essas casas comercializavam, como já foi dito, vendia-se muito querosene para utilização na lamparina, a fim de iluminar algumas residências, para funcionamento de alguns motores, inclusive de geladeiras nas residências mais abastadas; vendia-se também muita pólvora para utilização na caça de animais silvestres. Esses ingredientes formavam uma combinação perigosa, responsável por vários incêndios na área comercial da Doca da Fortaleza, obrigando a muitos comerciantes recomeçarem do ponto zero os seus negócios, outros procuravam se afastar do perigo ao lado, direcionando-se para outras esquinas da cidade.

Na busca e na disputa por novos territórios comerciais e pela ampliação do mercado consumidor, o comerciante Antônio Lavoura, que trabalhava praticamente como ambulante no comércio de bebidas e alimentos, fundou sua casa e a denominou de “armazém”, a fim de demonstrar uma inovação no abastecimento de alimentos: trazendo frango, frutas e verduras

de outras regiões do país, dispendo as suas mercadorias em prateleiras e balcões, aproximando-se do formato de estabelecimento comercial que caracterizou os primeiros supermercados de Macapá. Todavia, no ano de 1976, um incêndio nesse estabelecimento levou embora o sonho do comerciante Lavoura em construir o seu grande supermercado, obrigando-o a novos rumos comerciais.

Nessa época já era bastante próspera a “Casa Fé em Deus”, do Sr. Issac Alcolumbre e da Sr<sup>a</sup> Alegria Peres Alcolumbre, um dos poucos estabelecimentos comerciais do ramo de alimentos, fundado na década de 1940, que resistia, para se transformar na rede de Supermercado Pierre, com dois estabelecimentos: uma matriz compacta na Rua Cândido Mendes (na antiga Casa Fé em Deus) e a filial, com estrutura moderna e ampla, na Rua Tiradentes.

Na concorrência pelos consumidores da cidade e pelos contratos com o Governo do Território Federal do Amapá - GTFA - estava o Supermercado Brunswick, formatado na década de 1960 como armazém, inicialmente todo em madeira, situado em frente ao canal da Av. Mendonça Júnior, no centro comercial de Macapá.

A geografia de consumo lento, até a década de 1960, ainda era a que mais se destacava na territorialidade e no abastecimento alimentar urbano, representada pelo mercado público; por algumas feiras; dezenas de casas comerciais de pequeno porte, algumas denominadas outrora de baiucas; e principalmente as casas comerciais de venda de alimentos no varejo que continuavam concentradas na Doca da Fortaleza e nas suas adjacências.

Os territórios mais importantes ainda eram aqueles traçados pela cultura amazônica de localização e aproximação do rio e das embarcações que traziam gêneros de todas as ordens (açúcar em sacas, milho em espigas, farinha em paneiros, mel em potes de barro, tecidos em peças, remédios, fumo em corda, querosene em latas e barris, pólvora, chumbo, calçados, utensílios domésticos e de trabalho, etc.) e levavam frutas, madeiras, sementes oleaginosas, essências vegetais, raízes, animais silvestres, peles de animais silvestres, peixes, borracha, castanha, etc.

A figura 15 dá uma ligeira ideia desse cenário, onde se reconhecem elementos de composição familiar com um vestuário de corte e tecido simples, muito comum à maioria da população na época; alguns prédios comerciais já em alvenaria; embarcações fluviais de madeira e movidas a vela, que transportavam pessoas, além das mercadorias que se encontram espalhadas pelo cais da Doca da Fortaleza; o automóvel, como se observa ao fundo também já se constituía uma alternativa de transporte aos comerciantes mais estruturados.

**Figura 15 – Mercadorias desembarcadas na Doca da Fortaleza, ano de 1962<sup>27</sup>**



Fonte: Blog da Alcinéa Cavalcante (2011).

Dos poucos supermercados que surgiram na época nenhum resistiu ao tempo e ao movimento constante do território<sup>28</sup>, aos novos equipamentos comerciais de varejo e às novas formas de consumo que passariam a configurar o centro comercial e os contornos da cidade. Os supermercados vieram a se firmar em Macapá, somente depois que incorporaram os novos equipamentos e as novas técnicas comerciais.

O Supermercado Brunswick foi um deles depois que se transformou em uma poderosa rede supermercadista, com filiais amplas e bem localizadas, além de logística de transporte e depósitos próprios, pertencentes ao Sr. João Evangelista Pereira. Foi o primeiro supermercado de Macapá a levar uma filial para Santana (na época Distrito de Macapá), a fim de concorrer com o Supermercado Econômico e com o supermercado da Vila Amazonas<sup>29</sup>.

Tanto o Supermercado Pierre, quanto o Supermercado Brunswick, concorriam em condições de igualdade com o Supermercado da COBAL<sup>30</sup>, que estimulado pelo Governo

<sup>27</sup> Foto postada no Blog da Alcinéa Cavalcante. A menina da foto é Dayse Pelaes, acompanhada pela sua tia Antonia e seu tio Domingos Pelaes, conforme informação no blog, da própria Dayse Pelaes.

<sup>28</sup> Mesmo nos processos históricos lentos, o território não perde a sua dinâmica de movimento e transformação permanente, devido às ações e tensões que ocorrem pelo seu uso.

<sup>29</sup> Vila planejada hierarquicamente conforme os padrões de urbanização do Projeto ICOMI, a fim de garantir moradia a parte de seus trabalhadores e aos seus familiares. Nela continha, cinema, escola, estádio de futebol, clubes recreativos e esportivos, hospital, sistema de água tratada, saneamento básico e um supermercado.

<sup>30</sup> A Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL - era um órgão público inserido na política de abastecimento alimentar do Governo Federal.

Federal, vendia a preços mais acessíveis e mantinha um supermercado volante, funcionando em um ônibus que percorria os bairros mais carentes.

Esses supermercados nas décadas de 1970 e 1980 lideravam as vendas de alimentos no comércio varejista, todavia, os novos equipamentos comerciais que traziam mudanças, nem sempre com durações iguais, e ao mesmo tempo, também traziam junto às mudanças, dificuldades à administração comercial e às relações com os órgãos estatais, principalmente, com a fazenda pública, com a vigilância sanitária, com a seguridade social e com o Ministério do Trabalho. Como as empresas não possuíam ainda um aparato capaz de exercer o controle sobre o próprio crescimento, acabaram também sucumbindo às próprias transformações que ajudaram a construir.

Os supermercados que surgiram no meio dessas mudanças tiveram mais “sorte” porque conseguiram compatibilizar uma gestão mais eficiente, aos novos padrões de consumo, de trabalho e às exigências estatais.

O conjunto das novidades que foram surgindo com o advento do supermercado mudaria, através do tempo, o comportamento das pessoas em suas relações comerciais no cotidiano da cidade, pois se antes a relação de vizinhança estabelecia uma aproximação, entre diferentes comércios de alimentos (mercado, feira, padaria, açougue, etc.) e o freguês, da qual era possível avaliar bem melhor os elementos de troca comercial, como preço, quantidade e qualidade do produto, depois a relação se tornaria um ritual do cliente com as suas mercadorias de desejo, marcados pela impessoalidade, na maioria das vezes sem ter com quem dialogar sobre as características dos alimentos comprados, porque se presume que as suas embalagens e os seus códigos falariam por si mesmos e a padronização das mercadorias pelos supermercados barateariam os preços, beneficiando as populações de menor renda.

Surgia, dessa maneira, um novo tipo de rede de abastecimento alimentar urbana a fim de potencializar o consumo pelas novas maneiras de comprar dos clientes, substituindo, mas não excluindo, o atendimento no balcão, pelo autosserviço<sup>31</sup> se utilizando carrinhos, cestinhas ou as próprias mãos ao se servir das mercadorias nas gôndolas; substituiu-se à venda a crédito em cadernos e duplicatas para venda no cartão, o diálogo sobre o preço, pela etiqueta numerada; substituiu-se uma enorme quantidade de alimentos a granel, por alimentos embalados, embutidos, etc., alimentos in natura, por alimentos em conserva ou em embalagens que colocam dúvida sobre o que se está comprando.

---

<sup>31</sup> A característica fundamental do autosserviço de abastecimento alimentar é não haver, necessariamente, a ação de um funcionário intermediando o processo de compra, antes de se chegar ao caixa (check-out) para o pagamento.

Nos versos da música “Sem dívida, nem dívida”, Jorge Aragão<sup>32</sup>, com muita melodia e humor retrata o cotidiano de uma dona de casa em suas compras para um dia comum: “Não é mais como antigamente/ Naná retornava imponente/ Seu troféu amarrado pelos pés/ De cabeça pra baixo/ Com poucos mil reis.../ Nunca comprou nada trocado/ Hoje em dia vem tudo embalado/ Quase não se sabe o que é/ É galinha ou garnizé?”.

A dúvida levantada pelo cantor/compositor é mais frequente do que se imagina, no dia a dia de compras em um supermercado, pois a quantidade e variedade de produtos e marcas deixam quase sempre o consumidor embaraçado, em suas escolhas, afinal, são tantas novidades, onde pouquíssimas pessoas escapam da tentação de experimentá-las sem saber ao certo sua real eficácia, mediante às suas necessidades, de onde se abstrai um bom motivo que explica parcialmente as estratégias de localização utilizadas pelos supermercados, próximas às classes com maior capacidade de consumo imediato ou de maior densidade demográfica, onde também se ganha muito devido ao volume de pessoas consumindo.

Essas localizações privilegiadas na cidade e, conseqüentemente, o aumento venal e locatício, expressivo, dos imóveis e de seu uso, transforma a cidade em um verdadeiro campo de lutas e embates entre as forças que agem no território e modificam as formas de comércio varejista, os valores e as funções dos objetos sociais, os padrões de localização urbana, envolvendo cada vez mais áreas ocupadas e reservadas para o comércio, inscrevendo contradições no espaço urbano, que vão ser absorvidas no território através da tensão de seu uso, onde os supermercados passam a ocupar grande representatividade na cidade.

Na história do comércio de Macapá as diferentes formas de estabelecimentos comerciais ao longo do tempo refletem as transformações que ocorreram para o domínio de um território afeto ao consumo, à necessidade e ao desejo das pessoas. Cada forma ou padrão, portanto, indica, em parte, como a população estabelece suas relações no cotidiano da cidade que se transforma, lenta ou rapidamente, onde o elemento de abastecimento alimentar urbano sempre se fez presente, em menor ou maior intensidade, dependendo do grau e nível de consumo de cada população, da existência e força de sua rede estabelecida pelos agentes que lhes dão a dinâmica necessária à sua circulação e à sua comunicação.

Algumas formas de comércio verificadas na história de Macapá e as suas respectivas redes se aproximam à ideia de um objeto social capaz de oferecer aos seus clientes uma variedade de produtos da necessidade básica, ligada ao consumo imediato, foi assim com os regatões e um pouco mais nas casas comerciais da Doca da Fortaleza. Todavia, somente os

---

<sup>32</sup> ARAGÃO, Jorge. Sem dívida, nem dívida. In.: E aí? Rio de Janeiro: Indie Records, 2006. 1 CD-ROM.

supermercados conseguiram aglutinar tantos componentes em um só lugar, a fim de dominar o território comercial de venda no varejo, pois, segundo Pintaudi (2007, p. 151):

O supermercado significou concentração financeira e territorial, porque passou a concentrar, sob a propriedade de um único empresário ou grupo em um único local, a comercialização de produtos anteriormente dispersos no espaço, que se constituíam em comércios especializados de pequenos capitais, tais como a padaria, o açougue, a peixaria, o bazar, a quitanda (frutas, verduras e legumes) e a mercearia (produtos de limpeza e gêneros alimentícios não perecíveis).

Não obstante, a concentração financeira e territorial dos supermercados e principalmente hipermercados se amplia cada vez mais ao replicar o cenário de novos equipamentos urbanos que compõem a cidade, como academia, cinema, farmácia, bar, pizzaria, salão de beleza, livraria, *pet*, loja de informática, *lan house*, lavagem de carro, agência de viagem, terminal bancário, loteria, livraria, praça de alimentação, enfim, tudo em um só lugar, seguindo o exemplo dos *shoppings centers*, inspirados nos próprios supermercados.

Mas a concentração não para por aí, afinal o comércio da cidade não se caracteriza apenas pela formalidade de seus estabelecimentos comerciais das mais diversas especialidades, mas também pela importante contribuição do comércio informal ambulante da venda de água de coco, de pamonha, de sorvete e picolé, de tacacá, de mingau de milho, de tapiquinha<sup>33</sup>, de pastel e empada, e até o açaí, que antes era exclusividade de “batedeiras e vitaminosas”<sup>34</sup>. Agora essas especialidades, outrora exclusivas do tradicional vendedor ambulante, trabalhador autônomo, também são oferecidas por alguns supermercados, cujos objetivos são: fechar o cerco sobre a renda do consumidor, aumentar o lucro, ampliar e concentrar capital, dominar as redes e o território comercial.

Quanto à origem dos produtos disponibilizados à venda pelos supermercados, são buscados desde a alface plantada no sítio do pequeno produtor familiar, até o damasco, importado da Ásia. Na seção de alimentos não é raro observar um grande volume de frutas e legumes importados de vários lugares do mundo, bem como muitos alimentos

---

<sup>33</sup> Tipo de beiju preparado de uma fécula alimentícia extraída da mandioca, outrora servida simples ou com manteiga, mas que hoje possui uma grande variedade de combinações doces e salgadas.

<sup>34</sup> “Batedeira”, “vitaminosa” ou “amassadeira” são denominações atribuídas a pequenas construções com uma porta e um balcão, identificadas por uma bandeira vermelha, a fim de informar que o produto (o açaí) está disponível. Elas são preparadas, exclusivamente, para bater, amassar e vender o açaí, processado na hora, por meio de um equipamento com motor elétrico (a batedeira propriamente dito), de onde se separa o caroço da polpa e obtém-se o açaí, pronto para ser bebido ou comido, misturado à farinha de mandioca ou tapioca e açúcar para quem gosta. Em alguns domicílios, antes da internacionalização do açaí, quando o preço era mais acessível, era comum esse alimento ser o prato principal, sempre acompanhado de camarão cozido no bafo, peixe frito ou assado, carne seca e tantas outras combinações regionais.

industrializados. Na seção de bebidas, é muito comum viajar pelos mais diversos sabores nacionais e internacionais. Dessa forma, percebe-se que os supermercados foram além da reprodução comercial da cidade, mas aspiram construir também um míni mundo de venda no varejo, onde o comércio não possui barreiras.

Assim, em Macapá, surge uma nova geografia de consumo na cidade, mas sem excluir as tradicionais ou as especialidades que, porém, foram forçadas a fechar ou a se estabelecer em outros locais, a fim de abrir caminho ao grande salto para um tempo rápido, nacional e mundial que só veio a partir da década de 1990, com a emergência, com a consolidação e com a hegemonia das grandes redes de supermercado local, que buscam conexões em todas as partes do mundo, a fim de diversificar a oferta de seus produtos. Sem esquecer, entretanto, que essa estratégia também não pode dispensar a importância e a força do abastecimento regional, como prevenção às redes nacionais e internacionais que começam a despertar o seu interesse pelo crescente mercado consumidor de Macapá, podendo trazer uma nova dinâmica refletida em perdas e ganhos de funções na construção e no desenvolvimento da cidade.

## **5 AS REDES DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANAS E O CASO DOS SUPERMERCADOS EM MACAPÁ**

Neste capítulo o estudo empírico visa a demonstrar como os supermercados de Macapá participam das redes de abastecimento alimentar, refletindo um novo modo de vida urbano, e que hoje se enquadram às novas formatações de comércio varejista, exercendo predomínio nas redes de abastecimento de alimentos nas cidades, mas submetidos, contudo aos monopólios da produção de alimentos, aos centros distribuidores e atacadistas. Todavia, em convivência com outras formas de abastecimento que se complementam.

### **5.1 A atuação das redes de abastecimento alimentar urbanas**

As redes de abastecimento alimentar urbanas e os supermercados representam as últimas fases de um sistema alimentar, no comércio formal, cuja estrutura fora iniciada com a produção até chegar ao consumo final dos alimentos em Macapá.

Nessa perspectiva, o sistema alimentar admite como premissa, que a oferta social de alimentos está circunstanciada pelas relações tecidas entre diferentes agentes, na formação das redes alimentícias que alcançam o espaço urbano amapaense. A existência das redes, nessa fase, parece ser homogênea, entretanto, a existência delas também pode ser tão heterogênea, quanto podem ser suas bases técnicas e econômicas do sistema que se constituem por fluxos organizados originados nas regiões de produção, até às regiões do consumidor final, de forma direta ou intermediada. Segundo Raffestin (1993, p. 213) essa relação é caracterizada pela apropriação das redes, porque “quem procura tomar o poder se apropria pouco a pouco das redes de circulação e comunicação”.

Assim, estabelece-se uma divisão de trabalho e de capital, das funções e das operações de produção, transformação, distribuição e consumo.

Os supermercados nesse caso, segundo os dados empíricos, estão dispostos, estrategicamente, em localizações privilegiadas na cidade de Macapá. Esta por sua vez, é possível que represente um ponto fixo do território ou um dos nós que realizam as conexões dos fluxos comerciais regionais e inter-regionais no interior de determinadas redes de abastecimento de alimentar pelas quais se inserem dependentes dos centros que controlam os eixos rodoviários e hidroviários, as redes produtoras e distribuidoras de alimentos.

Dessa maneira, as análises dos fluxos regionais de mercadorias alimentícias são tão importantes quanto dos fluxos inter-regionais, para os objetivos desse estudo, devido aos seus

nós serem mais fortes no entrelaçamento da rede, constituindo interações permanentes entre os sistemas.

Essa característica não significa que as redes de abastecimento alimentar urbanas que alcançam Macapá estejam fechadas e consolidadas, porque segundo Raffestin (1993, p. 204) “a rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo”, ou seja, no espaço e no tempo de Macapá os pontos e os nós da rede de abastecimento alimentar urbana estão ligados às conexões de relações de produção e de comércio, que fazem as redes existirem, enquanto houver intencionalidade e enquanto fizer sentido nas relações de poder que determinam as suas funções, os seus alcances e a sua força.

Por isso, a rede é “instável no tempo e inacabada” principalmente para os supermercados locais, porque estão conectados a outras redes urbanas de maior porte, integradas às grandes cooperativas, às corporações agroindustriais, a indústria alimentar, a intermediação mercantil e as redes de armazéns e hipermercados (DIAS, 2005, p. 23). Um corte ou interrupção no funcionamento da rede implica crise e conflito. Todavia, enquanto houver produção excedente, demanda e oportunidades de novas relações lucrativas, mantém-se a rede acionada.

Os interesses de atuação, dessas redes, são os mercados nacional e internacional, mas conforme se analisa, possuem as suas estratégias voltadas ao alcance dos mercados regionais, no interior do país, atingindo pequenas e médias empresas de alimentos que se comportam como receptoras de mercadorias com a finalidade de revendê-las no varejo à população consumidora, a exemplo de Macapá. Castells (2007, p. 218) explica que as pequenas e médias empresas “tomam a iniciativa de estabelecer relações em redes com várias empresas grandes e/ou outras menores ou médias, encontrando nichos de mercado e empreendimentos cooperativos”.

Nessa perspectiva, não há em Macapá, ainda, a existência de uma rede de supermercados menores articulados para competir com os grandes supermercados líderes de venda local. Como exceção, tem-se a “Rede Unidos”. Trata-se de uma associação constituída por 16 minimercados de bairro, que se articulam engendrando relações horizontais no território, a fim de conquistar espaços melhores de comercialização e negociações coletivas de abastecimento, como se verá mais adiante.

Com base na fundamentação teórica e no estudo empírico da rede supermercadista de Macapá é possível compreender como essa unidade de análise colabora para a formação da rede de abastecimento alimentar sustentadas por uma forte organização familiar, cujos principais elementos da rede estão vinculados à família, não apenas como sócios

proprietários, mas estrategicamente em funções de direção e presidência. Tal organização garante, em certa medida, confiança e cooperação no empreendimento e pode evoluir para uma característica empresarial baseada em empresas familiares e em redes de empresa.

Nesse sentido se destaca a análise de Castells (2007, p. 238), ao observar o caso chinês. Para ele:

O principal componente da organização empresarial chinesa é a família. As empresas pertencem a famílias, e o valor predominante diz respeito à família, não à empresa. Quando a empresa prospera, a família também progride. Assim, quando há riqueza suficiente acumulada, ela é dividida entre os membros da família, que investem em outros negócios, frequentemente não relacionadas à atividade da empresa original.

A rede supermercadista de Macapá cresce, em sua característica de organização familiar local. Esse crescimento, aliado ao vertiginoso crescimento demográfico e ao perfil socioeconômico da população da cidade deve ser considerado no estudo para implantação de uma nova empresa concorrente na região e dos impactos para sua criação no espaço urbano.

Outras variáveis também podem ser consideradas, porque embora haja esse crescimento populacional em Macapá, é possível que a instalação de um supermercado novo seja rejeitada, no espaço comercial varejista, ao não conseguir fazer parte da rede, seja pelo baixo nível de renda da maioria da população, predominantemente, oriunda de atividades públicas, ou porque o mercado ainda não foi ampliado o suficiente para garantir a introdução de novos capitais, que buscam resultados mais altos em relação às empresas concorrentes.

Também é importante considerar que os supermercados já instalados consumiram boa parte da superfície do solo urbano, dos bairros centrais da cidade, levando para esses espaços a criação de novas territorialidades, onde se evidencia, tanto espaço para competição, quanto para relações mútuas entre as empresas já em funcionamento, porque o nível de suas articulações implica maior viabilização econômica às empresas de supermercados que já atuam na região, com maior confiança, credibilidade e cooperação.

As empresas que porventura vierem a se instalar, sem uma estrutura inovadora, correm riscos de fracassarem, caso não cooperem com a dinâmica estabelecida pela rede local, cuja estratégia de otimização facilitou para que os supermercados de dentro da rede fossem estabelecidos com melhores vantagens comerciais (melhores instalações, melhores pontos comerciais e localizações, melhores ofertas de produtos, de preços e boa fidelidade de seus consumidores, geralmente próximos do estabelecimento), do que daqueles supermercados que estão fora da rede. Pois a confiança entre os supermercados que já estão formados em Macapá pode trazer benefícios à rede em caso de concorrência ou competição fora dela, porque facilita

coibir empresas oportunistas ou com formatos pré-definidos de sua matriz, onde encontram dificuldades de interação local.

Exemplos dessas dificuldades ocorreram com a rede “Casa das Carnes”, que após sucessivas perdas fechou as suas portas, transferindo as dificuldades para as filiais da rede “Y. Yamada”, em Macapá. Essa, por sua vez, mesmo se tratando da maior rede regional de supermercados do Estado do Pará e líder de vendas na macrorregião Norte, além de ser a única originária fora do Estado do Amapá, a estabelecer filiais, em Macapá, ainda não conseguiu se consolidar fora de seu Estado de origem.

Com a rede de supermercados Casas das Carnes houve um conjunto de fatores que contribuíram para o seu fracasso, mas a localização<sup>35</sup> e baixa visibilidade de pelo menos duas, das três lojas em áreas de baixíssima densidade populacional foram fatores importantes e de peso para a sua falência em curto tempo de existência. Uma de suas lojas foi construída em uma rua secundária, de pouca mobilidade urbana e em um bairro de população de baixo poder aquisitivo que somente agora está se expandindo, razão pela qual outra empresa supermercadista impôs a força de sua rede local, desconstituindo os demais supermercados concorrentes.

As outras duas lojas, apesar da localização em extremos importantes dos eixos da mobilização urbana da cidade, não possuíam clientela de vizinhança, estratégia que vem apontando resultados bem sucedidos na venda de alimentação. Apostou-se, que a implantação de três lojas de uma vez só, com estruturas modernas para a época, pacotes promocionais com prêmios valiosos (inclusive carros) e convênios com a administração pública, seriam suficientes para consolidar um novo empreendimento.

Quanto aos supermercados Y. Yamada que há anos tinham estudos de viabilização para estender filiais fora do Estado do Pará, viu, no fracasso do empreendimento amapaense, uma oportunidade de usar a sua força regional de maior rede de supermercados do norte do Brasil e 14<sup>a</sup> no ranking nacional para reverter os resultados adquirindo as três lojas das Casas das Carnes, das quais duas já fecharam, pelas mesmas razões anteriores, porque os padrões trazidos pelo formato de sucesso das lojas de Belém não foram suficientes para compensar a fragilidade locacional, que dificulta a visibilidade e o acesso<sup>36</sup>, tampouco contribuíram para a

---

<sup>35</sup> O estudo de Parente & Kato (2001) é uma contribuição valiosa para estimular a compreensão da área de influência de supermercados. Por meio de dados empíricos, articulados a um conjunto de variáveis é possível inferir raciocínios lógicos sobre os determinantes que influenciam o sucesso ou o fracasso de uma loja de supermercado, mediante ao reconhecimento de algumas regularidades, padrões de concentração e dispersão de clientes.

<sup>36</sup> Tanto a falta de visibilidade comercial dificulta o seu acesso, quanto o baixo acesso limita a visibilidade da empresa.

definição de estratégias capazes de incorporar os valores e os costumes locais do consumidor macapaense e da rede a qual está inserido.

Ficar fora da rede, desse modo, implica exclusão ou dificuldades em manter boas relações comerciais, porque na cidade do ponto de vista mercantil, a implantação de qualquer estabelecimento comercial tem que ser muito bem planejada, levando-se em consideração a luta permanente de sujeitos históricos que tem a cidade como o seu maior produto para a reprodução de suas relações sociais, inclusive de comércio, aberta as mais variadas possibilidades de olhares e ações, pois a implantação de uma atividade comercial na cidade implica conhecimento da dinâmica urbana e das formas de organização territorial, de seus arranjos e negociações.

Dessa maneira, a mesma análise se aplica às grandes redes que dominam o ramo do comércio varejista de alimentos no Brasil (Pão de Açúcar, Carrefour e Wal Mart) em suas estratégias de massificação, padronização e incorporação de outros empreendimentos. Porque, com a evolução de novas tecnologias empregadas no varejo, no crescimento do número de consumidores mais diversificados, bem como a concorrência pelos mesmos, tem-se exigido da rede local a necessidade de atendimento especializado e técnico, com a utilização de ferramentas de gestão supermercadista cada vez mais complexa, frente aos desafios que rapidamente vão surgir, quiçá, com a chegada, em um futuro próximo, de multinacionais do ramo, que já utilizam em suas estratégias a profissionalização e a internacionalização de suas ações de vendas no varejo.

Por enquanto, as redes locais não só reagiram bem em contraposição à concorrência da grande empresa regional, como também conseguiram desenvolver uma estratégia de crescimento contínuo, inclusive em consórcio com empresas de outros ramos varejistas, com uma poderosa ferramenta de localização e fidelização de seus clientes de vizinhança. Todavia, caso alguma rede fora da região venha a se instalar em Macapá, os impactos da instalação de uma filial multinacional ou do próprio Pão de Açúcar (líder de venda no Brasil no ano de 2012), ainda não se conhecem<sup>37</sup>. Até o momento nenhuma grande rede supermercadista que atua no país revelou algum interesse de expansão para esse mercado no extremo norte do país. O que se sabe é que em algumas regiões do país o papel do poder público municipal é decisivo no processo de implantação dos grandes supermercados em rede, com oferta direta

---

<sup>37</sup> A expansão comercial urbana obedece a padrões espaciais e temporais heterogêneos que desafiam o planejamento, impondo limites e modelos de descentralização na tomadas de decisões por parte de agentes que consomem o espaço e disputam o controle do território de vendas, todavia essas decisões estão condicionadas às decisões dos outros atores. Sobre o estudo dos processos de crescimento e evolução das localizações comerciais no espaço urbano, é valiosa a investigação de Maraschin (2009) e a correlação que a autora descobre entre alguns modelos de localização com dados empíricos de alguns setores comerciais, servindo também para analisar os impactos da implantação de grandes equipamentos comerciais nas áreas urbanas em expansão.

de benefícios fiscais, conflitando com os supermercados locais que também reivindicam benefícios compensatórios, a fim de resguardar os seus lucros. Mas afinal, como a rede é inacabada, novas relações podem se estabelecer, com novos recortes e com novas disputas territoriais pela apropriação do espaço do comércio e do controle de seus fluxos.

Outro cenário, então, vai exigir dos supermercados locais uma administração mais planejada, eficiente, técnica e organizada, com mais investimentos em sistemas integrados de gestão, que implica mudanças substanciais na metodologia administrativa das empresas, onde a organização familiar vai precisar ser substituída ou complementada por uma mão de obra altamente qualificada para administrar o negócio da família. Uma reestruturação necessária para manutenção da empresa e de seu sucesso no ramo de venda no varejo. Pois, são muitos os exemplos, em Macapá, de grandes supermercados, entre outras empresas, que não conseguiram se reestruturar, diante das frequentes e aceleradas mudanças culturais e econômicas, impondo novos ritmos e padrões de consumo, de forma que quem consegue alinhar mais as suas ofertas aos desejos dos consumidores, de fato destacar-se-á na concorrência.

Enquanto esse cenário não se apresenta, o que o estudo revela é uma média concentração geográfica de empresas supermercadistas locais que atuam por intermédio de uma organização familiar advinda da própria região, dentro de uma rede específica, na construção de um território em particular, dominando as relações nessa modalidade de comércio varejista de produtos alimentícios.

A articulação dessa rede e as suas conectividades ocorrem a partir da economia intra e inter-regional, de pontos de comércio atacadista de alimentos para o abastecimento do comércio varejista de Macapá.

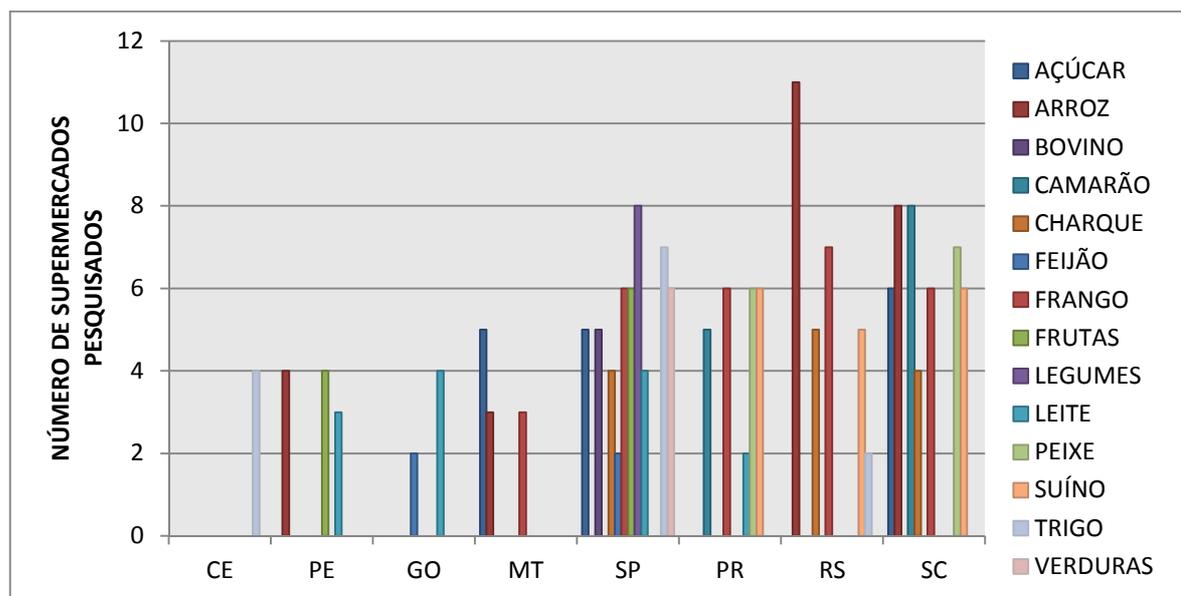
Essas situações descobertas na pesquisa encontram explicação em Dias (2005, p. 23) ao afirmar que a “rede conecta diferentes pontos ou lugares mais ou menos distantes e permite hoje a ampliação da escala da ação humana até a dimensão global”.

Descobriu-se também que a maioria dos empresários fundadores das empresas é formada por pessoas que não possuíam grandes posses ou renda, advindas do próprio Estado do Amapá ou de municípios paraenses. Contudo, a unidade básica da organização econômica dessas empresas não é relevante apenas o sujeito individual, seja o empresário ou a família dele, nem o sujeito coletivo, a empresa em si, mas, todos os atores que fazem a rede se movimentar, os agentes que a constituem, a formatam, dinamizam-na e levam-na ao alcance da cidade mediante os seus arranjos e negociações.

As dinâmicas das redes de abastecimento alimentar urbanas que alcançam Macapá

apresentam uma conexão regional, mas os fluxos inter-regionais são em maior volume. Para analisar o comportamento dos fluxos no abastecimento alimentar urbanos, foram selecionadas algumas mercadorias alimentícias<sup>38</sup> que demonstram vários pontos de conectividade importantes para a compreensão da formação das redes, representados pelos gráficos 1, 2 e 3.

Gráfico 1 - Mercadorias alimentícias com fluxo inter-regional (2012)



Fonte: Torrinha (2013).

As redes de abastecimento alimentar urbanas com o alcance advindo das conexões longas e externas são caracterizadas por um grande movimento de fluxos inter-regionais, conforme se verifica no gráfico 1. Esse processo aciona outras redes que dão suporte ao abastecimento, as redes de transporte. Os supermercados, nesse meio termo, atuam como elementos de conectividade das redes de abastecimento alimentar no território, no qual se estabelecem os nós das redes verticais de longo alcance, por onde transitam os fluxos (de mercadorias e de capital), a partir dos grandes centros produtores, distribuidores e atacadistas do país.

A atuação desses fornecedores inter-regionais localizados nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná se refere, principalmente no abastecimento de carne charqueada, arroz, trigo, frutas, legumes, verduras, carne suína, camarão, peixe e frango congelado, os mesmos chegam a Macapá por intermédio de uma logística de transportes

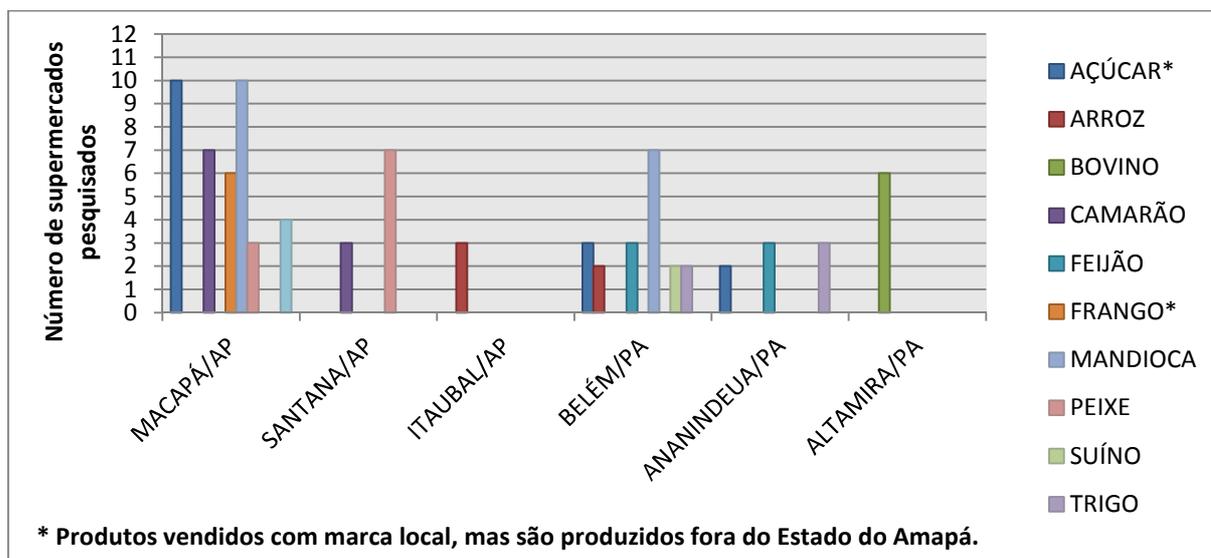
<sup>38</sup> Foram considerados os alimentos de maior volume de vendas nos supermercados e de maior consumo regional, divididos nas seguintes categorias: a) alimentos *in natura* - advindos diretamente do produtor, geralmente de localidades ou regiões próximas às áreas de abastecimento da população, tais como hortifrutigranjeiros, feiras de produtores rurais, centrais de abastecimentos, etc.; b) alimentos de elaboração primária - que necessitam de algum tratamento antes de chegar ao consumidor; c) alimentos industrializados - que passam por procedimentos de transformação, mediante aos processos industriais.

intermodal. As mercadorias alimentícias são compradas diretamente, via internet ou telefone, nas regiões, Sul e Sudeste do país, e transportadas por modal rodoviário (em carretas) até Belém-PA e desse ponto até Macapá são transportadas pelo modal hidroviário, onde as carretas são transportadas por balsas que atravessam o rio Amazonas e os seus afluentes. Quanto aos Estados de Goiás, Mato Grosso, Ceará e Pernambuco, os mesmos possuem uma participação com fornecimento de alguns alimentos como trigo, leite, frutas, açúcar, feijão e arroz.

Essas operações drenam a renda de Macapá e contribuem para alimentar outras economias externas, voltadas à produção, à distribuição, ao frete, à geração de emprego e renda, à arrecadação, etc., sem que haja alguma compensação. Esses fluxos, embora, inter-regionais, fazem parte da rede de circulação e comunicação que contribuem “para modelar o quadro espaço-temporal que é todo o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 204), cujo impacto, na região é refletido pelo volume, de cargas, barcos, balsas, caminhões e carretas que se utilizam da rede de transportes regional se apropriando do território à medida que empurram as especificidades regionais para as suas margens.

O gráfico 2 demonstra que o principal ponto de conectividade intrarregional, de fornecimento de mercadorias alimentícias para Macapá é o Estado do Pará, o que ocorre somente por intermédio da hidrovia, confirmando a antiga posição de Belém ainda como cidade primaz, embora reduzida por outros entrepostos que contribuem para o abastecimento da região, inclusive, Ananindeua, no próprio Pará, que surge com uma pequena representação.

**Gráfico 2 - Mercadorias alimentícias com destaque para os fluxos de cidades da macrorregião Norte (2012)**



Fonte: Torrinha (2013).

As malhas que influenciam a cidade de Macapá pelo comércio atacadista da grande área de influência sub-regional de Belém e adjacências são constituídas por pontos de conexão no abastecimento intrarregional, em que a rede de transporte utilizada é a fluvial e as embarcações de cargas e cargas/passageiros ainda cumprem o papel de unir as conexões na movimentação dos fluxos de mercadorias, sobretudo alimentícias.

Na relação comercial, imposta pelas representações atacadistas regionais e locais, somente os supermercados líderes conseguem, sucesso de compra direta, devido ao volume grande de compra e maior poder de negociação.

Há de se perceber, desse modo, que com a exceção de alguns produtos regionais “*in natura*”, como a farinha de mandioca produzida em várias unidades familiares do Amapá e do arroz produzido no Município de Itaubal (AP), demonstrado no gráfico 2, os demais alimentos se originam fora do Estado do Amapá. Embora a compra, segundo os dados da pesquisa, revele um bom índice de compra local, determinado pelas exigências das representações atacadistas com as fábricas produtoras de alimentos.

Quanto à farinha de mandioca e o arroz é necessária uma avaliação destacada devido ao grande volume de consumo pela população macapaense. A produção de farinha de mandioca é a cultura mais importante do Amapá e um dos alimentos mais consumidos, segundo o IBGE (2010), em média 30,6 kg ao ano por habitante, ela é produzida em diversas unidades agrícolas familiares em quase todo o Estado, todavia, uma boa quantidade desse produto também é de origem paraense, maior produtor do país, além de outros estados que fornecem em menor quantidade. Já o arroz, com um consumo anual em média de 13,8 kg (IBGE, 2010) depende da produção originária das demais regiões do país, com destaque para o Estado do Rio Grande do Sul, como maior fornecedor, conforme se analisa nos gráficos 1 e 3, além de outros fornecedores de menor potencial, inclusive no Amapá recentemente, conforme dados da pesquisa de campo, demonstrado no gráfico 2.

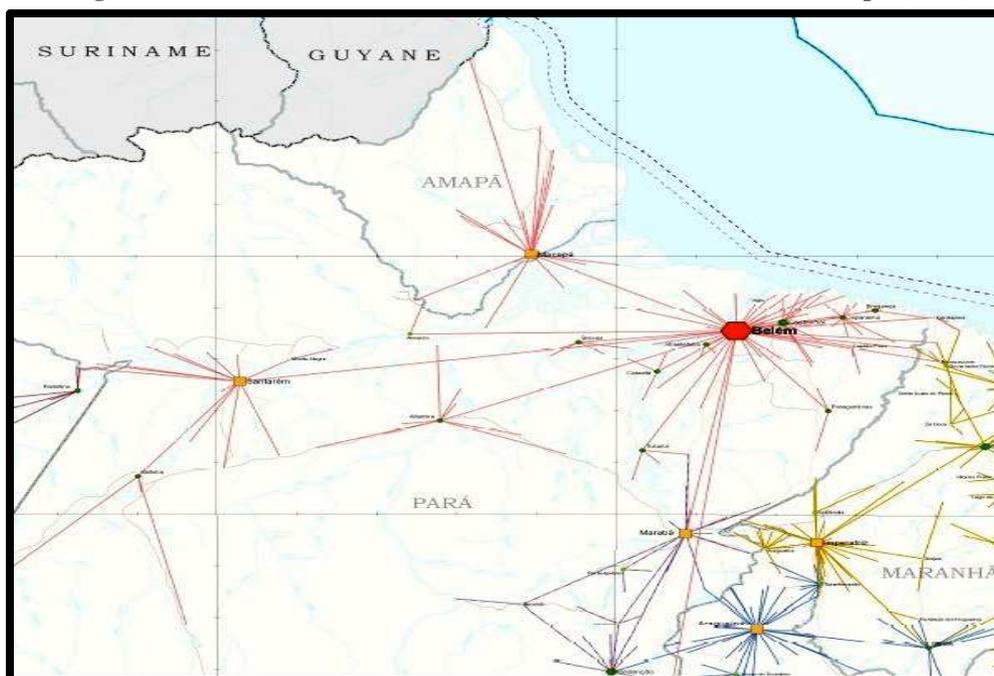
Vale destacar ainda a posição que Altamira/PA ocupa na rede para o fornecimento de carne bovina regional. Esta cidade possui um grande potencial produtor, enquanto ponto da rede abastecedor de carne bovina para Macapá, ao se considerar a baixa quantidade de abate bovino amapaense que, de acordo com os indicadores do IBGE (2012), deixa o Amapá fora do ranking de quantidade de bovinos abatidos nas Unidades da Federação, nos anos de 2010/2011, o mesmo ocorrendo com o abate de suínos e frangos. Enquanto o Estado do Pará ocupa a 5ª posição no ranking nacional de abate de bovinos.

A participação de Altamira-PA enquanto ponto da rede abastecedora de carne verde bovina para Macapá era desconhecida da realidade macapaense, que até então possuía

informação de fornecimento por intermédio de Santarém-PA, que sequer apareceu como uma possível resposta nos formulários de pesquisa.

Essa realidade atual quebra um pouco a subordinação histórica exclusiva de Macapá à centralidade exercida por Belém, nesse subespaço amazônico. Sem deixar, contudo, de reconhecer que ainda é importante a área de influência de Belém, conforme se observa na figura 16, onde se destaca também a área de influência de Macapá, no ano de 2007.

**Figura 16 – Área de influência de Belém e área de influência de Macapá (2007)**



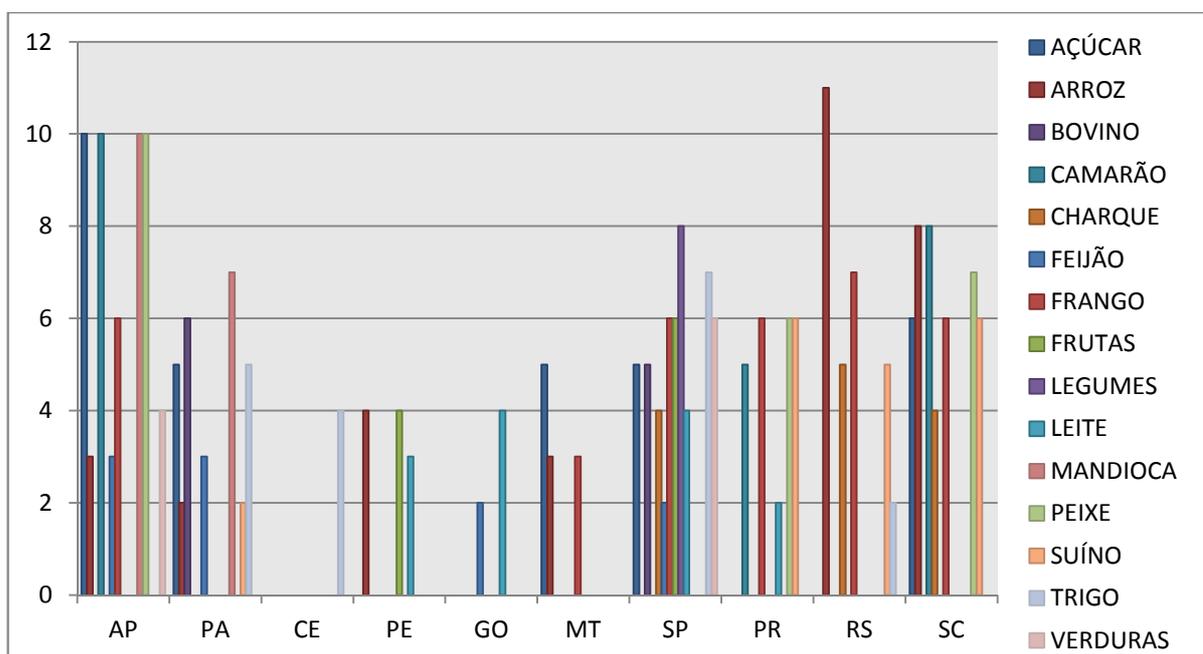
Fonte: IBGE (2008).

Na capital amapaense estão localizadas as empresas atacadistas e distribuidoras, representantes de várias marcas de alimentos industrializados, que em sua maioria condicionam a compra de alimentos via representação, não permitindo a compra direta com a fábrica fornecedora<sup>39</sup>. Mesmo assim Macapá extrapola limites municipais e estaduais e fronteiras internacionais, como pode ser extraído da figura 16, onde estabelece uma área de influência interna com todos os municípios do Estado do Amapá, com os municípios de Afuá, Breves, Chaves e Almeirim, além das ilhas Cavianas e Mexianas, no Estado do Pará. E ainda por intermédio do Município de Oiapoque sua área de influência se estende até a fronteira internacional com a Guiana Francesa.

<sup>39</sup> A diferença entre as empresas atacadistas e as empresas distribuidoras é que as primeiras trabalham com grande número de fornecedores, sem nenhum tipo de exclusividade, enquanto as distribuidoras possuem um número reduzido de fornecedores e o compromisso de venda da linha completa de produtos fornecidos, com exclusividade.

No papel da dinâmica geoeconômica do Estado, Macapá é considerada apenas um ponto de mercadorias em consumo ou em trânsito para as demais localidades que compõem uma parte da porção da sub-região, a qual Macapá se insere e também influencia internamente. Mas é nesse contexto que Macapá também aparece ocupando uma situação privilegiada de fornecedor intermediador de mercadorias alimentícias para a sua área de influência, nessa fração sub-regional que pode ser acessada pela precária rede interna de transporte rodoviário e fluvial.

**Gráfico 3 - Mercadorias alimentícias e seus fluxos intra e inter-regionais (2012)**



Fonte: Torrinha (2013).

No gráfico 3 demonstra-se uma contraposição entre os fluxos intrarregionais e os fluxos inter-regionais, a fim de uma melhor comparação, ao passo que eles também se complementam, pois é possível perceber que as unidades da rede supermercadista no circuito superior da economia urbana de Macapá são dotadas de estratégias parecidas entre elas, porque muitos estabelecimentos são movidos a buscar o abastecimento no mercado intrarregional. Todavia, o que prevalece, sobretudo nas unidades com maior renda, é o alcance das redes de abastecimento do mercado inter-regional, por intermédio do circuito superior da economia urbana nacional com fortes interesses de ampliação de suas relações mercantis. Razão pela qual organizam estratégias a fim de alcançar as unidades do circuito inferior onde quer que estejam. Evidentemente, que isso tem um custo operacional que implica, na maioria

das vezes, capacidade de compra à vista por parte das redes regionais de supermercados, enquanto condição e garantia no abastecimento.

Isso ocorre por duas razões: primeiro, para tentar romper os nós intrarregionais dentro das redes locais que são mais fortes, pois todos os supermercados de Macapá podem se conectar na região, pelo grau de proximidade, de cooperação, de interação mais frequente e a possibilidade de compra negociada a prazo, em relações horizontais de poder. Essas horizontalidades, de acordo com Santos (2006, p. 192), são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade como na definição tradicional de região”. Configuram-se na organização espacial e territorial, caracterizadas por relações de proximidade e vizinhança, na qual é possível desenvolver uma solidariedade ativa e aumentar a eficácia política, econômica, social e cultural nas relações que se estabelecem nas escalas locais e intrarregionais, nas quais é possível convergir solidariedades locais.

A segunda razão é porque embora a rede de abastecimento alimentar urbana que alcança Macapá, por intermédio de nós mais distantes localizados em outros estados emissores de verticalidades, de relações verticais de poder territorial, possuem suas ligações mais densas, mas apesar disso, também são mais incertas, para a rede local.

É uma rede que pode ser cortada a qualquer momento, impondo riscos ao abastecimento, dependendo da conveniência dos grandes fornecedores, porque não há graus de solidariedades com os nós que estão na ponta inferior da rede, onde uma vez cortados não incomodam o funcionamento, o sentido e a direção que a rede superior deve tomar. Pois as verticalidades são “pontos no espaço que, separados um dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 2006, p. 192). Suas configurações são caracterizadas pelas relações econômicas, políticas sociais e culturais que se estabelecem entre lugares e entre regiões que hierarquizam o espaço e o território, nas quais as racionalidades de origens distantes são hegemônicas e produzem um efeito que desintegra as solidariedades locais.

Ao se observar as características da rede de abastecimento alimentar urbana, no que tange ao alimento “*in natura*”, pela intermediação dos supermercados, verifica-se pouca importância aos produtos regionais. Mesmo no caso de frutas, legumes e verduras, os que se sobressaem são os produtos de lugares distantes de Macapá, não havendo, portanto, segurança na manutenção dos atributos originais encontrados na produção natural. O resultado dessa fragilidade está além da qualidade da oferta e provoca a fragilidade da própria rede de abastecimento alimentar local, que por sua característica regional deveria ser forte, o que não ocorre pela insuficiência de política alimentar integrada, que envolva estratégias de produção,

escoamento, transporte, manuseio, armazenamento (refrigerado se necessário), espaço de comercialização e consumo.

Dessa forma, no gráfico 3, é possível perceber uma vantagem que predomina da conectividade inter-regional que atinge Macapá, sobre a intrarregional, associada à necessidade da compra de mercadorias alimentícias, no circuito superior da economia. Todavia, requer capacidade de pagamento à vista, capacidade para estoque e para armazenamento frigorífico de alimentos perecíveis, citando como exemplos o frango congelado e as frutas que só compensam as suas compras em carretas fechadas.

A modalidade de compra direta à vista não é acessível a todos os supermercados, mas poderia ser uma alternativa coletiva caso houvesse o fortalecimento da estratégia de confiança e cooperação para a negociação de compra associada. Um bom exemplo foi a criação da “Rede Unidos” de minimercados, formada por 16 minimercados de bairro, sob a consultoria do SEBRAE, a fim estabelecer uma mudança conceitual e organizacional nas pequenas empresas de comércio varejista de alimentos, passando a conferir maiores poderes de negociação na compra de mercadorias e melhores estratégias de atendimento e venda.

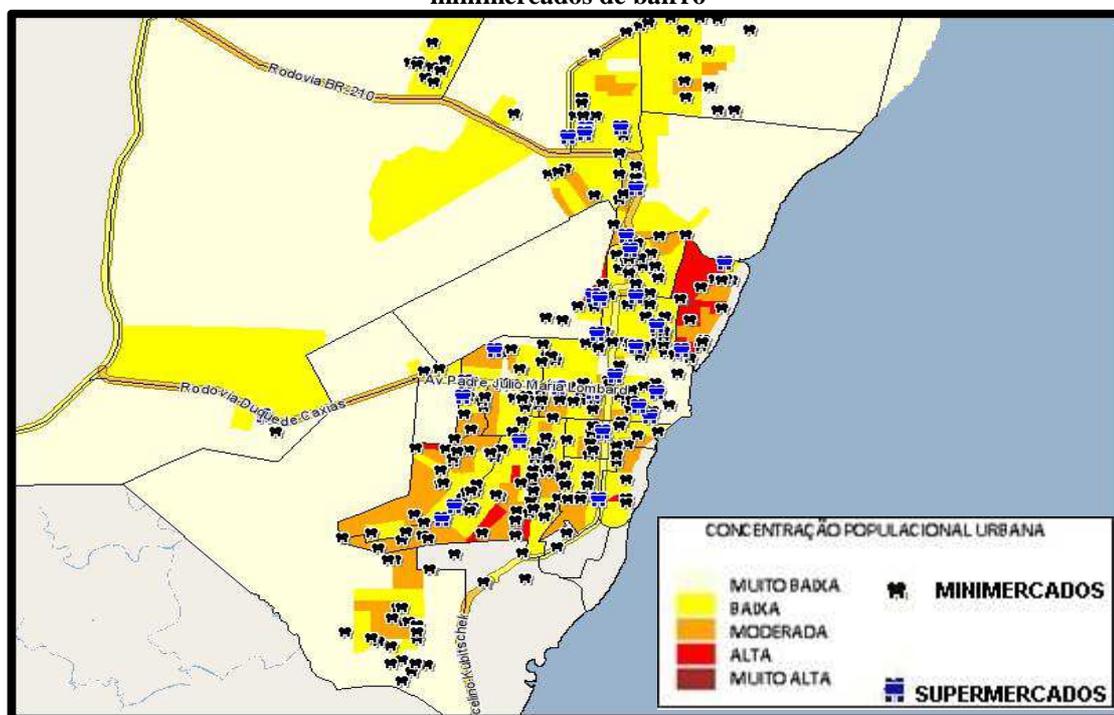
A propósito, os minimercados de bairro também representam, em Macapá, uma força expressiva no abastecimento alimentar urbano, ao contrário de alguns supermercados que tiveram pouco tempo de funcionamento. Os minimercados ou miniboxes, como são chamados e denominados, são estabelecidos em muitas esquinas, tanto em bairros onde os grandes supermercados não alcançam, quanto em suas adjacências, o que evidencia uma resistência à expansão supermercadista, além da contradição como elemento que se impõe para revelar outras formas alternativas de abastecimento alimentar para os consumidores que optam pelo comércio de vizinhança ou não possuem os recursos necessários exigidos nos supermercados.

Os supermercados atuam em toda a cidade e mais na sua região de influência, enquanto que os minimercados atuam na complementação do abastecimento alimentar com vendas cotidianas e restritas ao bairro onde estão localizados, não possuindo, portanto, um aparato de concorrência, mas o seu papel complementar merece atenção.

Quando se compara na figura 17 os supermercados representados pela cor azul e os minimercados de bairro, em preto, tem-se a ideia do quanto é importante considerar esses últimos no abastecimento alimentar urbano, pela quantidade e possibilidades alternativas de abastecimento, mais próximas do consumidor de bairro, na aquisição de compras pequenas. Todavia, os minimercados não ocupam somente os espaços secundários da cidade, pois estão também presentes próximos ao espaço predominante de mobilidade urbana, próximos aos

acessos de seu eixo central, a Rua Leopoldo Machado, que corta o tecido urbano no sentido norte-sul.

**Figura 17 – Comparação espacial das lojas de supermercados na zona urbana de Macapá com os minimercados de bairro**



Fonte: Torrinha (2013), com dados do aplicativo Bússola<sup>40</sup> SEBRAE (2011).

Nesse espaço, disputado com os supermercados, as antigas formas de comércio, adequam-se, para reunir em um só estabelecimento a informalidade das antigas baiucas de comércio e o ajustamento ao novo formato de supermercado, com a introdução do autosserviço. O antigo balcão da baiuca fora substituído pelos *chek-outs* ou caixa, em que alguns minimercados chegam até três unidades, com a presença, na maioria das vezes, do proprietário na negociação direta.

Apesar da presença imponente dos grandes supermercados de Macapá, apresentados na figura 18, evidenciando temporalidades e espacialidades distintas, com características marcantes de uma cidade média em acelerado crescimento, a resistência dos inúmeros minimercados demarcam outro ritmo diferenciado do cotidiano, mais comum ao tempo e ao espaço de uma cidade pequena.

<sup>40</sup> O aplicativo Bússola SEBRAE é uma ferramenta de georreferenciamento *GIS - Geographic Information Systems*, há pouco tempo disponível na *web*, mediante cadastro e senha, voltado a realização de consultas, elaboração de relatórios e mapas temáticos, referentes à análises mercadológicas que visam a subsidiar o público interessado nas informações dos mais diferentes setores comerciais e em diversas áreas geográficas, indicado principalmente aos empreendedores nas análises do comércio ou ao seu futuro negócio.

A reação supermercadista é imediata. A fim de aproveitar a presença enorme de minimercados, que em sua maioria não possuem condições de compra fora do Estado do Amapá, importou-se um novo formato conhecido como “atacarejo”<sup>41</sup>, também muito acessado por outros estabelecimentos que atuam com alimentação, tais como panificadoras e confeitarias, lanchonetes, restaurantes, hotéis, etc. Na figura 19 se tem a imagem interna de um supermercado de Macapá com o formato de atacarejo, note-se nas gôndolas intermediárias, verticalmente, o formato convencional de exposição das unidades no varejo, no entanto, acima e abaixo as mercadorias são expostas em caixas e fardos para a venda no atacado.

**Figura 18 – Fachada dos maiores supermercados de Macapá**



Fonte: Torrinha (2013).

<sup>41</sup> Atacarejo, meio-a-meio ou atacadão são denominações atribuídas aos novos formatos de supermercados, que se utilizam do sistema de autosserviço para oferecer mercadorias, principalmente alimentar, no atacado e no varejo, em um mesmo espaço físico, a fim de atender a pequenos e médios comerciantes, além do consumidor final.

A utilização dessa estratégia pelos supermercados de Macapá evoca um problema inverso à tendência, nos grandes centros urbanos, na criação de oligopólios, onde as grandes redes consomem os estabelecimentos varejistas menores de tal sorte que dominam o mercado impondo dificuldades aos preços e acesso a determinados produtos. Os grandes supermercados de Macapá se beneficiam dos mercados menores consumindo-os, não no sentido de seu desaparecimento, pelo contrário, aproveitam-se da existência deles, transformando-os em intermediários para que os seus produtos alcancem os bairros, mesmo que indiretamente.

**Figura 19 – Mercadorias em exposição em um supermercado de “atacarejo”**



Fonte: Torrinha (2013).

Para o consumidor final, abrem-se duas modalidades de compra: no atacado e no varejo, similar aos estabelecimentos de venda “meio-a-meio”. Todavia, se ainda assim, o consumidor final não tiver acesso facilitado nesses estabelecimentos que se concentram nos principais eixos de mobilidade urbana, podem comprar suas mercadorias nos minimercados de bairro, que por sua vez revendem as mesmas mercadorias adquiridas nos estabelecimentos locais de “atacarejo”, “meio-a-meio” ou “atacadão”.

Essa é a principal razão porque não há redução na concentração de ganhos das maiores empresas de supermercados de Macapá. Ou seja, a reação dos supermercados frente aos minimercados não é para extingui-los, ao contrário, é para estimular o consumo, a fim de se obter cada vez mais novos clientes diretos ou indiretos que lhes proporcionarão maior faturamento, conseqüentemente, maiores lucros.

Ações e reações como essas, são pequenos exemplos de como se processam algumas interações espaciais em Macapá, mediante as articulações entre o sistema dos instrumentos de trabalho e o sistema das práticas sociais e culturais, que influenciam a construção e o uso do território, visando a uma determinada territorialidade urbana, marcada no caso, notadamente,

por estratégias de agentes que disputam o controle do território de comércio varejista de alimentos na cidade, formando redes para atuar nas mais diferentes escalas.

Assim essas escalas não podem deixar de considerar a região como foco de desenvolvimento, mesmo que sejam desiguais em suas dimensões, porque com a presença das desigualdades regionais, a contextualização da cidade na região é que melhor faz sentido, a fim de complementar o planejamento urbano, em que a região se torna o espaço mais favorável ao desenvolvimento, visto a dificuldade de desenvolvimento da cidade em todos os níveis.

Essa região é entendida como um recorte de um determinado espaço onde existe certa homogeneidade interna com características diversas. Nela funcionam tanto estratégias do ponto de vista do Estado para organizar ou desorganizar territórios, quanto também estratégias a partir do olhar e das intenções de agentes internos privados e externos, nacionais e mundiais, que visam a impelir seus próprios padrões de desenvolvimento.

As relações entre as redes e o território, nesse sentido, permeiam as particularidades regionais, entre as quais a sub-regional onde Macapá se insere com padrões e funções de cidade média historicamente contextualizada, tipicamente urbana, mas com características ainda de um tempo intermediário, cujas “rugosidades espaciais” (SANTOS, 2006a) são resultados de um tempo lento, de uma herança socioterritorial, marcada pelo passado, sobrevivente à velocidade das novas formas urbanas, pelas quais o espaço macapaense se exterioriza, todavia, com menor intensidade de próteses tecnológicas e de sistemas de engenharias, que lhe impõem determinadas limitações ao uso do território, de um lado, mas de outro ainda permite um planejamento mais adequado a uma proposta de desenvolvimento urbano e regional que tenha como foco a rede de abastecimento alimentar.

Essa rede, conectada por fluxos de mercadorias, tem a função de ligar as suas diferentes etapas e realizar as conexões entre os lugares intra e inter-regionais, onde Macapá, como parte de um subsistema regional está afeto à centralidade e à sua região de influência da metrópole Belém-PA, cujas interações são alcançadas pelas redes mais longas e mais volumosas, permeadas pelo território nacional e internacional.

## **5.2 Os supermercados no abastecimento alimentar de Macapá**

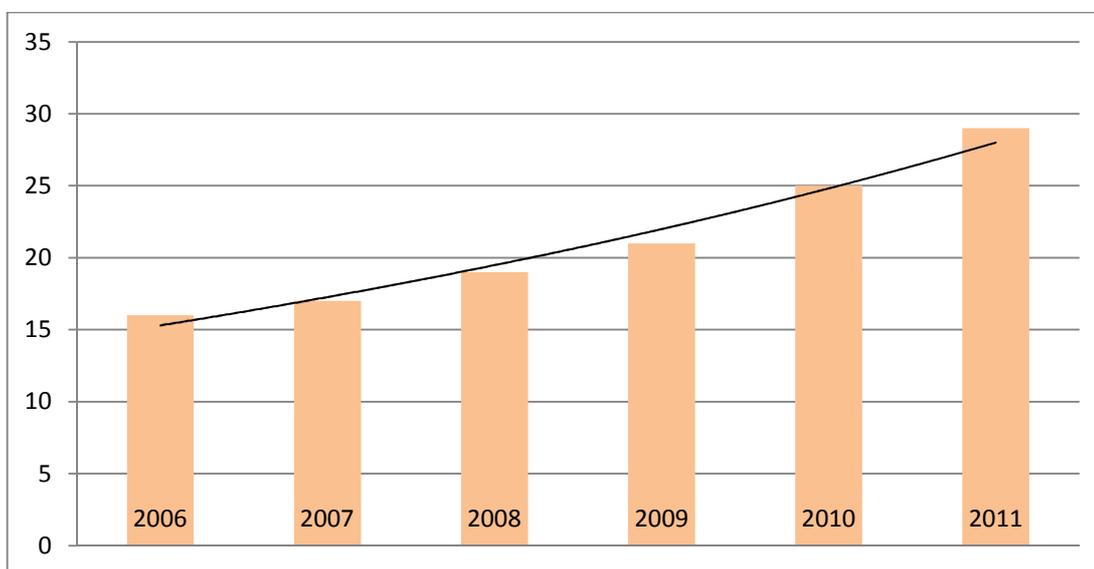
A escassez da produção de alimentos no Estado do Amapá sempre foi uma questão séria, tanto para gestores, quanto para a população, sobretudo no espaço urbano de Macapá. Contudo, essa fragilidade econômica procura ser compensada, mesmo em situação que ainda

não é a ideal, do ponto de vista do crescimento econômico, com uma estrutura comercial formada por unidades de supermercados capazes de fazer conexões regionais, inter-regionais, além de movimentar um comércio varejista de gêneros alimentícios, entre outros produtos, que atendem à crescente demanda consumidora no espaço urbano, mas que também destina suas mercadorias aos consumidores do espaço rural, onde apesar de haver uma incipiente produção de subsistência, a mesma é comercializada na cidade a fim de se obter recursos para a compra dos gêneros que não são produzidos localmente.

Dessa forma, quase toda a produção industrializada, a maior parte da produção de elaboração primária e uma grande parte ainda de produtos “*in natura*”. Ressalte-se também que os restaurantes, hotéis e a maioria dos minimercados, empresas que também atuam no comércio de alimentam, possuem o supermercado como fornecedor potencial.

O gráfico 4 aponta que esses supermercados vêm crescendo nos últimos seis anos, chegando a dobrar a quantidade de lojas distribuídas em localizações estratégicas da cidade, conforme se observa na figura 20, totalizando 29 unidades, das quais doze delas pertencem às 3 empresas líderes de venda no varejo, em Macapá<sup>42</sup> (Fortaleza, Santa Lúcia e Favorito).

**Gráfico 4 – Evolução do número de lojas de supermercados em Macapá**

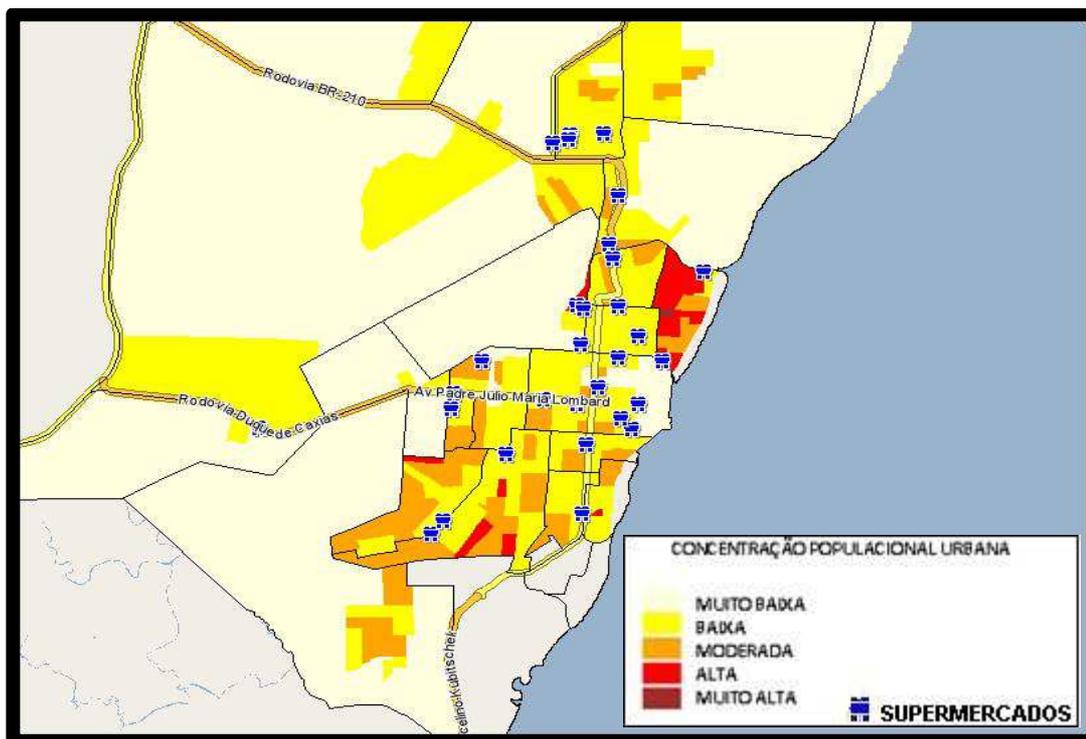


Fonte: Torrinha (2013).

Na figura 20, a localização estratégica e privilegiada dos supermercados é representada pelo seu principal eixo onde se apresenta a Rua Leopoldo Machado, que corta o tecido urbano da cidade de Macapá, no sentido norte-sul.

<sup>42</sup> Os supermercados Fortaleza e Santa Lúcia também possuem unidades na cidade de Santana a 28 km de Macapá.

**Figura 20 – Distribuição espacial das lojas de supermercados na zona urbana de Macapá**



Fonte: Torrinha (2013), com dados do aplicativo Bússola SEBRAE (2011).

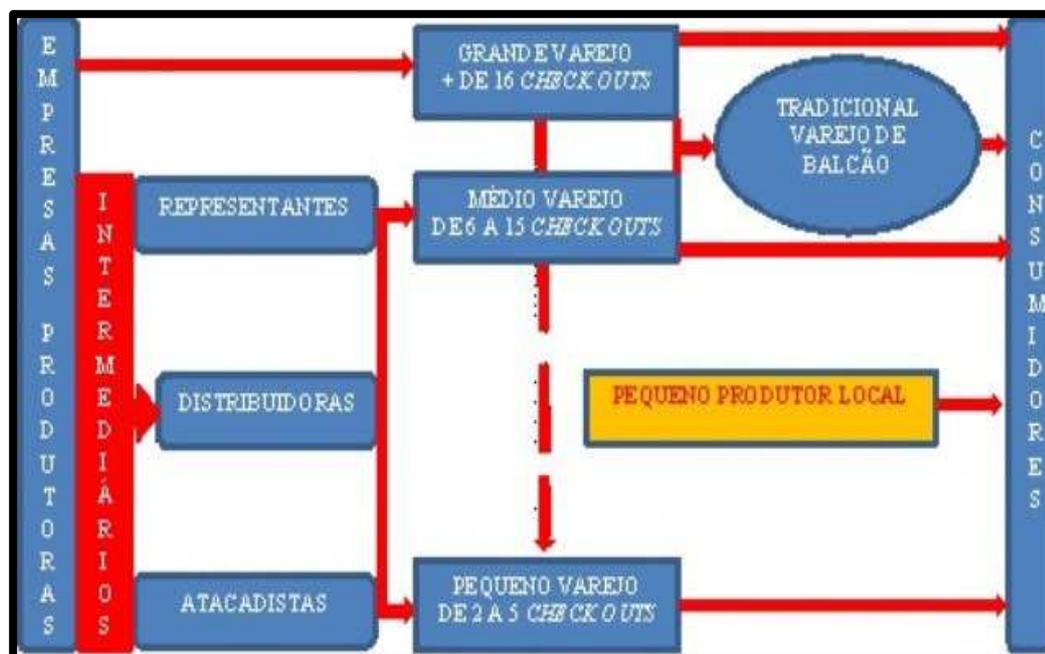
Outros eixos também se destacam pela forte incidência de estabelecimentos supermercadistas ou de acesso a eles, como por exemplo, citam-se as ruas General Rondon, Jovino Dinoá, Santos Dumont, Hildemar Maia e Cândido Mendes, além da Avenida Padre Júlio Maria Lombard. Esses eixos servem para dar maior mobilidade urbana à cidade de Macapá e se caracterizam por uma densa rede que permeia o território do comércio varejista, responsável pelo maior abastecimento e consumo na cidade.

De toda sorte, a população macapaense busca os seus alimentos, entre outros gêneros, predominantemente, nos supermercados que podem servir tanto de abastecedor de produtos de necessidade básica, quanto instrumento de reprodução das armadilhas do consumismo<sup>43</sup>.

Sem causar embaraços as micros, as pequenas, as médias e as grandes empresas que compõem a rede de comércio varejista de alimentos em Macapá, podem ser reconhecidas como últimas intermediadoras de alimentos nas relações de consumo, nesse esquema básico representado pela figura 21.

<sup>43</sup> Há tempos a ida aos supermercados deixou de ser uma busca por mercadorias de necessidade básica, cada vez mais a sociedade capitalista inventa e reinventa novas necessidades, o tempo todo, incessantemente. No momento, um novo fenômeno de consumo, individual ou coletivo, emplaca: o consumo de tendências de mercado. No caso do consumo alimentar a tendência em voga é inovar nos alimentos que contém mensagens, valores, ideias ou histórias que cativam o consumidor, a fim de estimular todos os seus sentidos.

Figura 21 – Esquema de uma rede de abastecimento alimentar urbana



Fonte: Torrinha (2013).

Veja-se que outros esquemas e outras variáveis podem ser utilizados para representar uma rede de abastecimento alimentar urbana que alcança Macapá. Mas neste, todas as empresas supermercadistas, o pequeno e o tradicional varejo, além de pequeno produtor local se ligam ao consumo final, onde o cerco se fecha no consumidor. Outra representação pode considerar a pequena produção local dirigida a alguns supermercados que estabelecem compras de forma isolada com alguns produtores locais, no caso de alimentos como peixe, camarão, farinha de mandioca e verdura.

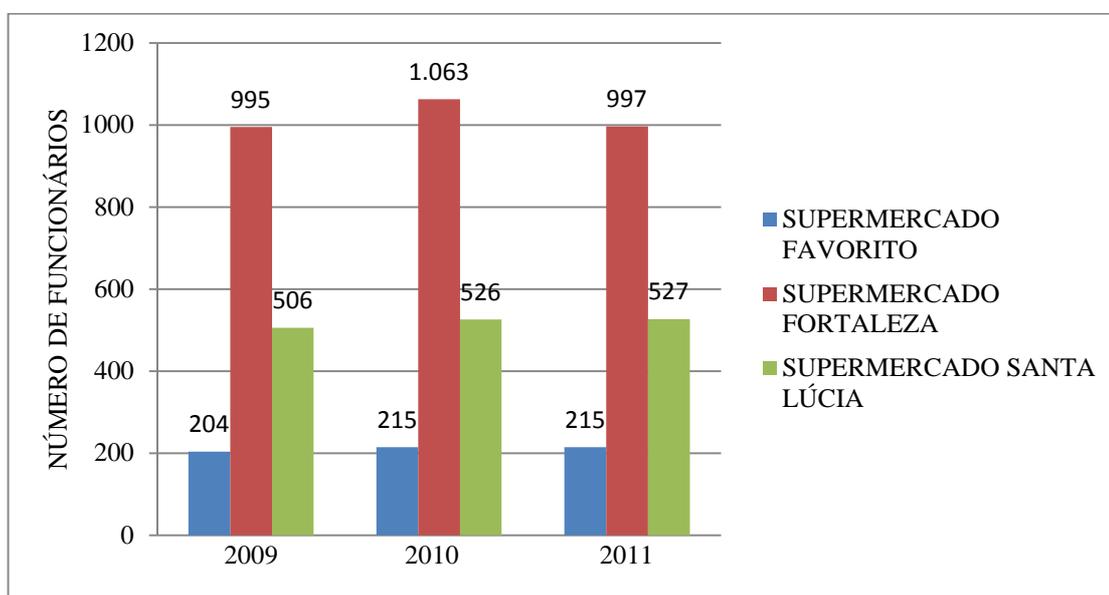
As empresas que operam na rede de abastecimento alimentar urbana também são fornecedoras de produtos em geral, de geração de emprego e renda e de geração de impostos que podem apoiar o desenvolvimento urbano em favor da equidade social e territorial, da preservação e do fortalecimento do tecido social, proporcional ao faturamento bruto das mesmas.

Mas para isso precisam que cumpram um papel difícil no sistema capitalista: vincular suas ações no território, solidariamente, às ações dos agentes envolvidos na produção, na operação e no consumo dos alimentos, com valorização de seus funcionários e respeito aos clientes.

Quanto à geração de emprego, o que se observa na pesquisa e na evolução trienal 2009-2011 do número de funcionários, no gráfico 5, é que os três maiores líderes das redes de supermercado em faturamento, que compõem 41% do número de lojas (gráfico 6), chegam a

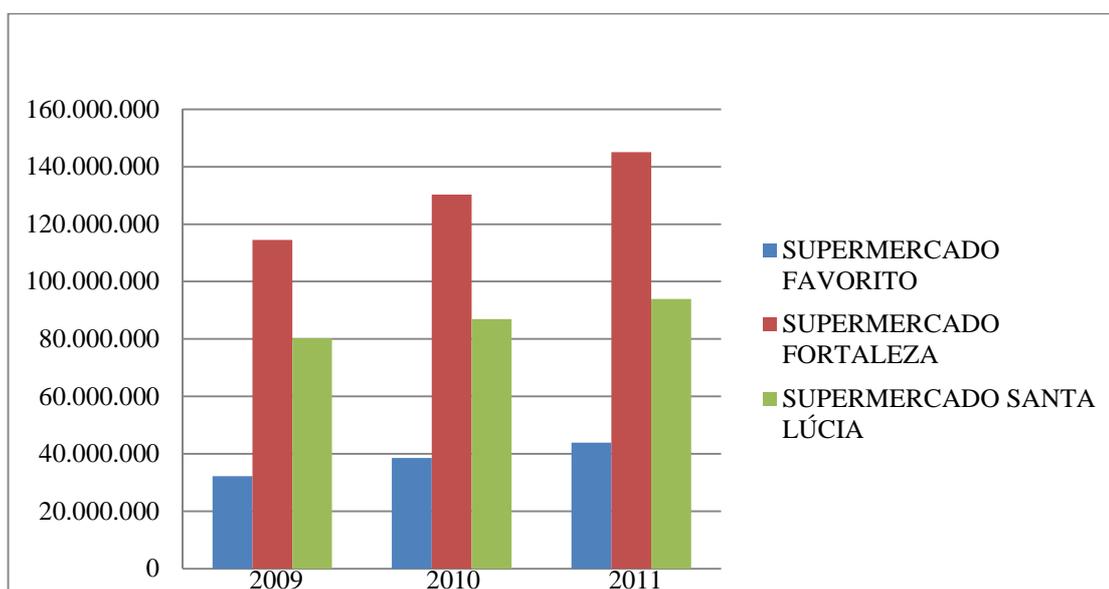
ofertar juntas quase dois mil empregos diretos, como se nota no gráfico 5. Ao se considerar que os demais supermercados, formam uma unidade cada, que juntos somam 59% da rede supermercadista macapaense e que cada unidade possui em média 200 funcionários, estima-se uma geração de seis mil empregos diretos. Mas seria isso um quadro de aposta ao desenvolvimento capitalista? Acreditamos que não, porque a geração de empregos, por si mesma, no sistema capitalista, não reduz a concentração da riqueza gerada, tampouco essa é compartilhada com os trabalhadores que a produzem.

**Gráfico 5 – Evolução trienal de empregos gerados pelos supermercados líderes em Macapá**



Fonte: Torrinha (2013).

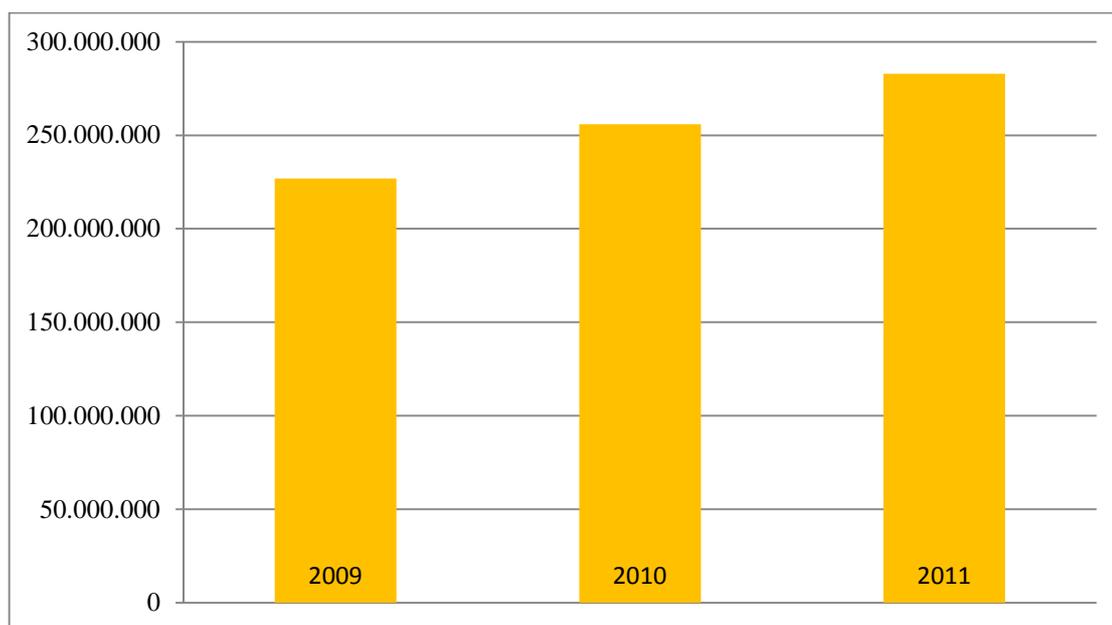
**Gráfico 6 – Evolução trienal do faturamento, em R\$, dos supermercados líderes de venda em Macapá**



Fonte: Torrinha (2013).

No que concerne ao faturamento bruto, em moeda nacional, dos supermercados de Macapá, considerou-se a amostra dos líderes de venda, representado pelo gráfico 4 e 5, devido à consistência verificada nas respostas, após cruzamento com os dados respondidos na pesquisa da ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), onde se verificou que os mesmos se correspondem. No gráfico 6 o Supermercado Favorito mesmo com uma unidade apenas, no exercício de 2011 ultrapassou um faturamento de quarenta milhões de reais. O Supermercado Santa Lúcia está próximo de cem milhões de reais ao ano, contando com quatro lojas no mesmo período e o Supermercado Fortaleza se destaca com o maior número de lojas (sete) e maior faturamento, acima de cento e quarenta milhões de reais. Juntas o faturamento dessas empresas correspondem a quase trezentos milhões de reais no exercício de 2011, de acordo com o gráfico 7.

**Gráfico 7 – Evolução trienal conjunta do faturamento bruto, em R\$, dos supermercados líderes de venda em Macapá**

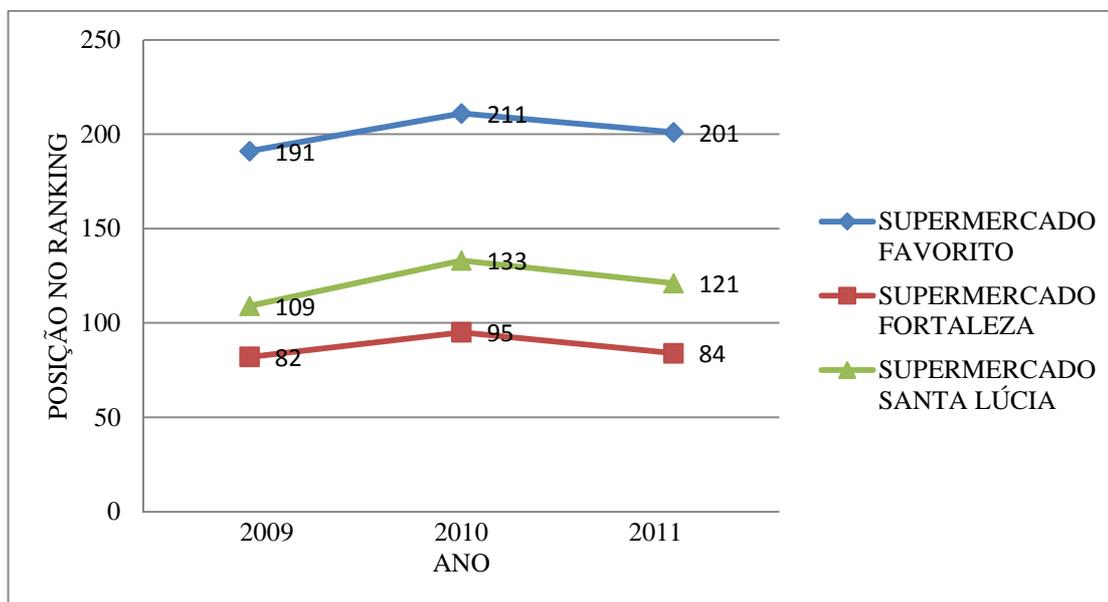


Fonte: Torrinha (2013).

Mas, considerando-se um faturamento médio de trinta milhões de reais por loja, estima-se que o faturamento bruto de todos os supermercados de Macapá está próximo de um bilhão de reais.

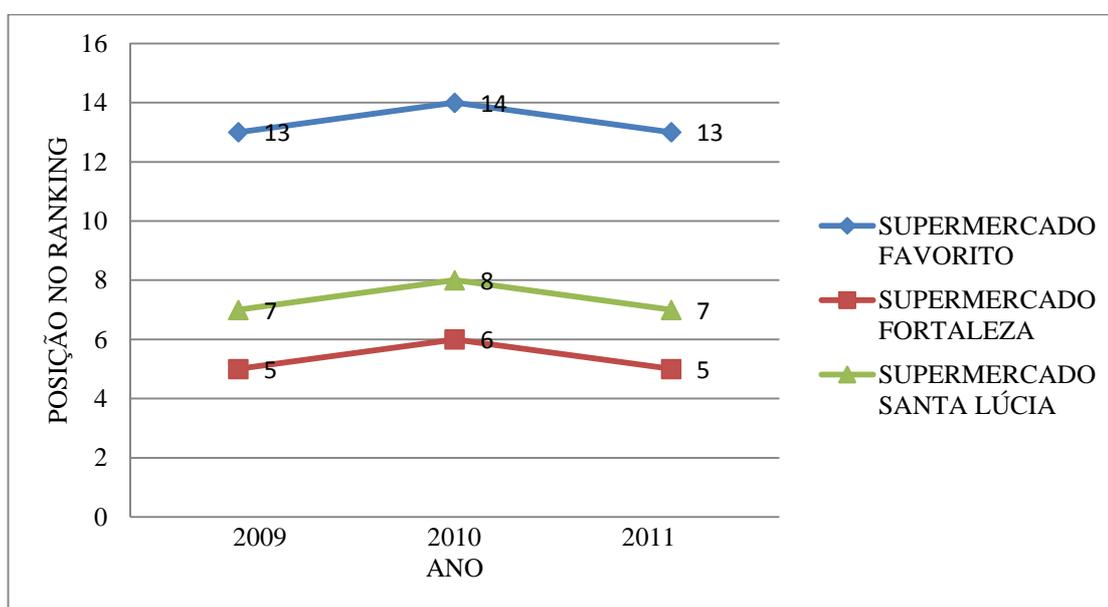
Segundo as pesquisas da ABRAS, os supermercados líderes de Macapá ocupam boas posições nos rankings de venda, nacional e regional, como de depende dos gráficos 8 e 9 que demonstram uma pequena oscilação no triênio 2009-2011.

**Gráfico 8 – Posição dos supermercados líderes em Macapá no ranking de venda nacional**



Fonte: Torrinha (2013).

**Gráfico 9 – Posição dos supermercados líderes e Macapá no ranking de venda da macrorregião Norte**



Fonte: Torrinha (2013).

Em um país que possui mais de oitenta mil lojas de supermercados, os supermercados líderes de Macapá ocupam as posições 84<sup>a</sup>, 133<sup>a</sup> e 211<sup>a</sup> nacionalmente. Esse é um dado relevante a ser considerado, que é confirmado pela posição regional de 6<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> lugar na região norte do país, cuja liderança é da rede Y. Yamada com mais de um bilhão e meio de faturamento bruto, no total de suas 21 lojas.

### 5.3 O abastecimento alimentar urbano informal

A inclusão dos produtos oriundos da pesca e da agricultura familiar na rede de abastecimento alimentar urbana de Macapá se justifica pelo fato de representar um volume pequeno, mas diversificado de produtos movimentados por vários fluxos regionais, cuja comercialização está caracterizada, predominantemente, pela informalidade nas feiras livres dos bairros do Pacoval, Buritizal, Jardim Felicidade e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e pela alternativa econômica encontrada pelos produtores rurais na disponibilização de suas produções à população. Na figura 22, abaixo, representada pela feira provisória<sup>44</sup> do bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, verifica-se a realidade dos alimentos regionais, principalmente pescado, pela intensa movimentação de consumidores.

**Figura 22 – Feira provisória do Perpétuo Socorro**



Fonte: Torrinha (2013).

A informalidade nas feiras livres de alimentos de Macapá se caracteriza pela venda de produção em pequena escala, geralmente o pequeno excedente da produção familiar, convertido para uma relação de capital e trabalho sem separação, entre ambos; com baixíssima capacidade de acumulação de capital, devido à reduzida renda apurada com a

---

<sup>44</sup> A feira original de pescado funcionava a céu aberto, à margem do cais do igarapé das Mulheres, mas fora transferida provisoriamente para a rua Ana Neri, enquanto em seu lugar de origem se constrói uma estrutura moderna para abrigar as relações de consumo. Sua inauguração está prevista para o ano de 2013.

venda dos produtos. Essa renda circula de imediato no próprio entorno da feira, utilizada para a aquisição de outros produtos que possam ajudar a guarnecer a família do produtor/feirante ou apenas feirante.

Essa atividade, enquanto alternativa econômica, é importante para o abastecimento alimentar, uma vez que o mercado formal não consegue atender adequadamente à demanda por gêneros alimentícios “*in natura*”. Cujo maior exemplo é o pescado, com pouco espaço para venda nos supermercados, pois em nenhum há peixaria, razão pela qual quando há oferta de peixe, o mesmo está congelado e geralmente é oriundo de outras regiões.

Pelo que se pode constatar na comparação de alimentos ofertados pela rede de supermercados e pelas feiras livres, a rede de abastecimento alimentar urbana é garantida predominantemente, pelos supermercados. Todavia, é complementada pelos minimercados, pelos açougues, pelas feiras livres e outras atividades informais de comércio de alimentos, cuja complementação é também essencial ao abastecimento.

O fato é que o estudo desse circuito informal tem revelado que a economia de alimentos local também é baseada na rede de produção regional em seus fluxos de pequenas escalas, encadeando um movimento permanente de produção, comercialização e consumo. Mas o circuito local não é, por natureza, informal. É por origem, isto é, a sua evolução pode orientar-se a consolidar uma associação entre a formalidade e a informalidade, onde a inclusão da formalidade tende a crescer em contextos de elevação de renda.

Esse circuito regional de produção, do qual Macapá se beneficia, embora pequeno é uma das poucas alternativas que garante alimento fresco na mesa da população macapaense. Além dos pescadores e produtores agrícolas, esse circuito é constituído por feirantes, cooperativas de pesca ou associações de pequenos agricultores, mas com pouca atuação no beneficiamento e processamento de matérias-primas agrícolas e por empreendimentos urbanos comerciais, também de pequeno porte, ligados à comercialização e ao consumo de produtos alimentares, num conjunto diversificado que compõe o varejo tradicional e o comércio de alimentos.

Esse circuito espacial de produção é caracterizado, exclusivamente, pela regionalização da produção, porque é um circuito de produção curto. Mas é, predominantemente, fora da base territorial urbana de Macapá; é complementar às outras redes de abastecimento alimentar, que vem de fora por sua vez da base territorial sub-regional, tornando-se indissociável da noção de divisão territorial do trabalho, nos locais onde os alimentos são produzidos, mas que revelam uma dinâmica geoeconômica específica para Macapá como um grande polo consumidor e uma forte movimentação de comércio varejista.

O circuito da rede de abastecimento alimentar local, embora curto, também é socialmente construído, tanto quanto um circuito longo, pois em ambos, as redes representam apenas formas, entre outras, de como o território é usado e produzido, de como ocorrem as conexões horizontais ou verticais, ou seja, de como o espaço é exteriorizado pelas formas espaciais, mediante as ações e os objetos distribuídos no território.

Dessa maneira, para que os pontos do consumo e do comércio funcionem, em uma rede sub-regional de abastecimento de alimentos é necessário mais uma vez que a distância, o tempo e as condições do percurso sejam considerados como elementos que possam garantir o valor dos produtos e a qualidade dos alimentos. Os nós dessa rede devem estar suficientemente fortalecidos em relações de confiança entre produtores, fornecedores, comerciantes e consumidores.

Considerando as características peculiares da rede de abastecimento alimentar urbana de produtos altamente perecíveis, a primeira é dar mais importância à origem regional dos produtos e ao apelo da estratégia de preservação da sua integridade nutritiva, o que nem sempre ocorre quando os alimentos percorrem muitas horas de viagem, como no caso dos alimentos comercializados nos supermercados, que importam frutas, legumes e verduras de circuitos superiores localizados fora da macrorregião Norte.

A característica, acima mencionada, poderia ser mais assegurada se as áreas e os volumes de produção fossem suficientes ou pelo menos mais incentivadas nas localidades próximas a Macapá.

A segunda, refere-se à heterogeneidade e à potencialidade do Estado do Amapá de produtos que poderiam compor a base regional fornecedora de alimentos, a qual faria conexões de Macapá a outros vários processos de produção e comercialização dos mais diferentes produtos vegetais, pescados e camarão, oriundos das importantes localidades regionais, conforme a tabela 8.

Apesar disso, o número de lugares conectados a Macapá, no Estado ao qual o mesmo pertence, proporciona-lhe uma rede de abastecimento onde o tempo das distâncias a serem percorridas varia de acordo com o transporte. A variação do tempo gasto com o transporte de alimentos de seu local de origem até às feiras está entre 1 a 30 horas, no caso do transporte fluvial.

Dessa forma, o papel decisivo dos padrões da demanda, na estruturação das cadeias produtivas, das redes de abastecimento de alimentos poderia ter combinações de esforços, a fim de aumentar e distribuir melhor a produção, hoje predominantemente manuais, sem perder os atributos originais encontrados nas espécies naturais.

**Tabela 8 – Algumas localidades que complementam o abastecimento de alimentos para Macapá**

Localidade	Produtos potenciais	Via de transporte	Distância aprox.. de Macapá	Tempo aprox.. de Macapá
Araguari	peixe, fruta e verdura	fluvial e terrestre	140 km	de 2 a 24 h
Carapanatuba	Peixe	fluvial	80 km	de 3 a 6 h
Fazendinha	Verdura	terrestre	15 km	de 15 a 30 min
Ilha de Santana	açai e camarão	fluvial e terrestre	20 km	de 30 a 60 min
Matapi	fruta e verdura	terrestre	30 km	30 min
Pacui	Farinha	fluvial e terrestre	120 km	de 2 a 7 h
Perimetral Norte	fruta e farinha	fluvial e terrestre	105 km	de 2 a 3 h
Piquiá, Cruzeiro e Amapá Grande	farinha e fruta	fluvial e terrestre	280 km	de 4 a 24 h
Rio Flexal	peixe e camarão	fluvial e terrestre	280 km	de 4 a 24 h
Sucuriju	caranguejo, camarão e peixe	fluvial	300 km	de 5 a 30 h
Tracajatuba	carne bubalina e peixe	fluvial e terrestre	230 km	de 3 a 4 h

Fonte: Torrinha (2013).

A pesquisa revelou que isso é uma questão aguda enfrentada nas feiras livres, pois alguns alimentos após trinta horas de viagem<sup>45</sup> e um armazenamento precário (característica comum na região) perdem substancialmente seus valores originais. O resultado dessa fragilidade é a fragilidade da própria rede de abastecimento alimentar, que por sua característica regional deveria ser forte, o que não ocorre pela carência de uma política alimentar integrada, que envolva estratégias de produção, escoamento, transporte, manuseio, armazenamento (refrigerado se necessário), espaço de comercialização e consumo.

O ideal seria aumentar a oferta, contudo sem haver desperdícios, mantendo-se o sabor, a cor, o aroma, a consistência, o valor nutritivo dos alimentos e preços condizentes com a renda da população macapaense.

#### **5.4 O abastecimento urbano e a rede de transporte na cidade de Macapá**

O abastecimento alimentar urbano de Macapá é dependente de sua rede de transporte, caracterizados por eixos de caminhos naturais ou construídos. Qualquer situação de risco a essa rede, impõe risco ao abastecimento, visto que Macapá não produz seus próprios alimentos, conforme está se demonstrando.

As redes de transportes exercem uma função de integração interescalar da economia regional, cuja configuração é de predominância da densa rede hidrográfica que caracteriza a

<sup>45</sup> O caso dos caranguejos capturados no manguezal do litoral norte amapaense, principalmente na localidade do Sucuriju, é preocupante. A perda dos indivíduos extraídos do mangue chega a 40% porque morrem de traumas durante a viagem e não servem ao consumo, devido ao rápido estado de decomposição.

geografia amazônica e até certa medida limita a expansão de um sistema de transporte rodoviário.

Essa integração ocorre a partir dos fluxos de mercadorias, mantidos intencionalmente, em repetidas vezes por agentes sociais. O fluxo de mercadorias é apenas um elemento da organização, de intercâmbio e interação das redes que dominam uma dimensão do território econômico, político e simbólico da sociedade.

A dificuldade de transporte imposta pela fragilidade terrestre entre o Amapá e os demais estados brasileiros é uma das razões da hidrovia ser de fundamental importância para a manutenção do abastecimento alimentar urbano da população do Estado, pois é a via mais importante de conexão entre as redes de mercadorias de grande consumo e a sociedade amapaense, diante da ausência de um sistema viário que conecte diretamente as empresas que levam as mercadorias até Macapá.

A análise da dinâmica dos fluxos regionais de mercadorias alimentícias e os caminhos, pelos quais esses fluxos ganham mobilidade dentro da rede de abastecimento alimentar, são capazes de revelar etapas de um sistema econômico de produção, distribuição e comércio, cuja logística se constitui em ferramenta extremamente útil para fortalecer a compreensão da estrutura da rede, as suas conexões, a formação dos seus nós e a sua contribuição na produção territorial de Macapá. Esses fluxos permitem a inserção do território na rede, da rede no território e o fortalecimento de seus nós.

Cada um desses nós exige condições sociais, econômicas e tecnológicas adequadas a cada demanda, além de serviços de suportes e forças de trabalho que fazem a conexão dentro do sistema de redes, unindo nós mediante uma logística pensada e aplicada, onde quanto maior a quantidade de objetos e de ações, maior a mobilidade urbana até certa medida.

Um componente importante do processo logístico<sup>46</sup> para o abastecimento de Macapá é o movimento de fluxos de mercadorias alimentícias que pode atuar desde o seu ponto de origem até o ponto de consumo. No caso de produtos inter-regionais, as empresas supermercadistas de Macapá utilizam o Transporte Intermodal<sup>47</sup>, realizado por meio da integração de dois modais de transporte (rodoviário e hidroviário), sem a responsabilidade de um único operador, sem também renunciar a uma forma de transporte mais eficiente, em tese, para a realidade amazônica, com mínimas resistências à movimentação contínua, devido ao tipo de carga, geralmente alimentos perecíveis (frango, carne, frutas, verduras e embutidos),

---

<sup>46</sup> Sobre o estudo da logística na Amazônia, ver Freitas & Portugal (2006).

<sup>47</sup> Sobre a variação e diferenciação dos conceitos de transporte intermodal/multimodal, ver Peixoto (2006).

sem que haja também no transbordo ou no intercâmbio de modo, a manipulação da mercadoria, a fim de evitar perda de tempo e de qualidade da mesma.

Essa intermodalidade deveria pressupor a existência de interfaces (terminais, portos e armazéns) tão eficientes quanto os modais que a atendem, a fim de manter a qualidade dos alimentos transportados por rodovias, até encontrar o porto fluvial de Belém (PA) de onde a carga segue, em sua última etapa para chegar ao Amapá, via transporte hidroviário até aos atracadouros do rio Matapi ou Santana (AP), predominantemente.

Essa é outra estratégia tecida para constituir a rede de abastecimento alimentar de Belém (PA) até Macapá (AP), dá-se, exclusivamente, via hidrovia, onde os fluxos garantem a mobilidade e as conexões dentro do espaço regional, através dos movimentos de circulação de mercadorias e de comunicações de toda ordem. Para Raffestin (1993, p. 200) a “circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade por serem complementares, estão presentes em todas as estratégias que os autores desencadeiam para dominar as superfícies e as partes por meio da gestão e o controle das distâncias”. Descobrir a dinâmica de funcionamento dessas duas faces é fundamental para entender os níveis de rede que organizam o território.

Alguns fatores embora sejam influenciadores na comercialização dos produtos em Macapá, a distância dos pontos abastecedores para Macapá e a dificuldade de trafegabilidade são os que mais influenciam na relação de espaço e tempo, na qualidade e nos preços das mercadorias. Essa característica interliga o espaço e o tempo, no interior da rede e pressupõe a complementação entre espaço e tempo na organização do território.

No trabalho de campo para esta tese, percebeu-se que o volume do transporte hidroviário e o transporte rodoviário, verificado, equivalem-se até o ponto mais próximo (Belém) onde é possível estabelecer conexão rodoviária, de Belém para Macapá o transporte hidroviário de alimento é dominante e quase<sup>48</sup> exclusivo para os grandes volumes, não somente pelo determinismo geográfico da localização de Macapá nessa fração da sub-região amazônica, mas pela forma de como o domínio do espaço e do tempo organizam o território e a forma de tessitura das redes de abastecimento, seus transportes e os cuidados inerentes às características dos produtos transportados.

O cuidado na movimentação de mercadorias alimentícias para Macapá também deve ser especial porque fatores como distância e espaço também interferem nos valores e qualidades dos produtos alimentícios, em momentos que espaço e tempo também são conflitantes, quando se exige rapidez. A finalidade da rapidez é garantir a consistência dos alimentos que são

---

<sup>48</sup> Considerando que o desembarque das mercadorias inter-regionais ocorre nos portos localizados no Município de Santana (AP), as carretas e caminhões ainda percorrem em torno de 18 km até chegar ao centro de Macapá.

transferidos de um lugar para outro ponto, às vezes tendo que percorrer muitas distâncias em pouco tempo. Na linguagem dos transportadores isto é conhecido como tempo-em-trânsito e consistência de serviço.

Se as mercadorias alimentícias não estiverem disponíveis na data exata em que se precisar delas, poderá haver repercussões dispendiosas, tais como vendas perdidas, insatisfação do cliente, parada de produção e crise de abastecimento se porventura os estoques não forem suficientes para qualquer eventualidade. Fato que em Macapá é preocupante como revela a pesquisa de estoques do IBGE (2012), a partir da pesquisa de estoques de alimentos no Amapá informados no 1º semestre de 2011, onde foram declarados que 301 toneladas de arroz, 29 toneladas de feijão de cor, 17 toneladas de feijão preto e apenas 8 toneladas de milho estavam estocadas naquele período.

O transporte é muitas vezes o maior custo individual no processo da logística. Portanto, é um componente importante que deve ser administrado com eficácia. O transporte, sob a ótica da logística, compreende a distribuição do produto, relacionando-se aos vários métodos e mecanismos utilizados no sentido de movimentar o mesmo. Ao se planejar a movimentação de produtos pela rede de distribuição física, deve ser verificado o modal de transporte mais adequado para conduzir o produto ao seu destino final.

Por isso, evidencia-se o transporte que opera essa movimentação na dinâmica regional. No caso, o modal hidroviário. Acredita-se que esse modal de transporte predomina na conexão regional de Macapá pelo fato de não haver possibilidade de tráfego terrestre direto, na grande maioria de suas conexões, pois não há pontes, nem estradas que conectem, diretamente, o Amapá aos outros estados brasileiros. Todavia, sabe-se também que não existem barreiras geográficas quando o capital possui interesse em aplicar suas tecnologias em favor do desenvolvimento capitalista e da ampliação do próprio capital.

A logística fluvial utilizada no transporte hidroviário de alimentos para Macapá é caracterizada por redes de navegação, cujas embarcações são formadas por barcos de pequeno porte, com capacidade para 05 a 30 toneladas; barcos de cargas e barcos de cargas e passageiros de médio porte, com capacidade para 31 a 80 toneladas, barcos de carga para 81 a 200 toneladas e balsas de grande porte, com capacidade de 201 a 800 toneladas. As balsas ganham destaque pelos volumes de veículos pesados transportados sem precisar descarregar as mercadorias, a exemplos de grandes carretas com capacidade de até 30 toneladas de alimentos cada.

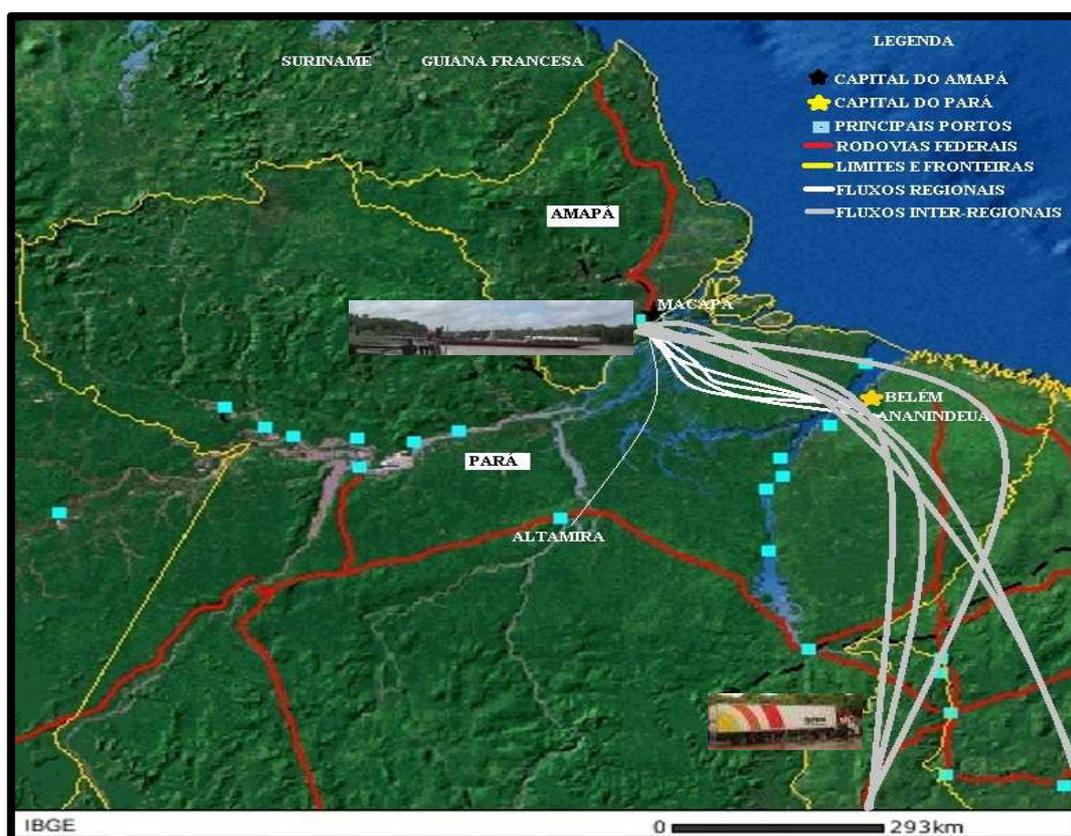
A pesquisa revelou que os principais pontos de conectividade da rede de abastecimento alimentar de Macapá ocorrem por intermédio das hidrovias do Xingu e Marajó

e a hidrovia do Amazonas e os seus afluentes, pelo sul da ilha de Marajó (PA), inserindo-se na característica comum à região amazônica, mas diferente das outras regiões do Brasil, em que predomina o transporte rodoviário.

A hidrovia do rio Amazonas é uma que alcança destaque, no Estado do Amapá, por parte do Ministério dos Transportes. Entretanto, a importância maior que é observada se refere à sua capacidade de utilização no transporte para exportação de minério e casca de madeira. Ao passo que pouca atenção é dada quando se trata de transporte de alimentos ou como uma via capaz de movimentar o abastecimento da região e conectar Macapá aos pontos abastecedores regionais, fato que pode explicar, parcialmente, a precária infraestrutura portuária nos pontos de desembarque de alimentos.

Na figura 23 se destacou os principais pontos de conexões intrarregionais com Macapá. Esses pontos são destacados pelas setas brancas de maior intensidade Belém, partindo de Belém e Ananindeua; de menor intensidade, partindo de Altamira, correspondente ao fornecimento de carne bovina para Macapá.

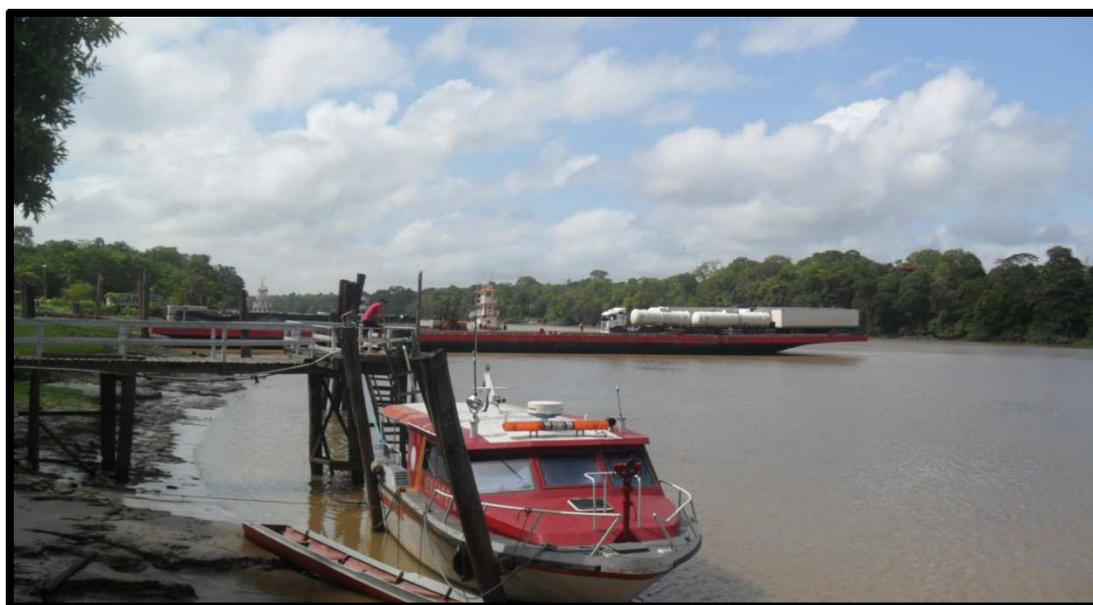
**Figura 23 – Fluxos regionais e inter-regionais de alimentos para Macapá**



Fonte: Torrinha (2013), com base de imagem do IBGE (2010).

As setas de cor cinza correspondem aos fluxos inter-regionais de alimentos para Macapá, com conexões partindo de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás e demais Estados fora da macrorregião Norte, por modal rodoviário, até a cidade de Belém, de onde seguem para o embarque nos portos ou terminais hidroviários, a fim de atingir a navegação do rio Amazonas e desembarcar a mercadoria na orla da cidade de Santana, no precário porto, nos atracadouros no rio Matapi ou em outros atracadouros improvisados. A figura 24 demonstra a precariedade de atracadouros improvisados à margem do rio Matapi, no Distrito Industrial do Município de Santana. Esses atracadouros recebem as maiores cargas de alimentos para Macapá.

**Figura 24 – Balsa em desembarque de carretas no rio Matapi**



Fonte: Torrinha (2013).

Desses pontos de conexão regional os quais possuem uma área portuária mais movimentada são:

a) O porto de Belém, localizado na capital do Estado do Pará, na baía de Guajará, não muito distante do delta do rio Pará. Sua administração é assegurada pela empresa de economia mista Companhia Docas do Pará.

b) A área portuária de Santana, situada à margem esquerda do canal norte do rio Amazonas, próximo à cidade de Macapá (AP). A área portuária de Santana é composta por 6 sub-áreas: uma área administrada pela Companhia Docas de Santana, o Porto Organizado de Macapá; uma área composta por vários pequenos trapiches; duas áreas de mobilidade regional de passageiros, pequenas e médias cargas, o Porto do Grego e o Porto Souza Mar; uma área

de desembarque de combustível (gasolina, óleo diesel e etanol), o Porto da Texaco; e, uma área administrada pela empresa mineradora Anglo Ferrous Brasil, conhecida como antigo Porto da ICOMI.

c) Os atracadouros do rio Matapi, situados à margem direita do rio Matapi, concentram o maior volume de carga de alimentos que alcançam Macapá, são atracadouros improvisados, mas com estrutura administrativa organizada para manter o transporte e o desembarque de grandes de cargas, pelo menos três vezes por semana (segunda, quarta e sexta-feira).

As condições infraestruturais dos portos localizados em Macapá e Santana são precárias, principalmente o Porto do Grego e o Souza mar, e de toda a estrutura de navegação hidroviária, além de afetar a qualidade dos fluxos regionais de passageiros e de mercadorias alimentícias para Macapá, indicam que carecem de planejamentos e investimentos que visem melhorar a segurança, a rapidez e a economia no transporte das mercadorias, ou seja, há necessidade de maior investimento nesse setor, enquanto estratégia de desenvolvimento econômico.

Além do que, a navegação hidroviária na região amazônica apresenta características próprias em função dos períodos de cheia e estiagem. Exceto os maiores rios da região, em suas calhas principais, todos os demais rios, igarapés e paranás sofrem seguidas alterações nos seus leitos por assoreamento e pela dinâmica fluvial.

Um exemplo da forte evidência de riscos ao meio ambiente e ao abastecimento alimentar urbano de Macapá ocorre no igarapé das “Mulheres”, conforme matéria de capa do Jornal Diário do Amapá (figura 25), cujo assoreamento de seu leito deve impossibilitar a navegação e o desembarque dos produtos regionais, principalmente: açaí, melancia, banana, jerimum, peixe e camarão.

**Figura 25 – Assoreamento no igarapé da Mulheres, em Macapá**



Fonte: Jornal Diário do Amapá, ano XVI, n. 4661, 15/09/2011.

Padecem da mesma sorte o canal do “Jandiá”, o igarapé das “Pedrinhas”, o igarapé da “Fortaleza” e a rampa do bairro Santa Inês, que juntos absorvem todas as embarcações de pequeno porte, oriundas de comunidades rurais da área de influência de Macapá, responsáveis pelo abastecimento dos alimentos regionais.

Por outro lado, as embarcações, oriundas de localidades mais distantes, têm que enfrentar várias hidrovias sem muita segurança, principalmente à noite em que a carência de sinalização náutica é um problema grave, sobretudo, nas pequenas hidrovias, em que o risco é agravado pela característica regional de intenso tráfego de balsas, rebocadores, barcos de cargas, barcos de passageiros, barcos de cargas e passageiros, navios de grande calado.

Essa falta de equipamentos de segurança, de sinalização e balizamento das passagens causam dificuldades, insegurança e restrição à navegação noturna, porque algumas empresas preferem não correr riscos, optando em evitar as viagens noturnas ou reduzir a velocidade das embarcações. Isso pode, em médio prazo, causar baixa rotatividade e ineficiência nos transportes e graves reflexos econômicos, cujo principal risco pode ser a falta de um abastecimento seguro. Razão pela qual os fluxos de alimentos para Macapá e as conexões regionais são mantidos mais pela tradição de navegação hidroviária e pela dinâmica comercial na região, do que por uma política governamental de abastecimento alimentar.

Como a exploração da navegação fluvial pelas hidrovias ainda se configura um fator em desenvolvimento, os fluxos de mercadorias contribuem para o abastecimento e a conexão de Macapá à região, todavia sua dinâmica socioeconômica tende a influenciar o crescimento de um desenvolvimento urbano dependente.

O problema extrapola a questão hidroviária e se estende a toda rede de transporte da Amazônia, onde as cidades isoladas geograficamente e de baixa produção alimentar, são as que mais têm prejuízos e sofrem riscos, em época de seca ou de chuvas intensas, quando as estradas se tornam intrafegáveis, por uma rede rodoviária que não facilita o deslocamento intermunicipal.

Nas figuras 26 e 27 é demonstrado o quanto Macapá é dependente do abastecimento alimentar externo, pois uma vez ou outra ocorrem problemas de abastecimento alimentar de alguns produtos a exemplo de carne verde, açúcar, farinha, feijão, etc. Mas também podem ocorrer crises de abastecimento de outros produtos dependentes de uma boa estocagem e de uma eficiência dos meios de transporte, a exemplo de combustíveis e material de construção, principalmente cimento.

Figura 26 – Falta de carne em Macapá



Fonte: Jornal do Dia, ano XXII, n. 7053, 05 e 06/07/2009.

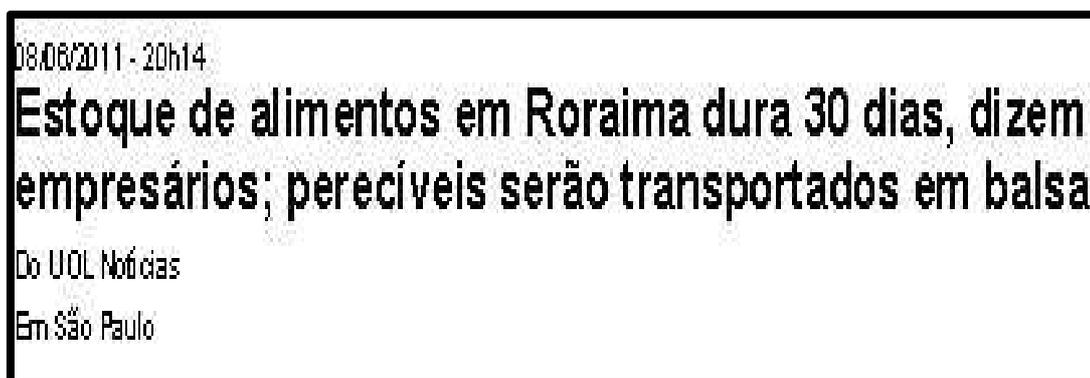
Figura 27 – Falta açúcar em Macapá



Fonte: Portal Amazônia.Com 22/05/2009.

Na figura 28, evidencia-se que essa particularidade regional não é exclusiva de Macapá, na Amazônia. Ressalta-se que a falta de abastecimento em decorrência da fragilidade das redes de transporte regional é somada à baixa produção de alguns alimentos nas regiões exportadoras, à política de aumento de preços, e à própria insuficiência de uma política de segurança alimentar para a cidade.

Figura 28 – Crise de abastecimento em Roraima.



Fonte: UOL Notícias 06/06/2011.

Decorre, então, a importância de uma alternativa, cujo valor estratégico reside na potencialidade da própria região em produzir seus alimentos, essenciais ao abastecimento alimentar da população, evitando sofrimento na falta de abastecimento, mas principalmente produzir riqueza com as próprias qualidades e quantidades de alimentos existentes na região, pouco produzidos ou acessados, e conseqüentemente pouco consumidos, a exemplo da diversidade de frutas regionais (açai, bacaba, pupunha, cupuaçu), raízes comestíveis (batata doce, cará branco, cará roxo, macaxeira, mandioca), amêndoas, peixes de água doce e água salgada da costa amapaense, dado que esse último alimento é pouco comercializado em Macapá<sup>49</sup>, tanto nas feiras livres, quanto nos supermercados, que sequer possuem peixaria.

Tal fato evidencia a pouca oferta de pescado nos supermercados, limitado às espécies congeladas ou salgadas e de outras regiões. Oferta-se o bacalhau da Noruega, o salmão do Chile, algumas espécies do sul do Brasil e algumas poucas espécies da água doce amazônica. Somente a gurijuba e a pescada amarela, da água salgada, foram encontradas em apenas dois supermercados, apesar de haver no Amapá 598 km de zona costeira, a maior entre os dois estados da região amazônica e a sexta, dos dezessete estados brasileiros com zona costeira potencial para a pesca em águas salgadas.

Os dados do IBGE (2010) informam que o consumo médio anual na aquisição de alimentos (2008-2009), no Amapá, tem um gasto médio, por pessoa, de 26,07 kg de carne bovina e 23,60 kg de frango congelado, contra apenas 15,31 kg de pescado. Se for considerado que o preço médio da carne bovina em Macapá é de R\$ 16, o frango congelado R\$ 5 e o peixe regional R\$ 26 (nos supermercados) e R\$ 16 (nas feiras livres), conclui-se que a preferência pela carne e pelo frango, ao invés de pescado está relacionada à oferta e ao preço. Todavia, a questão crucial em torno dessas escolhas está na dinâmica da economia regional, pois ao substituir o frango pelo peixe, por exemplo, não se trata de uma simples escolha individual com apenas repercussão local, mas uma forte indicação de que a economia local sofre total desamparo, enquanto a economia fornecedora de frango congelado e toda a rede logística afeta a sua atividade e externa à região, incrementa-se e se fortalece.

Daí decorre, então, uma grande importância do por que e como se precisa abastecer a fim de garantir uma suficiência alimentar na cidade. Levando-se em conta todo o processo desse abastecimento ligado à rede de transporte e às redes comerciais. A interação dessas

---

<sup>49</sup> Os peixes e os camarões de água salgada são poucos consumidos pelos macapaenses. No entanto, a pesca no litoral norte amapaense é de nível industrial predominante praticada por poucos barcos pesqueiros locais e muitos oriundos de outros Estados, principalmente do Pará. A comercialização ocorre geralmente nos portos de origem das embarcações e se destinam ao mercado nacional e internacional, principalmente de São Paulo, de Minas Gerais, do Pará, de Goiás, de Brasília, dos Estados Unidos e do Japão, o que acarreta perdas não só para o consumo local, mas para a receita estadual.

redes com a região depende de como os mecanismos de produção estabelecem seus contatos, a fim de fortalecer os movimentos de circulação e comunicação, que no caso de Macapá é preocupante, porque apesar da instalação da uma frágil rede rodoviária, no Amapá, a mesma, como se vê, não conecta Macapá para fora do Estado, tal fato implica que o abastecimento alimentar em Macapá é dependente da rede hidroviária amazônica, que por sua vez também é privada de políticas públicas e de melhor aproveitamento.

Por isso, toda a atenção é necessária porque qualquer problema que afete o uso dessas vias pode provocar uma crise de abastecimento alimentar e a conseqüente elevação de preços e a carência de mercadorias, a exemplo do Oiapoque, no extremo norte do Estado do Amapá, cujo custo de vida se torna altíssimo, devido ao pouco alcance das redes de abastecimento, que tende a permanecer desse modo, mesmo com a ligação do Brasil à Guiana Francesa por meio da ponte binacional.

Os dados empíricos, assim, no que tange às redes de transporte demonstram riscos ao abastecimento, primeiro porque a rede rodoviária amazônica é frágil e precária e em tais condições não comporta o fluxo de alimentos em suas vias, sobretudo no período chuvoso, onde os trechos mal conservados são alagados e destruídos. Segundo porque o funcionamento da rede hidroviária, em permanente fluxo regional de mercadorias, não é resultado de uma política de segurança no setor, mas da vontade e da sorte dos comerciantes. A vontade de estabelecer redes de relações comerciais e auferir lucros. A sorte resulta no baixo índice de acidentes, quanto poderiam ocorrer, devido à precariedade das vias, falta de sinalização e ausência de fiscalização ostensiva.

## CONCLUSÃO

O estudo da construção das redes de abastecimento alimentar urbanas, na cidade de Macapá, permite compreender os níveis de estruturação e de relações das classes sociais em suas diversas formas de representações, reproduções e a forma como são organizadas parte de suas redes geográficas, onde os processos históricos e sociais, em seus determinados períodos, deram origem às funções e às formas espaciais que hoje caracterizam Macapá, através de um conjunto de objetos criados historicamente pelas ações humanas intervindo nos objetos naturais, que uma vez distribuídos no território viabilizam os meios e as condições de vida, indispensáveis à reprodução da sociedade.

Essa reprodução é de caráter particular, desigual, do ponto de vista da difusão técnica, política, econômica e cultural empregada nos diversos períodos da história da cidade. Por ser desigual, o espaço diferenciado e reproduzido não é homogêneo, bem como as redes que transitam e organizam o território não há como serem, tampouco se pode conferi-las um caráter absoluto de sua existência, pois nem tudo é rede, por mais que se entenda que no momento atual o poder dos fluxos, da circulação e da informação permeiem todos os lugares, não ocorre na mesma intensidade, razão pela qual as redes, mesmo onde existam, são heterogêneas. Por isso ainda assim há locais e pessoas que eventualmente recebam influência de alguma rede ou podem está fora de qualquer outra, por exclusão espacial, revelando o caráter contraditório da rede: ativar ou desativar, criar ou destruir, solidarizar ou excluir.

Essa perspectiva, sob o viés da dimensão territorial e do desenvolvimento regional, permitiu facilitar a compreensão da territorialidade urbana de Macapá como uma das formas de organização espacial, atuando, portanto, como uma condição e um meio para a dialética da reprodução das relações socioterritoriais e as suas interações de redes heterogêneas e interescares.

Essas redes indicam que os lugares dos supermercados na cidade não são produzidos apenas para ocupar áreas, eles não ocorrem de forma neutra, sem que haja uma estratégia ou intencionalidade para tal fim. Não são lugares espontâneos, mas programados para incorporar as relações de produção, em que a indução à cultura de consumo global se torna instrumento de poder, mediante aos meios técnico-científicos necessários à reprodução da sociedade.

Operacionalmente os supermercados funcionam no espaço local e regionalmente também atuam numa perspectiva funcional estratégica para se configurar como um nó de uma rede maior, na maioria das vezes organizadas fora da região e algumas até fora do país.

As redes, nesse aspecto, além de cumprir as funções de circulação e comunicação são emanadas de certa intencionalidade, essa por sua vez quando não atinge os objetivos para qual foi programada e por ser contraditória, converte-se em outra forma ou objeto espacial, de maneira que de um jeito ou de outro, cedo ou tarde, modificam o território, ativam dinâmicas novas, desativam outras ou mantêm aquelas que garantem a hegemonia de classe.

Destarte a cidade, como uma das principais formas do espaço urbano, fragmentada e territorializada, como centro de decisões públicas, mas também empresariais, não é feita apenas para produção, mas também para gerar investimentos para o consumo, com o suporte da criação de símbolos, marcas e imagens que dão lugar a novas formas de estruturação da cidade, onde se trocou a cidadania pelo consumo imediato, onde a maioria das tensões ocorre nessa dualidade, entre os consumidores e os que se beneficiam do consumo, do aumento do valor de venda e locação dos bens imóveis, da economia de escala ou de aglomeração.

No Amapá essa lógica não parece ser diferente, particularmente, no espaço urbano de Macapá, os supermercados surgem além da incorporação seletiva de áreas urbanas privilegiadas, sob a promessa de gerar melhor expectativa na oferta de alimentos, na geração de emprego e renda e na dinamização de polos de crescimento empresarial. Mas também como uma das teias armadas na sociedade, a fim de aprisionar os cidadãos e transformá-los em meros consumidores.

A manifestação das redes de abastecimento alimentar na realidade urbana de Macapá incorpora as formas históricas de organização territorial que favorece uma regionalização fortemente hierarquizada e centralizada, na qual Macapá se insere enquanto ponto nodal de forma periférica, estabelecidos pelos “centros hegemônicos” de produção e comércio. Os supermercados, nesse contexto, atuam como elementos intermediadores de conectividade das redes de abastecimento alimentar no território, no qual se estabelecem os nós das redes verticais de longo alcance, por onde transitam os fluxos (de mercadorias e capital), a partir dos grandes distribuidores e centros atacadistas das regiões centro-oeste, sudeste e sul do país, no contexto das influências de uma sociedade de consumo externo. Em menor intensidade as redes horizontais atuam nas pequenas e médias distâncias do abastecimento alimentar regional.

Na organização das redes e na configuração territorial do espaço urbano de Macapá ficou evidenciada uma trama de relações, cujas consequências apontaram as contradições de uma realidade local, singular, em construção, assim como qualquer fragmento espacial, todavia, o que desperta atenção são as particularidades observadas, tais como as interações entre os fluxos intra e inter-regionais de mercadorias alimentícias.

Os primeiros, apesar de estimularem um papel relevante no desenvolvimento regional, não conseguem suficiências, tampouco alcançam os mesmos níveis e volumes de circulação dos produtos inter-regionais. Pois a relação estabelecida entre os agentes dessa trama que envolve a rede de abastecimento alimentar é caracterizada pela estratégia de utilização que o poder da circulação de mercadorias externas tem em alcançar a região, por intermédio dos fluxos inter-regionais. Essa vantagem é garantida pela grande presença de supermercados, no espaço urbano de Macapá, justificada pela “necessidade” em viabilizar o abastecimento e o consumo alimentar urbano.

Verifica-se, assim, a existência de uma rede “pactuada”, entre as elites empresariais do ramo de produção e comércio de alimentos, que estabelecem as principais dinâmicas das redes de abastecimento alimentar urbanas que alcançam a cidade de Macapá. Por isso, mesmo como parte de um subsistema amazônico a cidade de Macapá tem a sua renda drenada, por regiões que não fazem parte da Amazônia, além da substituição dos alimentos regionais, por alguns que até pouco tempo eram estranhos à cultura alimentar macapaense, mas agora fazem parte da mesa cotidiana. Essa renda por ser predominantemente pública é drenada mais para as relações de consumo e menos para outros investimentos.

Decorre dessa maneira que é possível a discussão e a implantação de um planejamento que reforce a importância da região para o abastecimento alimentar, sem necessariamente que a cidade de Macapá se feche às interferências do abastecimento alimentar externo, o que seria a curto e médio prazo inviável. Também a alternativa intensiva ou extensiva de práticas agrícolas convencionais, em média ou grande escala, ou da criação de gado bovino ou bubalino, talvez não sejam as medidas mais adequadas para a produção de alimentos, por serem incompatíveis com o equilíbrio e com as particularidades da região Amazônica litorânea, mais propícia à pesca e à agricultura familiar e ecológica.

Então seria de fundamental importância políticas voltadas à viabilização da agricultura familiar e ecológica, dentro de uma proposta interescalar de segurança ou “soberania” alimentar, além da fiscalização e da conservação dos ecossistemas na sub-região amazônica do Amapá, como forma inteligente de garantir seus alimentos, principalmente advindas, da diversidade vegetal e da abundância de pescados no litoral amapaense, que frequentemente aquece a economia do Pará, o estado brasileiro que mais explora esse recurso, na costa amapaense, sem que haja critérios, fiscalização ou um planejamento de pesca, a fim de se evitar a drenagem das riquezas naturais, sem que haja políticas regionais compensatórias.

A propósito, a pesquisa constatou que na macrorregião Norte, o Estado do Pará, por intermédio de Belém, ainda é o principal responsável pela drenagem de parte da renda de

Macapá e de suas áreas de influência, caracterizadas por uma baixa quantidade e complexidade de sistemas de cidades pobres.

No tocante aos fluxos regionais, das redes de abastecimento alimentar que alcançam Macapá, esses, possuem conexões, com algumas cidades da região amazônica, através da rede hidroviária como sua principal via de comunicação. Cujos dados também foram comprovados empiricamente, mediante a aplicação dos formulários de pesquisa. Todavia, a falta de organização e disponibilidade de dados oficiais consolidados sobre a entrada alimentos em Macapá, dificulta uma comparação, a fim de que se possa ter uma dimensão maior do problema e até ampliá-lo para outros seguimentos de abastecimento do comércio varejista.

Com essas evidências empíricas se sustenta que Macapá, embora seja uma cidade média, ainda não conseguiu romper com o seu padrão de rede urbana dendrítica, estabelecida em seu processo histórico. Pois a sua dependência da circulação fluvial está associada ainda à dependência da primazia da cidade de Belém, embora essa dependência tenha se expandido a outras cidades fora da região amazônica.

Contraditoriamente, as redes de abastecimento urbanas que alcançam Macapá, possibilitam sua expansão a outros territórios, num enorme raio de abrangência para fora da cidade, conferindo a Macapá também uma primazia em relação a sua área de influência, com a importância de um nó na rede de abastecimento capaz de revelar mais do que uma cidade média, mas de um estratégico centro regional.

As redes de abastecimento alimentar que alcançam Macapá ainda estão em formação e se apresentam tanto em redes horizontais, no sentido de suas relações comerciais no mesmo circuito inferior da economia urbana, quanto em redes verticais, nas relações de dependência de abastecimento alimentar do circuito superior da economia urbana, mas que não podem ser dissociadas de todo o aparato que se articula em torno delas produzindo a organização espacial e a produção do territórios comerciais. Mas se de um lado a verticalidade depende da formalização da economia, por outro, as redes horizontais (horizontalidades) não se resumem à economia informal, pois a correlação entre as mesmas é histórica, dada pelas condições de pobreza e precariedade do território.

Essas redes como ainda não estão consolidadas e não são uniformes, não se tornaram uma malha consistente, elas são de baixa intensidade, o que implica possibilidade de se encontrar mais fragilidades em vários pontos delas. Essas fragilidades são evidenciadas pelas principais características contraditórias, identificadas no estudo, na estratégia comercial dos supermercados, em suas relações entre si, com fornecedores e consumidores; na natureza do trabalho informal de abastecimento alimentar; na imposição das dinâmicas dos fluxos inter e

intrarregional de alimentos; na precariedade das redes por onde os fluxos se movimentam e na maneira de como isso contribui na forma pela qual o território de Macapá é produzido, transformado ou regulado.

Não se quer dizer com isso que a solução para as questões abordadas seja a adoção de medidas de desenvolvimento progressista para a sub-região a qual Macapá se insere, com o fortalecimento de suas redes técnicas, porque se ratifica a conclusão que essas, em si, não garantem desenvolvimento social, mas apenas o desenvolvimento de grupos ou elites regionais que colocariam mais riscos ainda aos cuidados e à proteção que se deve ter nos direitos de acesso à cidade, aos seus bens e ao patrimônio natural das áreas de influência que ajudam a alimentar a vida na cidade de Macapá.

Dessa forma, este estudo permitiu que fossem analisados aspectos da dinâmica e particularidades da organização espacial da cidade de Macapá no contexto histórico de sua sub-região amazônica, na perspectiva da formação de suas redes de abastecimento alimentar urbana e da importância delas para a compreensão de seu desenvolvimento territorial. O que permite ainda a replicação e/ou ampliação para outros recortes territoriais, para outras unidades de análise e também para outros setores do abastecimento urbano que são distribuídos no território.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: representando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- ABRAS, Associação Brasileira de Supermercados. **Superhiper**. São Paulo, ano 37, n. 418, abr. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Superhiper**. São Paulo, ano 38, n. 430, abr. 2012.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. (Org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 53-91.
- ACSELRAD, Henri (Org.). Sentidos da sustentabilidade urbana. In:\_\_\_\_\_. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 27-55.
- ALMEIDA, Cândido Mendes. **Atlas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1868.
- AMAPÁ. Lei Complementar n. 21, de 26 de fevereiro de 2003. Institui a Região Metropolitana do Município de Macapá, Estado do Amapá, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Macapá, AP, n. 2985, 05 mar. 2003.
- ARAGÃO, Jorge. Sem dívida, nem dúvida. In.: **E aí?** Rio de Janeiro: Indie Records, ISSN 7898420126126, 2006. 1 CD-ROM.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia do século XVIII**. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP Publicações, 1998.
- \_\_\_\_\_. A razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. **Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas**. Lisboa, n. 15-16, p. 151-165, jan./ jun. 2003.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Edições do Senado Federal – v. 30, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Elfos, Edições 70, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BUARQUE, C.; GUERRA, R. **Calabar: o elogio da traição**. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CANAL assoreado estrangula navegação no igarapé das Mulheres, **Jornal Diário do Amapá**, ano XVI, n. 4661, 15/09/2011.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2004.

\_\_\_\_\_. **Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 10. ed. 2007.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço (apresentação de Milton Santos).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAVALCANTE, Alcinéa. Disponível em: <<http://www.alcinea.com/sem-categoria/especial-macapa-253-anos>>. Acesso em: 21 de fev. 2011.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Do armazém da esquina ao shopping center: a transformação do consumo em Porto Alegre. In: PANIZZI, W. M.; ROVATTI, J. F. (Orgs.). **Estudos urbanos – Porto Alegre e seu planejamento.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFGRS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993. p. 107-117.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas** (prefácio de Milton Santos). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 15-47.

COSTA, J. M.; UEDA, V. Redes técnicas e território: notas sobre a reticulação espacial. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 32, p. 131-145, 2007.

D'AZEVEDO, João Lucio. **Os Jesuitas no Grão-Pará: suas missões e a colonização.** Bosquejo historico com varios documentos ineditos. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

DELSON, Roberta Marx. Beyond Imperial Domination and Resistance: Extrapolating the Late Colonial Amazonian Cultural Landscape from the Visual Record. **Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers.**v. 26, 117-130, 2000. Disponível em: <<http://sites.maxwell.syr.edu/clag/yearbook2000/delson.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2011.

DIAS, Leila Christina. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, I. GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 115-143.

\_\_\_\_\_. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil, Século XXI - por uma nova regionalização?** agentes, processos, escalas. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2004. p. 161-172.

\_\_\_\_\_. Os sentidos de rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, R. L. L. da (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. O conceito de rede: emergência e organização. In: CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 141-162.

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)**. 1 v. Coleção Amazônica – Série José Veríssimo. Belém: UFPA, 1970.

DUPUY, Gabriel. **El urbanismo de las redes**. Teorías y métodos, Barcelona: Oikos-Tau, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 11 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In.: SACHS, W (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução de Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

ESTOQUE de alimentos em Roraima dura 30 dias, Folha on line. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n.3, p.47-55, 2005.

FALTA açúcar em Macapá, Portal da Amazônia. Disponível em: <<http://portalamazonia.globo.com>>. Acesso em: 22 mai. 2009.

FALTA de carne em Macapá, Jornal do Dia, ano XXII, n. 7053, 05 e 06/07/2009.

FREITAS, A.; PORTUGAL, L. S. **Estudo de Transporte e Logística na Amazônia**. Manaus: Novo Tempo, 2006.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia**: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá: SEMA, 2002.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In.: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Amapá**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 17-38.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna** – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: aquisição de alimentos *per capita* – Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Indicadores IBGE**: Estatística da Produção Pecuária – março de 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Indicadores IBGE**: Estatística da Produção Agrícola – abril 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. Pesquisa de estoques – parte 7 Amapá. **IBGE**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Biblioteca virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/AP9691.jpg>>. Acesso em: 10 de ago. 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 65-75.

MACAPÁ, Lei Complementar n. 026/2004, de 20 de janeiro de 2004. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá e dá outras providências**. Prefeitura Municipal de Macapá, 2004a.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 28 - PMM, de 24 de junho de 2004. **Dispõe sobre o perímetro urbano do Município e Macapá e descreve os limites da cidade de Macapá**. Prefeitura Municipal de Macapá, 2004b.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

\_\_\_\_\_. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 109-138, jan./jul. 1999.

MARASCHIN, Clarice. **Localização comercial intra-urbana: análise de crescimento através do modelo logístico**. 2009. 266f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na Era Pombalina**. 2. ed. 1<sup>o</sup> tomo. Brasília: Edições do Senado Federal – v. 49-C, 2005a.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia na Era Pombalina**. 2. ed. 2<sup>o</sup> tomo. Brasília: Edições do Senado Federal – v. 49-C, 2005b.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia na Era Pombalina**. 2. ed. 3<sup>o</sup> tomo. Brasília: Edições do Senado Federal – v. 49-C, 2005c.

MONTIEL, Edgar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUM, A. (Org.) **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Ed. Injuí, 2003.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, A. (Org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 16-38.

NEAD/UNAMA, Núcleo de Educação à Distância da Universidade da Amazônia. Disponível em: <[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia\\_potuguesa/textos/textos2/texto2.htm](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/texto2.htm)> Acesso em: 25 ago. 2011.

OFFNER, Jean-Marc. Les “effets structurantes” du transport: mythe politique, mystification scientifique. **L’espace géographique**, Paris, n.3, p. 233-242, 1993.

PARENTE, J.; KATO, H. T. Área de Influência: um estudo no varejo de supermercados. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 46-53, abr./jun. 2001.

PARROCHIA, Daniel. **Philosophie de la Reseaux**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

PEREIRA, A. P. C.; LAMOSO, L. P. O comércio varejista na cidade de Dourados-MS. **GEOGRAFIA Revista do Departamento de Geografia**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 131-144, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.geo.uel.br/revista>>. Acesso em: 06 dez 2012.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Significados e importância das cidades médias na Amazônia: um olhar a partir de Santarém (PA)**. 2004. 139f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Cidades\\_medias\\_amazonia.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Cidades_medias_amazonia.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2011.

PINTAUDI, Silvana Maria. O lugar do Supermercado na cidade Capitalista. **Geografia**, v.9 n. 17-18, p. 37-54 1984.

\_\_\_\_\_. O Shopping Center no Brasil – Condições de Surgimento e Estratégias de Localização. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR. H, (Orgs). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 15-43.

\_\_\_\_\_. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (81). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-81.htm>> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 21 out. 2011.

\_\_\_\_\_. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da Geografia**. 5ª ed. São Paulo, Contexto, 2007. p. 143-159.

\_\_\_\_\_. Planear el espacio de la vida: laberintos del tiempo. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, v. XII, núm. 270 (63). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-63.htm>> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 21 out. 2011.

PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR. H, (Orgs). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Unesp, 1992.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC, 2003.

\_\_\_\_\_. A construção de condicionantes no espaço amapaense. In: PORTO, J. L. R. et al. **Condicionantes Construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses**. Macapá: Série Percepções do Amapá, 5, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANDOLPH, Rainer. Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. **Geographia**, Niteroi, v. 1, n. 2, p. 27-53, 1999a.

\_\_\_\_\_. A sociedade em rede: resenha crítica da obra homônima de Manuel Castells. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 2, p. 111-115, 1999b.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. (Org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 29-52.

\_\_\_\_\_. “Maus vizinhos e boas terras”: ideias e experiências no povoamento do cabo Norte – século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Nas Terras do Cabo Norte**—fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária, 1999. p. 63-95.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SALATI, Eneas. Mudanças climáticas e o ciclo hidrológico na Amazônia. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. p. 153-172.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento. ISBN 972-36-0569-4. v.1, 2001. p. 31-106.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia – um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil – território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova** (da crítica da geografia a uma geografia crítica). São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (Orgs). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec e ANPUR, 1994. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

\_\_\_\_\_. **Território e sociedade**: Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006a. – (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. (Orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p. 13-21.  
SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800/1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SFEZ, Lucien. As tecnologias do espírito. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia** – Revista do Programa de Pós-Graduação da PUCRS, Porto Alegre, n. 6, p. 7-16, 1997.

SILVEIRA, Maria Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Redes e território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. VIII, n. 451, 15 de junio de 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-451.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

SOUZA, Marcelo. Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Apresentação: Milton Santos, um revolucionário. In: SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL**, ano VI, n. 16, enero-abril, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Um Novo Paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 5, p. 31-50, jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. Diferenciação espacial e formação de sub-região: o Baixo Tocantins na Amazônia Oriental. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P; MOURÃO, P. F. C. (Orgs.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 313-329.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs). Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: \_\_\_\_\_. **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

UNISC, Universidade de Santa Cruz do Sul. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 8. ed. / atualizada por Clarice Agnes e Inácio Helfer. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2001.

## APÊNDICE



## FORMULÁRIO

Este formulário visa à busca de informações para o desenvolvimento da Tese de Doutorado - Redes de abastecimento alimentar urbanas e organização espacial: a rede de supermercados em Macapá-AP - de Mário Nunes Torrinha, orientada pelos professores Dr<sup>a</sup>. Heleniza Ávila Campos e Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira. A pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica das redes de abastecimento de alimentos, por intermédio de supermercados, relacionada ao espaço urbano de Macapá, suas conectividades, seus fluxos de mercadorias e o uso do território da cidade e suas contradições. Contamos com o vosso valioso apoio e desde já agradecemos.

### A) Dados organizacionais da empresa

- 1) Nome empresarial: \_\_\_\_\_
- 2) Nome fantasia: \_\_\_\_\_
- 3) Endereço: \_\_\_\_\_
- 4) Porte: ( ) micro ( ) pequena ( ) média ( ) grande
- 5) Organização: ( ) familiar ( ) empresarial
- 6) Ano de início das atividades de supermercado: \_\_\_\_\_
- 7) Número de sócios (se houver): \_\_\_\_\_
- 8) Entidades representativas do setor:
  - a) Nacional \_\_\_\_\_
  - b) Regional \_\_\_\_\_
  - c) Local \_\_\_\_\_
- 9) Entidade a qual a empresa é associada (se houver): \_\_\_\_\_

### B) Dados históricos da empresa

- 1) Primeiro nome da empresa: \_\_\_\_\_
- 2) Nome do(s) fundador(es) da empresa \_\_\_\_\_
- 3) Primeira localização: \_\_\_\_\_
- 4) Aspectos da primeira construção: \_\_\_\_\_
- 5) Formas de venda: \_\_\_\_\_
- 6) Formas de compra: \_\_\_\_\_
- 7) Principais alimentos comercializados: \_\_\_\_\_
- 8) Anexar fotos (cópias) antigas (se houver): \_\_\_\_\_

## C) Dados pessoais do diretor/presidente/proprietário

- 1) Idade entre: ( ) 18 a 30 anos, ( ) 31 a 40 anos, ( ) 41 a 50 anos, ( ) 51 a 60 anos, ( ) + de 60 anos.
  - 2) Sexo: feminino ( ) masculino ( )
  - 3) Naturalidade: \_\_\_\_\_
  - 4) Grau de escolaridade: ensino fundamental: ( ) ensino médio ( ) ensino superior ( )
  - 5) Atividade que desenvolvia antes do comércio varejista de alimentos: \_\_\_\_\_
- D) Dados físicos da empresa

- 1) Número de *check-out* por loja: \_\_\_\_\_
- 2) Número de gôndolas por loja: \_\_\_\_\_
- 3) Açougue no estabelecimento: ( ) possui ( ) não possui
- 4) Padarias no estabelecimento: ( ) possui ( ) não possui
- 5) Peixaria no estabelecimento: ( ) possui ( ) não possui
- 6) Número de vagas para estacionamento por loja: \_\_\_\_\_
- 7) Número de metros quadrados por loja:
  - a) Área de vendas \_\_\_\_\_
  - b) Área administrativa \_\_\_\_\_

## E) Dados patrimoniais da empresa

- 1) Número de filiais (se houver): \_\_\_\_\_
- 2) Número de depósitos: \_\_\_\_\_
- 3) Número da frota de veículos terrestres: \_\_\_\_\_
- 4) Investimentos futuros: \_\_\_\_\_
- 5) Fonte de recursos: \_\_\_\_\_
- 6) Número de funcionários (total):
  - a) 2011 \_\_\_\_\_
  - b) 2010 \_\_\_\_\_
  - c) 2009 \_\_\_\_\_
- 7) Faturamento bruto (total):
  - a) 2011 \_\_\_\_\_
  - b) 2010 \_\_\_\_\_
  - c) 2009 \_\_\_\_\_
- 8) Pontos fortes da empresa:
  - a) \_\_\_\_\_
  - b) \_\_\_\_\_
  - c) \_\_\_\_\_
- 9) Pontos fracos da empresa:
  - a) \_\_\_\_\_
  - b) \_\_\_\_\_
  - c) \_\_\_\_\_

10) Pesquisa ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados): anexar as três últimas pesquisas, em que a empresa tenha participado.

F) Dados sobre a origem, o transporte e a modalidade de compra dos alimentos.

<b>TIPOS DE ALIMENTO*</b>	<b>ORIGEM DA COMPRA**</b>	<b>ORIGEM DA PRODUÇÃO</b>	<b>MODAL DE TRANSPORTE</b>	<b>MODALIDADE DE COMPRA</b>
“in natura” verduras	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“in natura” legumes	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“in natura” frutas frescas	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“in natura” carne bovina	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“in natura” carne suína	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“in natura” camarão	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“in natura” peixe	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“in natura” frango abatido no dia	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“elaboração 1” frango congelado	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista

“elaboração 1” arroz	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“elaboração 1” feijão	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“elaboração 1” farinha de trigo	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“elaboração 1” farinha de mandioca	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“industrializado” açúcar	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista
“industrializado” carne charqueada	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> local <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Santarém <input type="checkbox"/> outros:_____	<input type="checkbox"/> aquaviário <input type="checkbox"/> rodoviário <input type="checkbox"/> multimodal <input type="checkbox"/> intermodal	<input type="checkbox"/> direta do produtor <input type="checkbox"/> intermediada (atravessador) <input type="checkbox"/> atacadista

G) Dados pessoais do informante

- 1) Idade entre:  18 a 30 anos,  31 a 40 anos,  41 a 50 anos,  51 a 60 anos,  + de 60 anos
- 2) Sexo: feminino  masculino
- 3) Naturalidade: \_\_\_\_\_
- 4) Grau de escolaridade:  ensino fundamental  ensino médio  ensino superior
- 5) Função na empresa: \_\_\_\_\_

H) AUTORIZAÇÃO: Eu, abaixo assinado, autorizo a utilização acadêmica das informações prestadas.

Assinatura do responsável pelas informações: \_\_\_\_\_

\*Tipos de alimentos considerados: a) alimentos *in natura* - advindos diretamente do produtor, geralmente de localidades ou regiões próximas às áreas de abastecimento da população, tais como hortifrutigranjeiros, feiras de produtores rurais, centrais de abastecimentos, etc.; b) alimentos de elaboração primária - que necessitam de algum tratamento antes de chegar ao consumidor. Alimentos industrializados - passam por procedimentos de transformação através de processos industriais. \*\*Marcar uma ou duas alternativa(s) que corresponde(m) ao(s) maior(es) fluxo(s).